



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA**  
**CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES**  
**GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL**

**ROBERTA DA SILVA NASCIMENTO**

**As determinações sócio-históricas da reincidência na socioeducação: a  
realidade sócio-concreta dos adolescentes em conflito com a lei do meio  
fechado**

**João Pessoa - PB**

**2020**

**ROBERTA DA SILVA NASCIMENTO**

**As determinações sócio-históricas da reincidência na socioeducação: a realidade sócio-concreta dos adolescentes em conflito com a Lei do meio fechado**

O presente Trabalho de Conclusão de Curso tem como finalidade a execução de uma atividade final obrigatória do curso de Serviço Social na Universidade Federal da Paraíba, cujo trabalho é uma monografia que será apresentada pela graduanda Roberta da Silva Nascimento. Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Luciana Batista de Oliveira Cantalice

**João Pessoa - PB**

**2020**

# **ROBERTA DA SILVA NASCIMENTO**

## **As determinações sócio-históricas da reincidência na socioeducação: a realidade sócio-concreta dos adolescentes em conflito com a lei do meio fechado**

O presente Trabalho de Conclusão de Curso tem como finalidade a execução de uma atividade final obrigatória do curso de Serviço Social na Universidade Federal da Paraíba, cujo trabalho é uma monografia que será apresentada pela graduanda Roberta da Silva Nascimento. Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Luciana Batista de Oliveira Cantalice

Aprovada em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

Banca Examinadora

---

Prof<sup>a</sup>Dr<sup>a</sup> Luciana Batista de Oliveira Cantalice  
Universidade Federal da Paraíba - UFPB | Orientadora

---

Prof. Dr. Ana Lucia Batista Aurino  
Universidade Federal da Paraíba - UFPB | Examinadora Interna

---

Prof<sup>a</sup> Ms<sup>a</sup> Jéssica Maria de Souza Melo  
Examinadora Externa

João Pessoa-PB

2020

**Catálogo na publicação**  
**Seção de Catalogação e Classificação**

N244d Nascimento, Roberta da Silva.

As determinações sócio-históricas da reincidência na socioeducação: a realidade sócio-concreta dos adolescentes em conflito com a lei do meio fechado / Roberta da Silva Nascimento. - João Pessoa, 2020. 139f. : il.

Orientação: Luciana Batista de Oliveira Cantalice. Monografia (Graduação) - UFPB/CCHLA.

1. Socioeducação. 2. Reincidência. 3. Determinações histórico-concretas. 4. adolescentes. I. Cantalice, Luciana Batista de Oliveira. II. Título.

UFPB/CCHLA

## **Dedicatória**

Com muito carinho,  
dedico esse trabalho aos meus pais que  
são minhas inspirações de vida...

## Agradecimento

A graduação do curso de Serviço Social na Universidade Federal da Paraíba trouxe grandes transformações pessoais que permitiu abertura de novos horizontes, como o acesso de vários materiais sobre as expressões da questão social, mas, sobretudo o respeito os direitos e a diversidade. A formação para se tornar uma assistente social é uma tarefa árdua por lidar diretamente com as consequências do capitalismo selvagem que assola o mundo atualmente, e que atinge diretamente os mais vulneráveis socialmente.

A possibilidade de uma universidade pública em oferecer os projetos de extensão, pesquisa e ensino possibilitou a minha aproximação com a temática desenvolvida nesta monografia, o estágio supervisionado na Diretoria técnica da Fundação de Desenvolvimento da Criança e Adolescente “Alice de Almeida” (FUNDAC) possibilitou a concreticidade do estudo sobre a questão do adolescente em conflito com a Lei e estudar as particularidades da reincidência no sistema socioeducativo.

No entanto, os meus primeiros agradecimentos são para meus pais **Carlos Alberto do Nascimento e Irene Trajano da Silva** que me ofereceram a possibilidade de estudar e de me formar, serei uma das primeiras das famílias dos dois a ter um diploma de nível superior. A eles devo a minha eterna gratidão, sou o que sou hoje graças à determinação, garra e aos sacrifícios deles para que não me faltasse nada de essencial: amor, cuidado e paciência. Foram eles que nos momentos de tristeza e desesperanças me incentivaram a seguir em frente de cabeça erguida, lutar por meus objetivos e enfrentar os problemas de frente. Eles me ensinaram a ser forte, determinada, pés no chão e que minhas origens são de pessoas trabalhadoras, simples e guerreiras.

Quero agradecer também às professoras Luciana e Ana que me acompanharam na graduação e, posteriormente, atuaram nos meus passos finais do curso. Primeiramente, Luciana B.O. Cantalice foi à primeira professora que me fez querer terminar o curso quando havia inúmeros casos que desmotivou a todos, foi através do projeto de extensão “juventude popular na Paraíba” que possibilitou minha aproximação com os jovens em situação de violação de direitos nas comunidades no entorno de João Pessoa e que se tornou minha orientadora do

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). A professora Ana Lúcia Aurino que através da disciplina “política da criança e Adolescente” aprofundou o conhecimento na área de criança e adolescente, e que, posteriormente, veio a ser minha supervisora acadêmica no Estágio Supervisionado onde atuei na gestão do sistema socioeducativo e que possibilitou o aprofundamento da temática que eu almejava discutir no TCC durante o contato com os jovens e seus familiares nas unidades. Ambas foram de suma importância para a construção desse TCC e do meu crescimento enquanto pessoa e futura profissional.

Gostaria de agradecer as (os) professoras (es) maravilhosas(os) que encontrei ao longo da graduação que me influenciou a continuar e me espelhar nelas para me tornar uma Assistente Social crítica, analítica e ética, como: a Gracinha, Nivia, Marcia Emília, Nazaré, Patrícia, Marcelo, Jamerson, Mauricelia. Também agradeço a toda a Diretoria técnica da Fundac, em especial ao “meu” eixo abordagem familiar e comunitária: Cida, Solange, Neidinha, Joelma e Conceição, elas eram as pessoas que estavam todos os dias presentes me orientando, tirando dúvidas e aconselhando. E as personalidades das unidades sócio-educativas que sempre me receberam muito bem, em especial ao Centro Socioeducativo Edson Mota onde a pesquisa desta monografia foi desenvolvida.

Por fim, gostaria de agradecer às minhas companheiras de jornada foram, praticamente, 4(quatro) anos de convivência, trocando experiência, anseios, dúvidas, horas estudando juntos, brigas e desentendimentos com os trabalhos em grupos, mas gostaria de agradecer, principalmente, as minhas amigas e colegas que fizeram os dias mais agradáveis Joyce, Brenda e Larissa, Kell e Ana. E minhas amigas de vida que foram os suspiros refrescantes nos dias cansativos Byanca, Cristall e M<sup>a</sup> Eduarda.

## **Resumo**

O presente trabalho foi resultado do estágio supervisionado do currículo do curso de Serviço Social da Universidade Federal da Paraíba realizado na gestão da Fundação de Desenvolvimento da Criança e do Adolescente “Alice de Almeida” que é responsável pela execução das medidas socioeducativas de meio fechado no Estado da Paraíba, cuja aproximação à temática se deu mediante as visitas às unidades de internação, principalmente, na unidade Centro Socioeducativo Edson Mota (CSE). O objetivo geral é identificar as mediações entre as determinações histórico-concretas da vida dos adolescentes que cometeram atos infracionais, as medidas sócio-educativas aplicadas e os índices de reincidência. A realidade social se inscreve como uma determinante central para o ato infracional cometido por adolescentes que ingressam no sistema socioeducativo; que por sua vez, diante de seus limites supra e estruturais, atua apenas na dimensão mais imediata/micro dessa relação e ainda de forma precária, no tocante à garantia de direitos, no processo de “reinserção social” desses adolescentes. Dessa maneira os egressos desse sistema retornam ao convívio social submetidos às mesmas determinações que os levaram a situação de recolhimento e que, em muitos casos, os levam à reincidência. Serão apontados os limites postos às instituições e ao Estado responsáveis pelo acompanhamento desses adolescentes, cujo objetivo é inseri-los no convívio social, de modo que não reincidam. Foi realizada uma pesquisa bibliográfica com autores do Serviço Social que discutem sobre a socioeducação e as violações de direitos dos adolescentes, dessa forma, fomentando a discussão sobre a reincidência desses jovens, mas também, foram utilizados autores de outras áreas que também discutem sobre o tema, uma vez que, há uma defasagem de publicações sobre a temática. Realizou-se uma entrevista semiestruturada com os adolescentes e uma pesquisa documental na unidade do CSE. Sendo assim, a limitação, a negação e a violação histórica dos direitos das crianças e dos adolescentes mediam na realidade concreta o ingresso e a reincidência dentro do sistema socioeducativo.

**Palavras-chave: Socioeducação. Reincidência. Determinações histórico-concretas. Adolescentes.**



## **Abstract**

The present work was the result of the supervised internship in the curriculum of the Social Service course at the Federal University of Paraíba, carried out in the management of the Child and Adolescent Development Foundation "Alice de Almeida", responsible for the implementation of closed socio-educational measures in the State of Paraíba, whose approach to the theme occurred through visits to the units hospitalization, mainly at the Edson Mota Socio-educational Center (CSE). The general goal is to identify the mediations between the concrete historical determinations of adolescent life that committed infractions, the socio-educational measures applied and the recurrence rates. Social reality is a central determinant of the offense committed by adolescents who enter the socio-educational system; which, in turn, given its supreme and structural limits, acts only in the most immediate / micro dimension of this relationship and still in a precarious way, with regard to guaranteeing rights, in the process of "social reintegration" of these adolescents. In this way, the graduates of this system return to social life submitted to the same determinations that led them to the situation of withdrawal and that, in many cases, lead them to recidivism. The limits placed on the institutions and the State responsible for monitoring these adolescents, whose objective is to reinsert them in social life, will be pointed out, so that they do not recur. A bibliographic research was carried out with Social Work authors who discuss about socio-education and the violations of the rights of adolescents, promoting the discussion about the recurrence of these young people, but also authors from other areas who also discuss the topic were used, as there is a delay in publications on the subject. A semi-structured interview was conducted with the teenagers and a document research at the CSE unit. Thus, the limitation, denial and historical violation of the rights of children and adolescents really measure the entry and recurrence in the socio-educational system.

**Keywords: Socio-education. Recidivism. Historical-concrete determinations. Adolescent.**

## LISTA DE QUADRO

Quadro 01 .....	76
Quadro 02 .....	78
Quadro 03 .....	80
Quadro 04 .....	81
Quadro 05 .....	83
Quadro 06 .....	84
Quadro 07 .....	86
Quadro 08 .....	90
Quadro 09 .....	92
Quadro 10 .....	94
Quadro 11 .....	95
Quadro 12 .....	98
Quadro 13 .....	99
Quadro 14 .....	102
Quadro 15 .....	105
Quadro 16 .....	106
Quadro 17 .....	107
Quadro 18 .....	107
Quadro 19 .....	108
Quadro 20 .....	110

**LISTA DE ILUSTRAÇÕES**

Gráfico 01 ..... 88

Gráfico 02..... 89

Gráfico 03..... 91

Gráfico 04..... 98

Gráfico 05..... 104

## LISTA DE ABREVIADURAS E SIGLAS

Art. -----	Artigo
AI -----	Atos Institucional
CEA -----	Centro Educacional do Adolescente
CEJ -----	Centro Educacional do Jovem
CF -----	Constituição Federal
CFESS -----	Conselho Federal de Serviço Social
CLT -----	Consolidação das Leis do Trabalho
CONANDA -----	Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente
CPI -----	Comissão Parlamentar de Inquérito
CREAS -----	Centro de Referência Especializado de Assistência Social
CSE -----	Centro Socioeducativo Edson Mota
Ditéc -----	Diretoria Técnica
EAD -----	Ensino a Distância
ECA -----	Estatuto da Criança e do Adolescente
EJA -----	Educação de jovens e adultos
FEBEM -----	Fundação Estadual de Bem-Estar do Menor
FEBEMAA -----	Fundação Estadual do Bem Estar do Menor “Alice de Almeida”
FGV -----	Fundação Getúlio Vargas
Fies -----	Fundo de Financiamento Estudantil
FUNABEM -----	Fundação Nacional de Bem Estar do Menor
FUNDAC -----	Fundação de Desenvolvimento da Criança e do Adolescente
GT-MSE -----	Grupo De Trabalho de Medidas Socioeducativa
IBGE -----	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
MPC -----	Modo de Produção Capitalista
NOB -----	Norma Operacional Básica
ONG’S -----	Organizações não Governamentais
ONU -----	Organizações das Nações Unidas
SAM -----	Serviço de Assistência ao Menor
SENAC -----	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial,
SENAI -----	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
Sinase -----	Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo

SUAS----- Sistema Único de Assistência Social  
Pea ----- População Economicamente Ativa  
PEC----- Proposta de Emenda Constitucional  
PIA ----- Plano Individual de Atendimento  
PNBEM ----- Política Nacional de Bem Estar do Menor  
ProUni----- Programa Universidade para Todos  
PRONAICA ---- Programa Nacional de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente  
PSDB ----- Partido da Social Democracia Brasileira  
PSL ----- Partido Social Liberal  
PT ----- Partido dos Trabalhadores

## Sumário

<b>Introdução .....</b>	<b>02</b>
<b>Capítulo 01 - A construção dos direitos das crianças e dos adolescentes diante de um contundente histórico de violações .....</b>	<b>06</b>
1.1. As crianças e as classes: entre a liberdade e a escravidão .....	07
1.2. A contínua negação do direito após a escravidão.....	12
1.3 A luta contra o trabalho-infantil e a busca por direitos .....	15
1.4 A ação coercitiva do Estado .....	22
<b>Capítulo 02 - A sociedade conservadora e o ato infracional.....</b>	<b>31</b>
2.1 A conquista dos direitos sob a sombra das velhas práticas .....	33
2.2 Os três “R” da socioeducação: reeducação, reinserção e reincidência .....	37
2.3 Desafios sócio-concretos contemporâneos que incidem na violação de direitos de crianças e adolescentes e no recrudescimento de medidas coercitivas .....	49
<b>Capítulo 03 - A operacionalização, o ingresso e a reincidência no sistema socioeducativo .....</b>	<b>55</b>
3.1 A atuação do Sistema Nacional de Socioeducação na Paraíba.....	56
3.2 A internação e o Centro Socioeducativo Edson Mota .....	67
3.3 As particularidades da reincidência no sistema socioeducativo na Paraíba	74
<b>Considerações finais .....</b>	<b>113</b>
<b>Referências bibliográficas .....</b>	<b>117</b>
<b>Anexo .....</b>	<b>124</b>
<b>Apêndices .....</b>	<b>128</b>

## Introdução

O presente texto trata-se de um trabalho de conclusão de curso resultado da experiência do estágio supervisionado na gestão da Fundação de Desenvolvimento da Criança e Adolescente (Fundac) que possibilita o contato com as unidades nos dias de visita dos familiares e das reuniões técnicas, isso permitiu a aproximação com a temática que se converteu na pesquisa acerca da problemática da reincidência de adolescentes internos em meio fechado. A reincidência na socioeducação é um fenômeno expressivo devido a constante violação dos direitos das crianças e adolescentes da classe trabalhadora. Sob essa perspectiva, buscaremos analisar as particularidades da reincidência dos adolescentes que estão cumprindo medida de internação no Centro Socioeducativo Edson Motta, considerando a relação entre as determinações histórico-concretas na singularidade desses adolescentes e as medidas socioeducativas cumpridas por estes.

A realidade social desses adolescentes se inscreve como uma determinante central para o ato infracional cometido e seu ingresso no sistema socioeducativo. Este, por sua vez, dado os seus limites supra e estruturais atua apenas na dimensão mais imediata/micro dessa relação e ainda de forma precária, no tocante à garantia de direitos e no processo de “reinserção social” desses adolescentes. Dessa maneira, os egressos desse sistema retornam ao convívio social e são submetidos às mesmas determinações que os levaram a internação e que, em muitos casos, os levam à reincidência.

Desse modo, quais os limites e possibilidades existentes nessa relação entre realidade social, sistema socioeducativo e reincidência de adolescentes que cumprem medidas socioeducativas em meio fechado? Assim, o objetivo central desse trabalho é identificar as mediações entre as determinações histórico-concretas da vida dos adolescentes que cometeram atos infracionais, as medidas socioeducativas aplicadas e os índices de reincidência.

Nessa direção, foram fomentadas questões norteadoras para auxiliar essa análise: qual é a relação entre as determinações sócio-históricas e as violações dos direitos dos adolescentes que constituem mediações para o ingresso e a reincidência no sistema socioeducativo? A reincidência dos adolescentes em conflito com a Lei tem como uma de suas determinações mais centrais a ausência

de alteração da realidade social na qual esses se inserem, o que reafirma a violação de direitos, o preconceito, a ausência da proteção social do Estado ao indivíduo e à família e a submissão à violência? Os limites postos no âmbito das condições de cumprimento das medidas socioeducativas no meio fechado, incidem sobre a fragilização do processo pedagógico de reeducação, o que traz como uma de suas consequências à reincidência?

O recorte teórico-metodológico dessa análise foi o materialismo histórico-dialético (MARX, 2013), tendo em vista que se trata de um fenômeno complexo e que requer sua problematização na perspectiva da totalidade social, indo da aparência à essência de sua estrutura e dinâmica. Segundo Netto (2011), Marx acreditava que o pesquisador tem um papel ativo, pois ele deve apreender a essência, a dinâmica e a estrutura do fenômeno— não deve ficar apenas no plano imediato, das aparências. Para tanto, deve-se “apoderar-se da matéria” através de análises críticas de suas variadas formas de desenvolvimento e consegui conectar todas elas utilizando instrumentos e técnicas. Portanto, esse método se torna essencial para esta construção crítica acerca das determinações sócio-concretas que permeiam a vida do adolescente reincidente do sistema socioeducativo.

Quanto aos procedimentos metodológicos podemos definir que a referida pesquisa apresenta um caráter descritivo-crítico-analítico, de natureza qualitativa e quantitativa, que se firma numa articulação entre as pesquisas bibliográfica, documental e de campo (semiestruturada). Na pesquisa bibliográfica foram usados/as autores/as que dialogam com a temática para problematizar a materialidade histórico-dialética das determinações do fenômeno da reincidência na socioeducação. Os autores convergem à abordagem proposta, contudo são autores de diversas áreas temáticas que corroboram para uma construção mais substanciada da análise dessa realidade.

A pesquisa documental<sup>1</sup> foi realizada na unidade Centro Socioeducativo Edson Mota (CSE), por meio de consulta às pastas sociais<sup>2</sup> dos adolescentes, em que consta o histórico de medidas socioeducativas, os documentos, as descrições

---

<sup>1</sup> A pesquisa documental é aquela realizada nos documentos oficiais, nesse caso nas pastas sociais.

<sup>2</sup> Nas pastas faltavam algumas informações, como dados referentes à saúde e educação, alguns processos estavam desorganizados – cada pasta apresentava um problema diferente. Isso pode ser justificado, pois são pastas que todos os técnicos têm acesso e os utilizam para fazer os atendimentos.



de medidas cumpridas, os dados referentes aos processos jurídicos e o registro do comportamento. A pesquisa de campo<sup>3</sup> realizada, por meio de entrevistas semiestruturadas<sup>4</sup>, com os adolescentes também ocorreu nessa unidade. Os sujeitos da pesquisa foram os adolescentes reincidentes que estão cumprindo medidas socioeducativas em meio fechado, recolhidos no lócus da investigação, isto é, no Centro Socioeducativo Edson Mota e que tenham entre 13 e 17 anos.

O processo da pesquisa foi longo e com várias etapas devido o sujeito da pesquisa se tratar de adolescentes internos no sistema socioeducativo. Foi elaborado um projeto de pesquisa que foi apresentado à instituição (FUNDAC), após isso foi enviado para o comitê de ética e voltou para a instituição que entrou em contato com a unidade do CSE. Na unidade, foi realizada uma pesquisa documental nas pastas sociais para identificar os adolescentes de primeira medida e os reincidentes, essa pesquisa constatou que havia 90 adolescentes internos e destes 41% (37) são reincidentes, o que configurou o universo total da pesquisa, sendo a amostra investigada 30% (11) devido às dificuldades encontradas de realizar as entrevistas.

As maiores dificuldades encontradas foram coletar as assinaturas dos responsáveis, pois muitos não visitam<sup>5</sup> e a permissão dos adolescentes que os pais autorizaram. Outra dificuldade encontrada foi na insatisfação de alguns agentes (minorias), pois apontaram que a pesquisa estava atrapalhando o funcionamento da unidade, que a lista de adolescentes<sup>6</sup> para ser “atendidos<sup>7</sup>” era grande, o tempo era longo<sup>8</sup> demais e chegaram a tratar mal a técnica que foi incumbida de apresentar a lista para os agentes trazerem os adolescentes. Já

---

<sup>3</sup> A pesquisa de campo é aquela que acontece no lócus da pesquisa, neste caso a pesquisa realizou-se na Unidade do Centro Socioeducativo Edson Mota.

<sup>4</sup> Segundo Gil(2008), as entrevistas são instrumentos de coleta de dados aplicados quando se quer atingir um número restrito de indivíduos e permite uma maior captação do que os entrevistados sabem ou pensam. A entrevista pode ser: estruturada (perguntas fechadas), semiestruturadas (perguntas abertas e fechadas) e não estruturadas (perguntas abertas).

<sup>5</sup> Isso foi observado a partir da pasta de frequência dos responsáveis, a maioria dos adolescentes reincidentes não recebem visitas.

<sup>6</sup> A lista constava os adolescentes reincidentes, cujos pais tinham assinados o termo. Como não fornecido o turno das atividades e atendimentos dos adolescentes a lista constava com 06 adolescentes e foi acrescido que a pesquisa seria feita com os adolescentes que estivesse com tempo livre.

<sup>7</sup> Mesmo eles sendo avisados que se tratava de uma pesquisa, eles chamavam de atendimento.

<sup>8</sup> A duração da pesquisa foi alertada que duraria em média 30 a 35 minutos, no entanto os agentes pontuaram que o “atendimento” deveria ser feito em 5 minutos. Foi novamente explicado como funcionava uma pesquisa semiestruturada.

outros agentes auxiliaram até durante as coletas das assinaturas. No mais, os adolescentes foram muitos solícitos, assim como os (as) técnicos (as), a coordenadora e os diretores.

Para sistematização dos resultados da pesquisa o conteúdo do trabalho foi subdividido em três capítulos: o Primeiro Capítulo abordará a situação vivenciada pelas crianças e adolescentes livres e escravizadas do período colonial, sobre as consequências da abolição da escravização sem assistencialismo e sem a inclusão no mercado de trabalho para as crianças da classe trabalhadora, o agravamento do trabalho infantil e a construção dos primeiros direitos para os “menores delinquentes”, e por fim as ações coercitivas do estado, o encarceramento e a institucionalização a partir dos órgãos responsáveis pela situação do menor no Brasil.

O Segundo Capítulo fará a discussão sobre a conquista dos direitos a partir do Estatuto da Criança e do Adolescente (Eca) e as velhas práticas de negação desses direitos, será discutido as questões sobre a reinserção, reeducação e a reincidência no sistema socioeducativo, além de serem pontuados os problemas contemporâneos que infligem nos direitos estabelecidos para os adolescentes em conflito com a Lei e as propostas de endurecimento das medidas socioeducativas.

O Terceiro Capítulo abordará questões referentes à operacionalização do sistema socioeducativo na Paraíba e os eixos de serviços, as medidas socioeducativas de meio fechado e as unidades, será explanado sobre a privação de liberdade e o Centro Socioeducativo Edson Mota (CSE) e as efetivação da garantia dos direitos dos adolescentes em conflito com a lei e por fim serão analisados os dados coletados na pesquisa de campo.

Ainda, estruturalmente o trabalho apresenta a parte das considerações finais do estudo, as referências que o embasaram e o apêndice, neste último encontram-se os instrumentos elaborados para pesquisa.

## **Capítulo 01**

### **1. A construção dos direitos das crianças e dos adolescentes diante de um contundente histórico de violações**

A criação de leis e normas voltadas à proteção de crianças e adolescentes foi resultado de um processo histórico e paulatino de resistência à negação de seus direitos pelos grupos conservadores que viam na sua invisibilidade algo a ser explorado. Desta forma, aqueles que aparentemente eram os “excluídos da sociedade” cumpriam uma função social bem definida, embora isso não se apresentasse imediatamente, eles serviam para a maximização da exploração da força de trabalho, pois ocupavam funções a baixo custo de mercado. Os burgueses preferiam a força de trabalho mais barata em determinadas funções, como os casos das fábricas de tecidos onde era majoritariamente composta por mulheres e crianças. E foi mediante a violação dos seus direitos que se foi construindo no Brasil a problemática estrutural e desumana do “encarceramento” e o extermínio das crianças e dos adolescentes pertencentes à classe trabalhadora, notadamente, negros e pobres. Dessa maneira, nenhuma proteção social a esse segmento foi concedida como benesse, mas resultante da luta por e da conquista de direitos.

Cabe resgatar que, desde o processo de colonização do Brasil os povos originários sofreram com as perseguições dos colonizadores, que os viam como povos “aculturados e sem alma”, portanto dignos de serem “domesticados” e outros de serem explorados. Nessa direção esses colonizadores fincaram nas “novas terras” a generalização de uma cultura dominante, nos termos do modo de vida das grandes metrópoles europeias, com vistas a se garantir um processo de produção de riquezas e de valores que assegura o pleno desenvolvimento do país regente, sem considerar o povo e a cultura aqui já existente – não obstante a resistência dos povos originários a esse processo. A negação da existência de uma cultura diferente a deles gestou em si três situações no período colonial: a imposição de uma doutrinação católica, a exploração da força de trabalho e o extermínio.

Por sua vez, o início do século XX é marcado aqui como um período histórico na conquista dos direitos das crianças e adolescentes no Brasil e

destaca-se por tardiamente ter iniciado a discussão sobre o trato humanizado em face da punição, destacado por Faleiros (2009), colocando em pauta a discussão sobre o trabalho infantil e indo contra os ideais dos conservadores da época que viam nesses jovens a potencialidade de serem explorados. Até então, é válido ressaltar que na particularidade dos “menores infratores”, como eram chamados crianças e adolescentes que cometeram algum “delito ou crimes”, o registro histórico aponta para as graves violações quanto ao acesso às condições básicas à sua sobrevivência e a seu desenvolvimento. Todavia, as ações em sua direção não se davam em virtude do enfrentamento dessas necessidades, mas sim apontavam para a exploração, mediante recrutamento para realizar serviços perigosos, pois era defendido que o trabalho tiraria esses adolescentes do ócio e, dessa forma, diminuiria a criminalidade.

Será discutido sobre a conquista tardia, porém essencial, dos direitos e das leis voltadas para crianças e adolescentes pobres que apesar de todas as mudanças substanciais que trouxeram para esses sujeitos, ainda há quem defenda os antigos Códigos de Menores de 1927 e 1979 ou pelo menos essência do caráter de encarceramento e da exploração da força de trabalho. Ademais, ocorrerá discussão sobre a proteção integral da criança e adolescente, a partir da Lei nº 8.069 de 1990 que estabelece a criação do Estatuto da Criança e Adolescente, cujo adolescente em conflito com a lei terá a garantia do acesso aos direitos.

### **1.1. As crianças e as classes: entre a liberdade e a escravidão**

As crianças e adolescentes sofreram desde a colonização do Brasil (séc. XV- XIX) com a violação dos direitos fundamentais, como o direito à vida e a liberdade. Eles foram por séculos criados, moldados e classificados segundo sua origem, seu credo e sua importância para o sistema vigente. Os povos indígenas sofreram perseguições que dizimaram tribos inteiras, foram definidos como povos aculturados e lhes foram impostos novos costumes de acordo com a cultura dos povos dominantes. Posteriormente, foram sequestradas pessoas de tribos africanas para substituir a força de trabalho escravizados dos indígenas, pois a sua resistência foi desqualificada como preguiça e inferioridade. Será

caracterizada a situação das crianças e adolescentes da classe “livre” e das escravizadas nesse período.

Nessa direção, segundo Rizzini e Pilotti (2009), os jesuítas<sup>9</sup> assumiram a responsabilidade de disciplinar e ensinar as crianças indígenas as normas e costumes católicos, visto que esses constituíam a doutrina hegemônica de Portugal e sob a qual se desenvolveram em terras brasileiras o comportamento, a obediência, a disciplina e o trabalho necessários ao alcance dos objetivos do “desenvolvimento” do processo de colonização e expansão de mercados internacionais. Cabe destacar que essas ações promoveram não só um processo de “destruição” cultural dos povos originários no período pré-colonial nas Américas, mas um verdadeiro genocídio destes, principalmente, aqueles que resistiam efetivamente às investidas nocivas da dominação material e ideal dos colonizadores.

Por conseguinte, a evangelização das crianças e adolescentes indígenas era denominada pelos padres da Companhia de Jesus como “soldados de Cristo”, pois eles tinham duas funções: a primeira, era a conversão de novos súditos leais à coroa e a igreja; e a segunda, partia-se do pressuposto que as crianças exerciam uma determinada influência nos adultos e isso facilitava a aceitação das novas estruturas sociais e culturais que estavam sendo impostas (RIZZINI E PILOTTI, 2009).

Segundo Lopez e Mota (2008), depois de 1530, o rei de Portugal João III (1502- 1557) organizou uma expedição para povoamento de suas terras no “novo mundo”<sup>10</sup>, onde foram cedidos trechos de terras conhecidas com as “capitanias hereditárias” que foram divididos em 15 lotes (sesmaria) e distribuídos para 12 donatários de confiança do Rei D. João III. O objetivo desse método era explorar essa nova terra, fomentar a agricultura local e expulsar os franceses. No entanto, esse método falhou devido às dificuldades encontradas com ataques indígenas e o enorme território, cujos donatários não tinham dinheiro suficiente para a manutenção. E o Rei resolveu implantar um Governo Geral, em 1548, cujo

---

<sup>9</sup> Os jesuítas eram padres da Companhia de Jesus que pregavam o evangelho baseado na catequese. A Companhia, por sua vez, era vinculada a Igreja Católica.

<sup>10</sup> O termo foi usado pelos exploradores que buscavam conquistar uma nova rota para chegar à Índia e se depararam com uma nova realidade, pois povos europeus ainda não haviam explorado aquelas terras. No entanto, não houve um descobrimento dessa terra, pois já havia pessoas que povoavam; os nativos. Houve uma exploração, uma invasão e um repovoamento nesse “novo” território, as tribos indígenas foram perseguidas, mortas e tiveram força de trabalho escravizada.

primeiro governador foi Tomé de Souza que promoveu mudanças significativas, como: fundou o Salvador, distribuiu as sesmarias, abriu estradas e construiu estaleiros.

Segundo Padro Júnior (1976) por uma questão econômica e de desconhecimento dessas “novas terras” os primeiros anos de povoamento deu-se nas costas litorâneas do “novo continente”. Após descobertas dos solos extremamente férteis do planalto central meridional (atualmente o sul e o sudestes) e dos recursos minerais houve um maior crescimento populacional nessa área – deflagrando o processo de interiorização da colonização.

O contingenciamento indígena no Brasil ao contrário de outros países era escasso e apresentavam demasiada resistência sobre o trabalho forçado implantado pelos colonizadores. Os autores Fragoso, Florentino e Faria (1998) afirmaram que por consequência das inúmeras fugas e epidemias trazidas pelos europeus que dizimaram as populações, logo, limitaram e, posteriormente, proibiram a força de trabalho escravizadas indígena. Para suprir a necessidade de força de trabalho escravizado, os portugueses se inseriram na comercialização do tráfico negro.

Do ponto de vista cultural, a consolidação do absolutismo português, aliado a um clero poderoso, até a primeira metade do século XVI, deu continuidade aos contatos entre a intelectualidade portuguesa e o humanismo, incluindo Portugal nos circuitos internacionais do Renascimento. A grande abertura cultural, verificada antes de 1540, sofre um corte abrupto com o movimento de contra-reforma, dando lugar aos processos inquisitórios e à rigidez das propostas da renovação católica, rompendo os vínculos com o humanismo. (WEHLING e WEHLING, 1994, *apud* SIQUEIRA, 2009, p.3)

Devido aos conflitos de poder na Corte de Portugal os jesuítas perderam seu poder político e financeiro para as missões de catequização dos indígenas. Segundo Rizzini e Pilotti (2009), para substituir essa força de trabalho os colonos desenvolveram o comércio do tráfico negro, prática essa que consistia em trazer de forma precária e forçada pessoas providas do continente Africano para torná-los a nova força de trabalho escravizada. Para os europeus os africanos eram uma raça humana inferior, e por vezes, não eram vistos como pessoas, essa visão se torna evidente quando por séculos eles foram escravizados, humilhados, torturados, estuprados, mutilados e mortos. Segundo Lopes e Mota (2008), os religiosos da época não viram nenhuma contradição entre o querer batizar os

indígenas e o querer escravizar indivíduos, sobretudo se fossem “pessoas de sangue infecto”; como eram considerados os negros.

Em 1570, a coroa proibiu a escravização dos índios. Apesar disso, permitiam que fossem escravizados os canibais ou aqueles índios feitos prisioneiros nas incursões contra tribos hostis (nas guerras justas). (LOPES e MOTA, 2008, p. 73).

Os escravistas a priori visavam adquirir escravizados adultos para o trabalho pesado, pois eles com um ano de trabalho conseguiam reproduzir o custo da sua compra, e, assim, os escravizados passaram ser um importante “produto” para a economia do país (FRAGOSO, FLORENTINO e FARIA, 1998). Mas devido ao “envelhecimento” dos escravizados os senhores perceberam que o rendimento diminuía e tornaram a olhar para a reprodução dessa força de trabalho. Além de serem vistas como produto a partir dessa concepção se tornaram “animais reprodutores”, alguns escravizados eram vendidos com essa denominação.

A mortalidade das crianças escravizadas ou “não livres” nesse período era altíssima devido à atribuição de trabalhos pesados, a ausência de assistência médica e os ambientes insalubres que lhes eram impostos. Outro fator importante é que as mães eram obrigadas a abandonar seus filhos para servirem como ama de leite para os filhos dos senhores (RIZZINI e PILOTTI, 2009). A autora Zaluar (1996) destaca que no final do século XIX houve vários casos de estupros de crianças escravizadas pelos seus “amos” que foram levados à justiça, mas que eram absolvidos pelos juízes, pois “a menina não tinha direito à honra”, além de assinalar um caso de infanticídio cometido por uma filha de um senhor que também foi levado à Justiça.

A responsabilidade de cuidar das crianças “livres”, ou seja, os órfãos e os rejeitados ficavam a cargo das Santas Casas de Misericórdia<sup>11</sup>, cabia aos representantes da terra (governadores e afins) criar impostos para manter essa assistência, contudo nem sempre conseguiam balancear as ações políticas com os interesses da Santa Casa.

---

<sup>11</sup> Segundo Siqueira (2009), as Santas Casas de Misericórdia consistiam em uma construção ideológica tradicional meio aos discursos modernistas, cujas estruturas socioeconômicas eram hierarquizadas. Faziam ações religiosas que ressaltam a noção de pobreza e promoviam o assistencialismo religioso e material aos “desclassificados” e “hospitalar” aos enfermos, além de abrigar os doentes, os abandonados, os anciões, criminosos doentes e doentes mentais. A denominação “Santa Casa de Misericórdia” se deu por fazer parte da Irmandade da Misericórdia.

Os pobres constituíam uma camada social de impossibilitados e desclassificados, criados na indigência, sem condições suficientes de sobrevivência. Viviam de biscates e esmolas, amparados pela caridade da Misericórdia e da Igreja (PIVA, 2005, *apud* SIQUEIRA, 2009, p.6).

Após chegar ao conhecimento das autoridades que crianças abandonadas nas ruas e igrejas estavam sendo devoradas por animais, morrendo de frio e fome, o Vice Rei resolveu implantar duas medidas, em 1726: o recolhimento de esmolas e a transferência da responsabilidade para os asilos. Rizzini e Pilotti (2009) apontam que as Santas Casas de Misericórdia implantaram, no mesmo ano, o primeiro Sistema de Roda, as chamadas Roda dos Expostos, no Brasil, que tinha como objetivo: ocultar a origem dos abandonados e esconder a identidade da família; essas crianças eram levadas para a Casa dos Expostos e criadas a partir das doações/esmolas de nobres.

Os autores Rizzini e Pilotti (2009) salientam que as crianças sobreviventes eram recolhidas pelas Santas Casas Misericórdia, onde permaneciam até seus sete anos e após isso ficavam a mercê da determinação dos juízes, na maioria dos casos eram enviadas para trabalhar. As instituições (casa dos expostos e asilos) que assistiam a infância tinham um alto índice de mortalidade infantil devido à má higienização, a alimentação precária e aos ambientes insalubres de trabalho e de habitação. Apesar de todas as críticas destinadas ao Sistema de Roda, ela permaneceu até a primeira metade do século XX, cuja última foi fechada em 1948, na cidade de São Paulo. É importante destacar que o trabalho infantil das crianças “livres” era análogo ao escravizado, pois o salário voltava para as instituições e as jornadas de trabalho eram semelhantes aos dos adultos.

Além disso, os trabalhos atribuídos às crianças menores apresentavam riscos iminentes, pois o serviço imposto a eles eram de limpeza e manutenção das máquinas ainda em funcionamento ou eram enviados para ser aprendiz. A situação do menor abandonado e dos delinquentes nas instituições que os assistia era desumana devido aos fatos supracitados.

Durante o século XIX os higienistas criaram a Puericultura, que é a especialização médica responsável pelos cuidados com a infância, devido à alta mortalidade infantil no Brasil. Com isso, promoveram a intervenção “higiênica” nos



ambientes destinados aos cuidados dos menores e seus familiares, como: os asilos, abrigos e nas casas (Rizzini e Pilotti, 2009).

Essa intervenção médica de caráter a diminuir a mortalidade infantil nos ambientes gerou intensos conflitos, pois os higienistas usavam da força para invadir as casas das famílias da classe trabalhadora: ex-escravizados e seus descendentes, trabalhadores industriais, imigrantes e etc, que perderam suas casas e passaram a morar em lugares de difícil acesso e sem planejamento, mas perto do trabalho e dos grandes centros, pois suas casas foram consideradas impróprias e, sendo assim, destruídas no seu lugar foram criadas avenidas, casas homogêneas, parques com o objetivo de embelezar os centros.

## **1.2. A contínua negação do direito após a escravidão**

O processo de libertação dos escravizados foi um fator econômico e estrutural importante para o país, os países europeus que influenciavam as sociedades à época estavam se modernizando rapidamente e, sendo assim, mudaram a forma de comercialização, onde passaram a condenar o trabalho escravizado e maximizar o trabalho livre, visto que isso atenderia a necessidade de comercialização de mercadorias. Se a escravidão era um fator problemático, a abolição da escravidão sem assistência para os ex-escravizados se tornou um agravamento das expressões da questão social, ou seja, a pobreza aumentou, as condições econômicas pioraram, pois milhares de pessoas rapidamente passaram a subsistir uma superpopulação relativa<sup>12</sup>, nos termos apontados por Marx (2013), passando a vagar nas ruas, entregues à própria sorte, sem qualquer assistência às suas sobrevivências.

Nesta mesma perspectiva Marins (1998) aponta que o final do século XIX e início do século XX, em pleno Governo das Espadas<sup>13</sup> (1889-1894) marcam-se um período de modernização e de grandes epidemias, sendo implantadas reformas higienistas no Rio de Janeiro-RJ, que nesse momento era capital do

---

<sup>12</sup> Segundo Marx (2013), a superpopulação relativa ou exército industrial de reserva são todos os trabalhadores que estão parcialmente ou integralmente desocupados. O autor discorre sobre três tipos de superpopulação relativa: a flutuante, latente e estagnada; e pontua que essa superpopulação tem uma função primordial para o sistema capitalista que é pressionar os trabalhadores ativos, além de puxar para baixos os salários, estender a jornada de trabalho e proporcionar a exploração do trabalhador, sob a ótica da lei da oferta e demanda do trabalho.

<sup>13</sup> Governo da Espada ou Provisório que presidiu o Brasil republicano após a expulsão da família Imperial.

Brasil. O objetivo do governo era limpar a cidade de tudo que a deixasse feia e doente, principalmente, após a abolição da escravidão, visto que os negros eram maioria vivendo precariamente nos grandes centros. Desta forma, o governo visava transformar a capital a partir da imagem do modelo europeu, sendo assim, moradores do centro e seus arredores foram expulsos para “embelezar” a capital.

Os moradores dos cortiços e vilas, ou seja, os pobres, ex-escravizados e seus descendentes - sejam eles homens, mulheres e crianças - foram expulsos das suas casas e tiveram os prédios demolidos no movimento “Bota - Abaixo”, deixando essas pessoas sem nenhum tipo de assistência ou realocação. No lugar desses prédios foram construídos: avenidas, parques e “residência homogênea”, visando a “higiene” da cidade. Os moradores expulsos das suas casas passaram a ocupar a periferia dos grandes centros, ou seja, nos morros, por ser um local perto do trabalho, o que deu início a formação das favelas (MARINS, 1998).

Devido ao contingente populacional que foi expulso dos centros das capitais e passaram a aglutinar-se nos arredores das cidades, em lugares pouco propícios para habitação, pois não lhes foram garantidas novas construções e nem terrenos como indenização pela expulsão e destruição das suas casas e objetos pessoais. A construção de “casas” nesses ambientes foi deficitária, pois faltava estrutura física, organização, água potável e algum tipo de saneamento básico para prover o mínimo necessário.

De acordo com Rizzini e Pilotti (2009), foram várias as ações e medidas desenvolvidas pelos higienistas, voltadas para o cuidado das crianças, como: a criação do Instituto de Proteção e Assistência à Infância, os dispensários e ambulatório, os serviços de consulta médica e palestras para as mães. Estes visavam à criação de ações que amenizassem os altos índices de mortalidade infantil nas cidades brasileiras, pois as crianças marginalizadas viviam em lugares insalubres, em um período com grandes epidemias.

Essa política de higienização teve um marco no ano de 1904, quando houve a “revolta da vacina” foi por consequência da brutalidade das ações higienistas de Rodrigues Alves e pela ausência dos repasses de informações para a população acerca do uso da vacina. Mesmo com as críticas às medidas a “lei de higiene”, ela foi eficaz e tornou a ação do médico necessária nas instituições (MARINS, 1998).

Nesse contexto, as crianças e adolescentes em conflito com a lei<sup>14</sup>, pobres e marginalizadas, denominadas de “menores<sup>15</sup>”, eram vistas como um problema social e, portanto, tratadas com violência; a estratégia de enfrentamento dessa expressão da questão social era a ação coercitiva e o controle social.

A “questão social” se intensificou no país a partir da última década do século XIX, pois existia um processo diretamente proporcional à intensificação da pobreza e da violência que foi a abolição da escravidão e a vinda dos imigrantes. É importante ressaltar que essa intensificação da pobreza não foi responsável por criar os “menores delinquentes”, ela potencializou a miserabilidade e, conseqüentemente, o crime, pois com a assinatura da Lei Áurea, em 1888, as pessoas foram “libertas” sem indenização, sem remanejamento da força de trabalho, sem assistência básica. Isso trouxe para as crianças e adolescentes pobres conseqüências gritantes referentes à força de trabalho, a sobrevivência e o ingresso no mundo do crime.

Seguindo a lógica da modernização dos primeiros governos republicanos foram desenvolvidas ações que contribuíram para absorver os trabalhadores imigrantes europeus que atendia a dois objetivos: substituir a força de trabalho escravizada e para o branqueamento racial do Brasil, pois - como já colocado - os grandes centros brasileiros eram ocupados em sua maioria por negros.

Os ex-escravizados não receberam junto com sua liberdade física a liberdade econômica e social. Foram abandonados em um país estrangeiro ou pouco receptível, que os viam como seres inferiores por ter a tonalidade da pele “não branca” e uma cultura diferente; se tornaram desempregados e sem qualificação para o trabalho fabril. A intensificação das ações dos “menores infratores”, no início do século XX, foi recorrente ao aumento populacional, a pobreza e o desemprego que potencializou a flexibilização do trabalho, a expansão da jornada e da exploração da força de trabalho de crianças e adolescentes pobres e dos “menores infratores ou delinquentes”.

---

<sup>14</sup> A nomenclatura criança, adolescente, jovem “em conflito com a lei” ou “autor de ato infracional” é recente, resultado de um processo de desenvolvimento social e histórico conquistado após o Estatuto da Criança e adolescente, segundo Volpi (2015), era usado termos estigmatizantes para se referir a eles, tais como: infratores, delinquentes, pívetes, menor, bandidos, trombadinhas, etc.

<sup>15</sup> O termo “menor” ou “de menor” era o termo mais utilizado para as crianças e adolescentes que não só eram acusados de alguma infração, mas também para jovens inocentes que tinham potencialidade de cometer uma infração, principalmente, por ser jovens pobres, moradores de determinadas comunidades e afrodescendentes.

### 1.3. **A luta contra o trabalho-infantil e a busca por direitos**

Transformações societárias ocorrem durante, principalmente, a segunda metade do século XIX, devido a plantação de café que se tornou o produto que alavancou a economia do país e ao mesmo tempo limitou a comercialização da força de trabalho escravizada que anteriormente era dominante; o processo de industrialização estabeleceu os novos parâmetros e novas necessidades de trabalho, como: uma força de trabalho mais qualificada e outra mais explorada.

A partir de 1850 deu-se o início da industrialização no Brasil - diferente dos países europeus o Brasil deu passos curtos e seguiu de forma conservadora e dependente das potências econômicas - com a inserção de máquinas e a modernização dos equipamentos, e a partir disso houve o crescimento ferroviário e marítimo que impulsionou as exportações. Em 1852 foi instalado o telégrafo que possibilitou uma comunicação mais rápida, esse avanço tecnológico contribuiu para o desenvolvimento econômico ao mesmo passo que contribuiu com mudanças nas relações sociais e comerciais (LOPES e MOTA, 2008).

Com a crise do Império (1870- 1889) <sup>16</sup>, em 1888, há uma ruptura na forma de governo e instaura-se uma República. No setor econômico houve várias mudanças significativas: uma nova força de trabalho com a imigração de trabalhadores estrangeiros que trouxeram novos conhecimentos sobre agricultura, pecuária, indústria, e sobre as organizações sindicais e a luta trabalhista; a exportação de produtos manufaturados devido à modernização das máquinas e a instalação de novos equipamentos; e o café torna-se o principal produto de exportação, configurando uma economia agroexportadora.

Sob a nova lógica industrializante o modo de produção ao tempo em que passa a produzir mais riquezas, alinhadas às necessidades político-econômicas, passa a produzir mais pobreza (MARX, 2013). Uma realidade alicerçada na substituição da força de trabalho local pela imigrante, na redução dos postos de

---

<sup>16</sup> O Brasil Imperial (1822- 1889) é a junção de três reinados (o Primeiro Reinado, o período Regencial e o Segundo Reinado), a crise do Império (Segundo Reinado) sob vários aspectos: questões religiosas, o final da mercantilização dos escravizados africanos, oposições política sobre o poder absolutista de D. Pedro II (poder moderador) e, posteriormente, a discussão sobre a instauração de república pelos militares, reações abolicionista e por fim um golpe dado pelo militar Deodoro da Fonseca.

trabalho por máquinas, no aumento da superpopulação relativa devido às novas configurações do mundo trabalho e em nenhuma expectativa de um contingente significativo de trabalhadores serem inseridos no mercado de trabalho ou de obter uma assistência.

Como mencionado, a mudança política, social e econômica potencializou o aumento da violência, da pobreza e da marginalização, pois os grupos subalternizados que não tiveram e não possuíram a qualificação profissional para esse novo período de industrialização e modernização dos equipamentos passaram a utilizar de meios ilícitos para sobreviver. Considerando a relação crianças e adolescentes e os atos infracionais não havia quaisquer ações públicas de proteção social. A principal diferença entre os “menores” e os adultos que cometeram crimes era o lugar para onde eram enviados quando pegos. Portanto, a condição peculiar de desenvolvimento desses não era levada em consideração, eram usados para exploração no âmbito industrial e tratados de forma a não considerar a sua humanidade.

Diante do exposto até aqui é possível conferir que o Brasil ao longo da história da colonização, do império e da república que se firmava não contava com um órgão ou leis voltadas para proteção à infância, restringia-se a ações assistenciais desenvolvidas pelo Estado, visto que a “problemática dos menores” era entendida como resultado da incapacidade de suas famílias no cuidado com a infância e não como expressão das próprias contradições sociais que se agravavam neste período histórico. Assim, a família era julgada e responsabilizada pela condição de pobreza, o complexo jurídico instituído utilizava-se de seu poder para retirar, revogar e restituir o pátrio poder<sup>17</sup> sempre que julgasse necessário, contudo, não provia medidas protetivas eficientes para o cuidado dos menores e dessas famílias.

Ao longo do século XX foram criados “órgãos oficiais de assistência”, e nesse período foram planejadas e consolidadas algumas políticas de atendimento ao “menor”. Por exemplo, na década de 1920 foi consolidada a formulação da justiça e assistência para os “jovens delinquentes”, devido ao intenso movimento

---

<sup>17</sup> O pátrio poder refere-se ao poder da família (na figura do poder do pai/marido na família sobre os demais membros) desconsiderando assim a família como núcleo e impõe o homem provedor da casa como o responsável único no cuidado da família. No ano de 2009 é sancionada a lei nº 12.010 que no art.3º aponta que foi modificado o termo “pátrio poder” por “poder familiar”.

de grupos comprometidos com a efetivação das leis para a proteção e a assistência à infância, foram criados o Juízo de Menores <sup>18</sup>e o Código de Menores de 1927<sup>19</sup> (RIZZINI e RIZZINI, 2004). Os jovens marginalizados eram classificados pelo Juízo de Menores e pela Polícia quanto à origem e histórico familiar, o recolhimento desses jovens passou a ser de responsabilidade da polícia.

Nesse período, que ocorreu sob a vigência dos códigos criminais de 1830 e 1890, anteriores ao primeiro Código de Menores, as crianças e adolescentes estavam submetidos aos mesmos trâmites processuais dos adultos, recebiam as mesmas penalidades nas casas de correção ou nas penitenciárias comuns, juntamente com os adultos (SARTÓRIO e ROSA, 2010, p.556).

Nesse mesmo contexto, vários movimentos e sindicatos começaram a ser formados, eles lutavam por melhores condições de vidas dos trabalhadores urbanos, entre as reivindicações estava à diminuição das jornadas do trabalho infantil. As greves operárias de 1917 e 1919 levantaram questões como: os baixos salários e as péssimas condições de vida e de trabalho.

Com o efervescente processo de industrialização, acompanhado do igual crescimento da pobreza, no final do século XIX e início do século XX, gerou-se uma grande demanda por força de trabalho nas fábricas. Segundo Faleiros (2009), o operariado das indústrias têxteis em sua maioria eram mulheres e os “menores”, devido a sua força de trabalho extremamente barata e hiper-explorada, essenciais para o capital. Sua força de trabalho é uma mercadoria<sup>20</sup> rentável para o sistema capitalista por produzir mais-valia para o capital. O operariado trabalhava em condições desumanas trocando sua força de trabalho por um salário abaixo custo que servia apenas para reproduzir essa força de trabalho.

---

<sup>18</sup> Segundo Rizzini e Rizzini (2004), o Juízo de Menores estruturou um modelo de atuação na assistência pública que perdurou até 1980, funcionava como órgão central do atendimento ao “menor”, em situação de rua ou levado pela família. O Juizado estruturou, ampliou e aprimorou o molde herdado das ações coercitivas da polícia no que se refere ao controle social dos delinquentes.

<sup>19</sup> Segundo Faleiros (2009), o Código de Menores de 1927 possuía em sua base a filosofia higienista de proteção do meio e do indivíduo, e a visão jurista correccional – disciplinar, ou seja, repressiva e moralista. Ele traz inovações importantes, para a República Velha, como a abolição formal das Rodas dos Expostos, mas mantinha o anonimato da família e o estabelecimento da proteção integral até os 18 anos. A predominância do poder do Estado sobre a vida do “menor”, cujos juristas e policiais podiam suspender o Pátrio Poder e apreender os jovens ditos abandonados, apesar disso a família ainda era valorizada, mesmo que parcialmente.

<sup>20</sup> Segundo Marx (2013), “a mercadoria é, antes de tudo, um objeto externo, uma coisa que, por meio de suas propriedades, satisfaz necessidades humanas de um tipo qualquer. A natureza dessas necessidades – se, por exemplo, elas provêm do estômago ou da imaginação – não altera em nada a questão”, p. 157.

O setor industrial em expansão arregimentou um número significativo de crianças e mulheres em diferentes setores. Na fiação e tecelagem (algodão, seda, juta e lã), mulheres e meninas eram cerca de 70% do total da mão de obra empregada. No setor de vestuário, confecções de roupas, camisas, malharia, produção fabril de redes, fitas, bordados, tamancos, chapéus e alimentos (massas, biscoitos e chocolate), mais da metade dos trabalhadores eram mulheres. (MATOS e BORELLI, 2013, p.63)

O trabalho infantil se intensificou após a Revolução Industrial em vários países, no Brasil os menores que trabalhavam nas fábricas eram recrutados nos asilos ou iam para complementar a renda familiar, cuja jornada de trabalho era semelhante aos adultos e o salário reduzido (RIZZINI e PILOTTI, 2009). Tratava-se de um trabalho superexplorado. As necessidades econômicas e sociais faziam os “menores” aceitarem trabalhos precarizados para suprir uma determinada renda. Aqueles que não “optaram” por vender sua força de trabalho abaixo custo eram vistos como vagabundos e reprimidos pela polícia que os encaminharam ao juizado.

As consequências do trabalho infantil nas fábricas eram infinitas, e não se limitava ao Brasil, desde o período das gravidezes das proletárias os “menores” eram expostos aos resíduos das fábricas, pois as mulheres eram obrigadas a trabalhar (questão econômica) até o nascimento do infante. Quando maiores passavam a trabalhar nas indústrias/ fábricas, sendo responsáveis pelo conserto e a manutenção das máquinas em atividade. Como consequência, era recorrente a amputação de membros, adoecimento e a morte desses “menores” que não recebiam qualquer indenização por tais acidentes.

Diante de tal realidade a situação do “menor” era posta em discussão no âmbito nacional e internacional. Segundo Moura (2015), após a Primeira Guerra Mundial foram feitas Convenções do Trabalho, no cenário internacional, voltadas para a discussão sobre o trabalho infantil, cujo objetivo era a proteção ao “menor” com o propósito de fixar uma idade mínima para o trabalho e a proibição dos trabalhos noturnos.

A discussão sobre a situação do trabalho infantil se intensifica no Brasil, devido à presença constante dos movimentos sociais, durante as duas primeiras décadas do século XX, expondo a situação precária do trabalho infantil nas fábricas. Segundo Faleiros (2009), em 1920, é realizado o 1º Congresso Brasileiro

de Proteção à Infância relacionada com a criação de uma agenda da proteção social devido à influência dos movimentos nacionais e internacionais em prol da infância. Em 1921 é criada a Lei Federal 4.242 que autoriza o Governo a organizar um serviço de proteção e assistência ao “menor abandonado” e “delinquente” para o enfrentamento das críticas contra o trabalho infantil.

Nesse mesmo período houve um direcionamento para a criação de uma política da educação para o “menor” por meio do trabalho na condição de aprendiz, segundo Moura (2015), a classe burguesa incentivava que o “menor” deveria equacionar a educação e o trabalho. Sob o discurso que o trabalho iria afastar esses “menores” da criminalidade e delinquência.

Essa consonância da elite brasileira com o trabalho infantil vem da necessidade da burguesia em adquirir uma força de trabalho a baixo custo, pois está em uma fase posterior ao trabalho escravizado, a situação econômica e política do país exigiam outras estratégias de exploração do trabalho. As famílias mais pauperizadas são aquelas que conquistaram a “liberdade<sup>21</sup>”, mas continuaram sem liberdade econômica, e, por conseguinte, passaram trabalhar em condições desumanas, em uma situação degradante e desvalorizada. O trabalho fabril para um adulto era desgastante, saturado, perigoso e desvalorizado, e, ainda, assumia tons mais drásticos com relação ao “menor”.

Faleiros (2009) coloca que apesar de todo o processo coercitivo das ações assistenciais voltadas para os “menores delinquentes” dos séculos XIX e XX existia a falácia da criação de uma justiça mais humanizada que visava à “reeducação” em detrimento ao caráter punitivo do período, devido ações de grupos sociais empenhados no levantamento da discussão sobre a criação de medidas de “recuperação” voltadas para os “delinquentes” que se diferenciassse dos adultos.

---

<sup>21</sup> Segundo Marx (2013), sempre que são criadas leis que limitam o trabalho infantil os burgueses industriais revoltam-se e criam formas de contornar essa situação, para o capital a “liberdade do capital” é a possibilidade de explorar a força de trabalho de todos em condições semelhantes, os burgueses chamam de “trabalho livre”, “que parte dos pais retiraria as crianças da indústria agora regulamentada, a fim de vendê-las naquelas em que ainda reina a “liberdade do trabalho”, isto é, onde crianças menores de 13 anos são forçadas a trabalhar como adultos e podem, por conseguinte, ser vendidas a um preço maior. Mas como o capital é um *leveler* [nivelador] por natureza – isto é, exige, em todas as esferas da produção, como seu direito humano inato, condições iguais para a exploração do trabalho –, a limitação legal do trabalho infantil num ramo da indústria torna-se a causa de sua limitação em outro” (*idem*, p. 578).



As ações higienistas foram justificadas pelo desregramento, ou seja, ausência de disciplina e ordem-moral. Nessa perspectiva, Faleiros (2009) aponta que foi recomendada a criação de escola de reforma<sup>22</sup> e a casa de preservação, cuja função seguia duas linhas de ação: atender ao abandono moral e o abandono material do “menor”, órfãos e “delinquentes”.

Os grupos de defensores da reeducação dos “menores”, entre a passagem do século XIX para o XX, já prezavam a humanização na questão do assistencialismo e proteção ao “menor” mobilizaram ações em prol da criação de delegacias especiais e lugares específicos para que fossem atenuadas as ações coercitivas e violentas contra os menores e que fosse desenvolvida a “recuperação social” através da formação profissional (RIZZINI e PILOTTI, 2009), porém isso não significou necessariamente a eliminação das agressões.

A formação profissional dos “menores” e jovens foi promovida pelo Governo em 1909 e se intensifica em 1937, cuja estratégia que cumpre duas funções: a primeira consiste no interesse dos capitalistas em obter uma força de trabalho qualificada e polivalente, gastando pouco, pois com o apoio do governo não seria preciso/necessário gastar para a capacitação dos profissionais; e a segunda estratégia seria reter uma força de trabalho barata dos jovens “delinquentes”, cujas ações desumanas de trabalho eram justificadas pela a ideia de “reabilitação profissional dos vadios”.

Este mesmo encaminhamento é a estratégia dos asilos e orfanatos, dando-se ênfase ao trabalho doméstico, nos ofícios menores [...]. Os viciosos, vagabundos e ébrios habituais são tratados conforme a estratégia da repressão e levados, pela polícia, como vimos, às prisões comuns. Integrar pelo trabalho ou dominar pela repressão eram as estratégias dominantes (FALEIROS, 2009, p.43).

A exploração do trabalho infantil era justificada pelos burgueses industriais como sendo uma medida para retirar os menores do ócio. Eles foram contra o Código de Menores de 1927, pois o Código efetivava o trabalho infantil a partir dos 14 anos, e os capitalistas necessitavam da força de trabalho infantil dos mais novos para o conserto das máquinas, uma vez que, elas eram responsáveis pela manutenção nas máquinas ainda ativas.

---

<sup>22</sup> Escola de reforma ou reformatório, cujo “menor” receberia educação básica e o ensino profissionalizante.

Intensa discussão da sociedade civil e política sobre o valor e a desvalorização da força de trabalho infantil, sob o pretexto de retirar os “menores delinquentes” do ócio e formar cidadãos morais que valorizam a ordem, no entanto, as políticas sociais dividiam os desvalidos dos válidos social e economicamente.

Se, por um lado, fala-se em proteção à criança, em trabalho perigoso, e promulgam-se certas leis de impedimento de determinados trabalhos, por outro, a prática é de ignorar a lei, de manter e encaminhar as crianças desvalidas ao trabalho precoce e futuro subalterno, numa clara política de separação ou de exclusão de vastos grupos sociais do exercício da cidadania. (FALEIROS, 2009. p. 34)

Ainda na década de 1920 o governo instaurou inúmeras ações voltadas para a família e para o menor da classe trabalhadora, a partir de uma política de proteção materna e dos menores, recordando que nesse período eram desenvolvidas as ações higienistas em prol da redução da mortalidade infantil, de doenças contraídas nas instituições responsáveis pela assistência à infância e pelos riscos e consequências do trabalho em fábricas. As condições do trabalho infantil passam a ser pautado e discutido cada vez mais após a Constituição Federal de 1934.

A década de 1930 é marcada pela “Revolução de 30 ou golpe de 30” que modificou a política brasileira, pois Getúlio Vargas quando toma a Presidência da República, ele rompe com os antigos acordos das oligarquias rurais e urbanas que chefiavam o Brasil, por meio da Política do Café com Leite. Segundo Faleiros (2009), o período trouxe transformações profundas na economia, cujo país avançava na ampliação da industrialização com o apoio militar e do capital privado. Os sindicatos após perseguições políticas passaram a ser controlados/dirigidos pelos representantes do governo atendendo aos interesses das classes burguesas.

Desta maneira, em 1932, o Código de Menores foi modificado possibilitando o trabalho infantil antes dos 14 anos, reforçando a legalidade do trabalho precoce que atendia aos interesses dos burgueses industriais que buscavam na exploração do trabalho infantil a realização de serviços altamente perigosos e a mais valia absoluta. Faleiros (2009) destaca que, em 1934, após intensas reivindicações dos trabalhadores foi incluso na Constituição Federal de 1934 a idade mínima de trabalho, a partir dos 14 anos. E, posteriormente, houve

conquistas trabalhistas após intensas perseguições políticas e as ações coercitivas do Estado frente aos trabalhadores dos diversos setores e em 1937 é efetivada a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

Com as mudanças econômicas ao longo da década de 1930 até o início da década de 1940 através do processo de industrialização pesada e as novas demandas da burguesia urbana para atender os avanços tecnológicos foi implantado o ensino profissionalizante com a criação do Sistema Nacional de Aprendizagem Industrial e Comercial, por meio do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC) e Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI)- (Faleiros, 2009). Tinha como função a formação do jovem trabalhador como “capital humano” do país, mediante preparo profissional e o respeito à hierarquia pela educação moral.

Segundo Rizzini e Rizzini (2004), o governo de Vargas, em 1941, cria o Serviço de Assistência a Menores (SAM) que se expandiu nacionalmente na como o objetivo de assistir aos menores, contudo executava ações de controle social<sup>23</sup> e encarceramento dos “delinquentes”.

Mesmo após a criação de serviços e leis voltados para a criança e o adolescente, as ações continuaram com o caráter punitivo, coercitivo e de encarceramento da juventude da classe trabalhadora. Além de responsabilizar o indivíduo e os familiares pela situação de pobreza e envolvimento com o crime.

#### **1.4. A ação coercitiva do Estado**

Defronte aos pontos supracitados é possível se observar a ação coercitiva do Estado frente à situação do “menor infrator” ou mesmo de um “menor abandonado”, cujas ações eram arbitrárias e violentas “justificadas” sob a perspectiva do controle e da ordem social da classe trabalhadora, principalmente, durante as décadas de 1940 e 1950. Todavia, essas ações ilegais de coerção e

---

<sup>23</sup> O termo controle social é utilizado para retratar as determinações do Estado por meio de ações coercitivas, leis arbitrárias de restrição de comportamento, censura da população pobre, ou seja, significa controlar/conter a população por meio de ações coercitivas do Estado. Na atualidade, o controle social ou participação social representa o dever e o direito da população de regular, monitorar, participar, controlar e influenciar os atos do administrador público; tem o objetivo de evitar a corrupção e o fortalecimento da cidadania.

enfrentamento contra a classe trabalhadora passaram a ser licenciadas durante os anos de 1964 a 1985, o que incentivou o endurecimento das ações coercitivas.

Segundo Faleiros (2009), em 1941, é criado o Serviço de Assistência ao Menor (SAM) uma instituição que orientava a política pública para a infância, sendo redefinida em 1944. Cabia ao SAM orientar e fiscalizar educandários particulares, investigar os menores para fins de internação e ajustamento social, proceder ao exame médico- psicopedagógico, abrigar e distribuir os menores pelos estabelecimentos, promover a colocação de menores, incentivarem a iniciativa particular de assistência à menores a estudar as causas do abandono.

O SAM herdou medidas coercitivas e punitivas das articulações institucionais anteriores dos asilos, casas de reformatório e do próprio Código de Menores de 1927, mas apesar disso apresentou sua especificidade, pois buscava realizar uma investigação do estado dos menores com fins de internação e ajustamento social. A classe burguesa perpetuava a justificativa do encarceramento dos “menores” considerados perigosos (os pobres pertencentes de comunidades, por exemplo) como forma de “prevenção”, cujo ajustamento e recuperação seriam desenvolvidos, por meio das instituições responsáveis por assistir a “delinquência juvenil”, no tocante a educação moral e a profissionalização (FALEIROS, 2009).

Apesar de apresentar novas mediações quando comparado às ações anteriores, o SAM ratificou a prática de encarcerar os “delinquentes”, ao invés de criar ações efetivas que viabilizassem a construção de leis que reconhecesse e garantisse os direitos básicos desses sujeitos.

O objetivo principal era combater o indivíduo perigoso, com tratamento médico acompanhado de medidas jurídicas. Para esta vertente interpretativa da personalidade do “criminoso” era considerada tão importante quanto o ato criminal e por isso o infrator deveria ser internado para, no futuro, vir a ser reintegrado socialmente. Desde então esta argumentação permanece sendo aceita como justificativa para a alegada periculosidade do adolescente pobre e a necessidade de seu inevitável encarceramento. (PASSETTI, 2010, P.196)

Segundo Passetti (2010), as medidas de internação e “educação pelo medo”, do SAM<sup>24</sup>, têm a finalidade de estabelecer uma ordem social, sob o

---

<sup>24</sup> Além dessas atribuições essa instituição encaminhava os menores para fazer exames, abrigava e distribuía os menores pelos outros estabelecimentos e incentivava a iniciativa privada a estudar as causas do abandono. (FALEIROS, 2009, p.54)

cotejamento de muitas contradições “dos reformatórios”, pois eles substituíram a noção de presídios, entretanto, continuaram com as velhas práticas coercitivas.

Faleiros (2009) faz uma distinção ao SAM quando o considera o primeiro órgão federativo responsável pelo controle da assistência pública e privada destinada a escolas públicas de reforma, as colônias correccionais e presídios. Alguns juízes passaram a denominar o SAM como sendo uma “fábrica de delinquentes” por não ter capacidade de garantir a “readaptação do menor”, pelo contrário havia a intensificação do conceito de “escola do crime”, pois os adolescentes que cometiam crimes leves se envolviam com outros adolescentes de facções ou cometeram crimes hediondos e, dessa forma, quando saíam havia progressões nos crimes.

O Governo autocrático burguês<sup>25</sup> (1964-1985) irá desenvolver ações de controle social, dando ênfase a dois segmentos da juventude brasileira: a organizada e a “delinquente”, segundo Bango (2003) ambos são vistos como “problemas sociais”. As ações coercitivas não eram legalizadas antes, no entanto durante os anos do golpe militar que engendrou a criação dos Atos Institucionais (AI) que tinham o intuito de limitar os direitos civis e políticos da população brasileira e, conseqüentemente, endureceram ainda mais as medidas de controle sociais e de correções dos comportamentos desviantes dos “menores delinquentes”.

O Ato Institucional mais conhecido e, conseqüentemente, o mais “linha dura” foi o AI-5 que suspendeu os direitos políticos, bem como a liberdade de ir e vir, proibiu o *habeas corpus* de presos políticos, que legitimou a censura, a criminalização da oposição e fechou o Congresso Nacional decretando o estado de sítio. Ainda, instituiu a tortura, a perseguição e teve como consequência última o assassinato de centenas de pessoas envolvidas ou não com movimentos de oposição ao referido regime.

Com relação aos dois segmentos de adolescentes e jovens vistos como uma problemática para o governo, Bango (2003) coloca que a perseguição e o

---

<sup>25</sup> Netto (2005) coloca que a finalidade da “contrarrevolução preventiva” ou ditadura militar eram três: adequar os padrões nacionais de desenvolvimento ao quadro de inter-relacionamento econômico capitalista, ou seja, o subalternizar o país aos interesses imperialistas vigentes; golpear e imobilizar os protagonistas que resistiam à reinserção da subalterna no sistema capitalista e dinamizar a sua oposição a revolução e ao socialismo “bem como uma pratica policial-militar anticomunista”.

encarceramento da juventude organizada são pertinentes ao envolvimento deles nos movimentos sociais e políticos de esquerda em prol da redemocratização e da restituição dos direitos políticos, civis e sociais que foram suprimidos pela Ditadura Militar e pela aproximação desses jovens com os ideais comunistas. Foi durante as lutas sociais que os ideais do comunismo e a teoria social crítica de Karl Marx começaram a adentrar com mais afinco no país e o governo passam a utilizar disso para se permanecer no poder frente à “ameaça comunista”.

Pode-se observar nesse período uma tendência à execução de ações de controle em resposta à mobilização dos setores juvenis que haviam adquirido uma maior participação social. (BANGO, 2003, p.43)

O “delinquente juvenil” é visto como um problema nacional devido à condição de pobreza, cuja ampliação se deu durante a crise econômica de 1979 ou o fim do “milagre econômico” que propiciou um maior impacto econômico nos mais pobres aumentando a miserabilidade e ocasionando um maior protagonismo da juventude na criminalidade. Segundo Faleiros (2009), o Governo Federal argumentava que suas ações repressivas e de perseguição, na situação do menor, justificava-se, pois a população carente era a mais propensa a aderir aos ideais comunistas e com isso a nação estava em risco iminente. Por conseguinte, ocorreu uma ampliação das políticas sociais de “compensação social”.

Como forma de compensar; ao menos transitoriamente, os notórios problemas gerados pelos programas de ajuste, em termos das condições materiais e da qualidade de vida da população, puseram-se em prática diversos programas de combate à pobreza, baseados especialmente na transferência direta de recursos aos mais empobrecidos, por meio de programas alimentares, de emprego temporário ou de assistência sanitária. (BANGO, 2003, p.44)

O SAM devido à intensa corrupção foi substituído pela Fundação Nacional do Bem Estar do Menor<sup>26</sup> (FUNABEM), em 1964, mas em sua base se encontrava alguns dos princípios do SAM. Já a Política Nacional do Bem-Estar do Menor (PNBEM) tinha o objetivo de zelar para que os menores não se tornassem comunista e não tivesse contato com as drogas.

O sistema, como são denominados tanto a política da infância, como o conjunto de mecanismo de repressão, inclusive o esquema de controle

---

<sup>26</sup> O FUNABEM foi um órgão criado após a extinção do SAM e regulamentado pela lei nº 4.513/64, e não era subordinado ao Presidente da República e ao Ministério da Justiça. Em sua lei já era garantido à participação estatal e privado, e que ao longo da gestão foi se moldando aos princípios da Segurança Nacional (Faleiros, 2009).

social e político (com terror e tortura), deveria estar presente em todas as partes, controlando, vigiando, educando para que a integração se processasse de acordo com o plano racional elaborado pelos tecnocratas. [...]. Para isso, o Governo Federal estimula a criação de Fundações Estaduais de Bem-Estar do Menor. (FALEIROS, 2009. P.66.)

Conforme Rizzini e RIZZINI (2004), o Governo Autocrático Burguês difundia para a sociedade civil pauperizada que os serviços e ações desenvolvidas pela FUNABEM eram os melhores, pois a institucionalização dos “menores” com idade escolar garantiria a escolarização, alimentação e a profissionalização para se “tornar gente”, no entanto as ações exprimiam as características das intervenções anteriores; de controle e encarceramento desse público. O discurso positivo do Estado conseguiu adentrar no ambiente familiar e nas comunidades, o que ocasionou em uma intensificação do processo de internação (espontânea) em larga escala no país inteiro.

A “segurança nacional” tornou-se o sustentáculo ideológico do novo órgão de proteção aos menores – o “Anti-SAM”, que resgatara a defesa nacional contra a ameaça comunista, vislumbrada pela ditadura Vargas. A Política Nacional de Bem-Estar do Menor (PNBEM) teve suas diretrizes fixadas pelo governo Castelo Branco (lei n. 4.513, de 1/12/1964). A tônica era a da valorização da vida familiar e da “integração do menor na comunidade”. (RIZZINI E RIZZINI, 2004. P.36).

No final da década 1970 foi marcado pelo fim do milagre econômico e o esgotamento do estado autocrático burguês proporcionou uma crise dantesca no cenário brasileiro que promoveu altas inflações, ao mesmo passo o governo adotou o modelo neoliberal para o desenvolvimento da economia já estagnada. O neoliberalismo prega o “Estado mínimo”, ou seja, pouco envolvimento do Estado no mercado e uma responsabilização da sociedade pelos problemas sociais. Dessa forma, em 1979, a Lei nº 6.697/79 foi aprovada permitindo que houvesse a revisão do Código de Menores de 1927, cujo “menor” era classificado de acordo com sua condição econômica e posto como em situação irregular<sup>27</sup> com potencialidade de ser um infrator, ao mesmo tempo responsabilizava a família pela situação de pobreza e envolvimento com o crime.

---

<sup>27</sup> “A teoria da *situação* irregular vinha prevista no artigo 2º.. considerando menor em situação irregular aquele que tivesse em qualquer situação que o privasse de condições especiais à subsistência, saúde ou instrução obrigatória por falta ou omissão dos pais ou responsáveis, bem como a impossibilidade destes em prover as necessidades do menor, ser a criança vítima de maus tratos ou castigos imoderados ou quando estivesse em perigo moral ou em ambiente em atividade contrários aos bons costumes ou mesmo quando fosse autor de ato infracional (Rosa, 2019, p.29).

A legislação menorista confirmava e reforçava a concepção da incapacidade das famílias pobres em educar os filhos. O novo Código de Menores, instaurado em 1979, criou a categoria de “menor em situação irregular”, que, não muito diferente da concepção vigente no antigo Código de 1927, expunha as famílias populares à intervenção do Estado, por sua condição de pobreza. A situação irregular era caracterizada pelas condições de vida das camadas pauperizadas da população, como se pode ver pelo artigo 2o da lei n.6.697/79. (RIZZINI E RIZZINI, 2000, p.41)

Desta forma, o Código de Menores de 1979, segundo Terra e Azevedo (2018), foi uma resposta ao “problema do menor”, manifestado pelo aumento da desigualdade social ao longo da década de 1970. Conforme supracitado, o fenômeno do pauperismo aumentou o ingresso dos “menores” na criminalidade e a resposta do Estado a essa problemática foi endurecer as ações coercitivas nas Fundações Estaduais do Bem-Estar do Menor (FEBEM). Essas ações do endurecimento das medidas não mudaram a realidade concreta dos “menores infratores”, o encarceramento e as ações coercitivas que violavam os direitos básicos poderia apenas fortalecer os vínculos desses adolescentes aos grupos criminosos e os fazê-los reincidir com progressões das ações criminosas

Decorrente do endurecimento do sistema do Estado para lidar com a situação do menor, no ano de 1975 e 1976, o Congresso Nacional cria uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para analisar a violência do Estado contra a criança e jovem.

O Novo Código de Menores, trazendo a concepção do binômio carência/delinquência, oficializou a cultura da internação na medida em que bastava o “menor” se encontrar em uma ou algumas das hipóteses da situação irregular, para que fosse apreendido para a execução de qualquer medidas denominadas de assistência e proteção, previstas no artigo 13 e 14. (ROSA, 2019, p.29).

Os pobres nesse período eram criminalizados, controlados e oprimidos socialmente, politicamente e economicamente. A pobreza era vista como potencializadora do ser criminoso e nessa perspectiva o Estado ratificou as velhas práticas coercitivas, das primeiras medidas de assistência ao “menor”, sob novos parâmetros: afastar os pobres do comunismo e a culpabilização da família pela situação de pobreza do “menor”. Podemos afirmar que as medidas de encarceramento/institucionalização, educação moral e o trabalho infantil como “reajuste social” nunca deixou de existir, porém nesse período era justificado como a única forma de ascensão social para os jovens em “situação irregular” da classe trabalhadora.



Todavia, com o processo de redemocratização e reabertura política no Brasil, cria-se um novo quadro de questionamento sobre a situação do “menor visto como irregular”, essa preocupação deu-se a partir da circulação em grande escala de informações sobre a realidade das famílias pobres e marginalizadas (FALEIROS, 2009); principalmente, na pós-crise econômica de 1979 que intensificou a pobreza da população aumentando a desigualdade social e a violência.

Terra e Azevedo (2018) assinalam que a década de 1980 foi marcada pela intensificação e organização dos movimentos e grupos sociais em defesa da proteção ao “menor”. Faleiros (2009) aponta que esses movimentos e grupos estabeleciam parcerias com as Organizações Não-Governamentais (ONGs) nacionais e internacionais, como a Frente Nacional de Defesa dos Direitos das Crianças e Adolescentes, a Comissão Nacional Criança e Constituinte, Pastoral do Menor e Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua. Com o apoio da Igreja Católica esses grupos desencadearam o processo de reivindicações do direito a cidadania para a infância (RIOS JUNIOR e SILVA, 2016).

[...] uma mobilização política que, em fins dos anos 70, reuniu educadores militantes em todo o território nacional, sob a direção da UNICEF e das Comunidades Eclesiais de Base. Criticando as políticas de orientação correcionais e repressiva que haviam caracterizado o período autoritário [...] (PERALVA, 2000. pg.37).

Esses movimentos buscavam saídas alternativas para as crianças e adolescentes “em situação de risco” e visavam à proteção à infância, por meio da educação ao invés das ações punitivas e coercitivas. Segundo Peralva (2000), mesmo com toda importância que o Movimento Meninos e Meninas de Rua teve não conseguiu estabelecer nenhuma mudança significativa para as/os jovens que demandavam assistência, dado a condição de pobreza que se inserem e do não acesso a direitos legalmente constituídos.

Contudo, com os avanços desses movimentos sociais foi elaborada uma proposta de proteção integral a ser inserida na Constituição Federal (CF) de 1988 que garantisse os direitos de crianças e adolescentes, culminou com os art. 227 e 228 da CF/88. Nessa proposta é destacada que a garantia dos direitos deve ser

viabilizada pelas famílias, Estado e sociedade civil com objetivo de proteger as crianças e adolescentes contra todas as formas de violência (FERREIRA, 2010).

De acordo com Ferreira (2010), o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) é regulamentado pela Lei nº 8.069/90 e sofreu grande resistência por parte de setores dominantes da sociedade e pelos conservadores que usavam a força de trabalho infantil para obter o lucro, desta forma argumenta que o Estatuto apresenta uma visão utópica e, portanto, foram contra a proteção integral da infância e adolescência,

O coro contrário à implementação do ECA contou com o apoio de meios de comunicação de massa, que se incumbiram de disseminar no senso comum a opinião de que esta é 'uma lei boa para a Suíça', que o 'eca protege bandido' e que é responsável pelo recrudescimento de índices de criminalidade juvenil. (OLIVEIRA, 2000. p. 11)

Alguns autores como Ferreira (2010) e Oliveira (2000) colocam que os opositores criticam a formulação do ECA por ser baseado em normativas estrangeiras, descaracterizando a realidade concreta do Brasil, e assim, criando medidas utópicas para uma dimensão que inexistia no país; volta-se aos jargões "uma lei boa para a Suíça", contudo o eca é pautado segundo os direitos fundamentais ou Direitos Humanos que após a Segunda Guerra Mundial foi-se criado direitos gerais que promovessem a garantia dos direitos base de todo ser humano, sendo estabelecido pela Organização das Nações Unidas (ONU).

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) é um modelo que derruba a concepção dos códigos de menores de 1927 e a revisão de 1979, onde a criança e o adolescente em situação de pobreza são: classificadas e criminalizadas pelo pertencimento familiar, situação econômica, étnico-racial e de habitação, ou seja, a criança negra, pobre e de comunidade (favela) era taxada como tendo um potencial para ser autor de ato infracional<sup>28</sup>. Por meio do Estatuto da Criança e do Adolescente passaram a ser considerados cidadãos, e como tal, com direitos a serem garantidos e preservados, conforme a Constituição Federal de 1988.

A conquista legal desses direitos no âmbito nacional está ainda sintonizada com uma tendência internacional pela busca de reconhecimento e garantia de direitos de grupos sociais mais vulneráveis,

---

<sup>28</sup> Considera ato infracional a infração ou a má conduta que infringe as normas da sociedade cometida por um adolescente, é o equivalente ao crime praticado por um adulto.

dentre eles as crianças e adolescentes. Estados Nacionais, preocupados com a garantia destes direitos, redigiram cartas, convenções e regras que, após assinadas pelos respectivos governos, passaram a ditar parâmetros e prioridades no que se refere ao trato com a infância e a juventude. Esta normativa internacional influenciou o legislativo brasileiro quando da elaboração do Estatuto da Criança e Adolescente. (OLIVEIRA, 2000. pp. 11 – 12)

Nas primeiras eleições diretas após o período autocrático se põe em curso a disputa entre dois projetos de democracia: a de massa e a restrita. O primeiro consiste na ampla participação das representações sociais com os sistemas partidários, os sindicatos, as comissões de empresas e etc. O projeto de democracia restrita limita ao máximo os direitos sociais e políticos sob a ótica do estado mínimo. “Mínimo para o social e máximo para o capital”. Com a derrota do projeto democrático de massa, as concepções neoliberais imperaram a partir da década de 1990 (BRAVO, 2010).

A estratégia do sistema capitalista foi conceber a cultura política da crise, impondo na crise toda a responsabilidade pelas problemáticas da questão social, todavia, criam medidas de enfrentamento que, contraditoriamente, intensificam essas expressões. Tendo em vista, as medidas que favorecem a privatização e a flexibilização em prol da sociedade do consumo, o governo não cria ações resolutivas para o enfrentamento da questão social, mas paliativos que contribuem para a subsistência do trabalhador (MOTA, 1995). E assim fica nítida que o foco da intervenção estatal é a atenção aos objetivos do grande capital, atuando com o “pseudoconsentimento<sup>29</sup>” da classe trabalhadora, pois há, também, a criminalização da oposição (PEREIRA, 2010).

[...] em termos políticos concretos, é um desejo de reduzir o papel do estado na área de bem-estar social, cortando os gastos e os impostos e transferindo os serviços para o setor privado. Onde o mercado não pode atuar porque não há demanda efetiva, as organizações filantrópicas particulares, sob o livre controle do indivíduo, substituem a ação do Estado. (TAYLOR- GOOBY, 1991, p. 171 *apud* MOTA, 1995, p. 119).

Esse processo de privatização atinge diretamente a seguridade social, pois o Estado coloca que uma das saídas mais rápidas da crise são os cortes nos

---

<sup>29</sup> A classe dominante utiliza das grandes mídias (jornais, revistas, comerciais e propaganda) para induzir certa ideologia que a favoreçam. Esse pseudoconsentimento refere-se a essa alienação massiva na reprodução da ideologia dominante, fazendo com que a população que usufruía dos serviços públicos fizesse parte do coro contrário que busca a desresponsabilização do Estado e redução das políticas sociais.

gastos sociais, e desta forma as políticas sociais se tornam ainda mais seletivas e excludentes, como as referentes à infância e a juventude, a saúde, a educação e a previdência, dificultando o acesso a esses serviços e o exercício dos direitos sociais (PEREIRA, 2010).

No governo de Fernando Collor de Mello (1990-1992) são criadas algumas ações e serviços de acordo com a Convenção da Organização das Nações Unidas pela ONU em 1990. Porém, posteriormente, o Governo Federal sob o jugo de medidas neoliberais passa a cortar recursos sociais e a apoiar ações privadas e clientelistas, mesmo se comprometendo em operacionalizar o ECA. No dia 12 de abril de 1990, o presidente instaura a Lei nº 8.029 que troca a nomenclatura Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (FUNABEM) para Fundação Centro Brasileiro para a Infância e Adolescência. Em 12 de outubro de 1991, a Lei nº 8.424 cria o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA). E a lei nº 8.642 de 31 de Março de 1993 cria o Programa Nacional de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente (PRONAICA), que tem o objetivo de integrar e articular as ações voltadas para o público alvo (FALEIROS, 2009).

O Eca representa uma vitória em termos da proteção integral dos direitos para as crianças e adolescentes, principalmente, para os adolescentes em conflito com a Lei, pois é pautada nos Direitos Humanos que criminaliza as ações que maltratam, de exploração, negligência, discrimina e oprime por ação ou omissão. E responsabiliza o Estado, da sociedade e da família a garantia dos direitos destinados a todos. No entanto, as normativas do estatuto não são inteiramente respeitadas, pois há crianças e adolescente da classe trabalhadora que tem o acesso limitado, negado e por vezes tem os direitos violados. Além disso, tem grupos conservadores que defendem o recrudescimento das medidas sócio-educativas e a redução da maioria penal promovendo um retrocesso dos direitos conquistados.

## **Capítulo 2 - A sociedade conservadora e o ato infracional**

Apesar das conquistas dos direitos voltadas para as crianças e adolescentes a negação e a violação dos direitos perpetuam, grupos conservadores discutem e elaboram leis a serem aprovadas que ferem e limitam o

acesso dos sujeitos aos seus direitos desde a efetivação do Estatuto da Criança e do Adolescente nos anos de 1990. Onde os discursos mascaram a realidade das intenções como a redução da maioridade penal, cuja ação principal é o encarceramento cada vez mais precoce de adolescentes da classe trabalhadora no sistema penal, como forma de controle social da pobreza. Em contraposição há estratégias que visavam reduzir a desigualdade social, a partir dos anos 2000, aliada à crescente polarização econômica, como ampliar o acesso aos direitos, incentivar a inserção no mercado formal e prover o acesso às políticas básicas de proteção social.

Na socioeducação que preconiza a responsabilização das ações e a reinserção do adolescente na sociedade, demonstra que há um distanciamento e uma ausência do acompanhamento para os adolescentes que estão no egresso do sistema socioeducativo, cuja retorno a sociedade se dará nas mesmas condições concretas que o fez ingressar e, conseqüentemente, o faz reincidir.

A Fundação de Desenvolvimento da Criança e do Adolescente (Fundac), criada no início da década de 1970, é a instituição estadual da Paraíba responsável pela gestão das medidas sócio-educativas do meio fechado. Ela passou por mudanças significativas desde a sua criação, ademais com a operacionalização do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase) e com a gestão em Eixos de Serviços passou a ser mais qualitativa. Os eixos de serviços, atuais, são: suporte institucional e pedagógico; diversidade; educação; esporte, lazer, cultura e arte; saúde; abordagem familiar e comunitária; profissionalização, trabalho e previdência; e, segurança. Há mais um serviço que apesar de não ser oficialmente considerado um eixo que seria de vital importância para atenuar a reincidência que é o Serviço Egresso. Ele presta o acompanhamento, mínimo, do adolescente que cumpriu uma medida sócio-educativa.

Sendo assim, este capítulo buscará analisar a conquista dos direitos paralelamente às ações conservadoras que buscam limitar o acesso a eles. Como também, apontar os limites estruturantes postos nas medidas, na gestão e nas unidades de socioeducação e os desafios atuais alicerçado no retrocesso dos direitos.

## **2.1. A conquista dos direitos sob a sombra das velhas práticas**

Como já posto no capítulo anterior, o processo da conquista dos direitos das crianças e adolescentes sofreu resistência e uma constante negação por parte dos grupos conservadores que os viam com potencialidade de exploração. Na Constituição Federal de 1988 foram acrescentadas leis voltadas para crianças e adolescentes, e no ano de 1990 foi efetivada a criação do Estatuto da Criança e do Adolescente que trouxe mudanças significativas no cenário dos adolescentes em conflito com a Lei, cujas garantias de proteção integral aos direitos fundamentais e sociais passam a ser explícitas na Lei.

Nesta mesma concepção, os adolescentes em conflito com a Lei vivenciaram não apenas o encarceramento, como também a violação constante dos direitos, mediações a serem consideradas no debate acerca da reincidência desses jovens ao sistema socioeducativo. E, dessa forma, também devem ser analisados criticamente os mesmos discursos e interesses dos conservadores dos séculos anteriores que permeiam essas violações, com a finalidade de privar a liberdade dos adolescentes da classe trabalhadora e limitar a acessibilidade dos direitos sob o discurso da meritocracia.

Segundo Peralva (2000) as ações coercitivas da polícia, até 1964, eram limitadas. Mas durante a Ditadura Militar a violência se intensificou e a prática de tortura feita pelos policiais foram consideradas ações “licenciadas”, como vistas anteriormente. Criou-se nesse período o “esquadrão da morte” formado por policiais civis e militares e ex-policiais no Rio de Janeiro (RJ) e São Paulo (SP), pois os membros acreditavam que a prisão dos “delinquentes” era insuficiente e que o assassinato desses sujeitos era a opção mais viável para diminuir a violência e, portanto, apoiavam a “erradicação do crime”. Contudo, havia provas da ligação dos policiais do “esquadrão da morte” com o narcotráfico; que é extremamente contraditório, cujos exterminadores utilizavam da violência para acabar com a violência e ocupavam os espaços de chefia desses “delinquentes”. Vários membros do esquadrão foram denunciados e julgados devido à intensidade da violência.

Com a decomposição do regime autoritário, o fundamento ideológico que sustentava a existência dos esquadrões da morte debilitou-se ainda mais. A corrupção na polícia desenvolveu-se desde então em simbiose com a

criminalidade violenta, favorecendo-a diretamente. (PERALVA, 2000, p. 89.)

A corrupção da polícia se intensifica ainda mais com a redemocratização do país, os policiais corruptos passaram a atuar em alguns Estados, como seguranças particulares em períodos de folga e utilizavam as armas de serviço, trabalhavam para a classe média e para os populares visando mascarar a real intenção enquanto “justiceiros”<sup>30</sup>. Apesar da conquista de direitos dirigidos às crianças e aos adolescentes com o ECA, registra-se no contexto da redemocratização do país um crescimento alarmante da violência dirigida aos adolescentes em conflito com a Lei e aqueles em situação de rua – indicadores que se articulam, pois uma parcela desses adolescentes em situação de rua utiliza de meios ilícitos para sobreviver a essa situação de violação de direitos.

Por conseguinte, no ano de 1991 foi criado uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) pela Câmara dos Deputados que visava investigar o extermínio de crianças e adolescentes no Brasil. Ela foi composta por uma relação intrínseca entre Estado e Sociedade Civil, por intermédio de depoimentos a CPI levantou dados significativos acerca do extermínio de crianças e adolescentes e sobre a violência policial, cujas investigações e depoimentos levantaram que os dois pontos estão interligados. Segundo alguns dos depoimentos da CPI “o extermínio de crianças e adolescentes no Brasil” que foram colhidos em vários Estados:

[...] os policiais de folga fazem a segurança privada; Alguns policiais prestam serviços ilegais a comerciantes; A PM é responsável pelo extermínio em Salvador; as empresas de segurança são um aparelho repressivo, armado e treinado para matar; Temos casos de meninos que são levados para lugares afastados da cidade, deitados no chão, e o carro da polícia encosta o pneu na cabeça deles e ficam acelerando, dizendo que vão passar por cima; Os policiais intimidam os meninos que querem fazer denúncia e com frequência ocorrem “queimas de arquivo”; Os assassinatos de meninos pela PM são comuns, e tem sempre aquela história de troca de tiros; A extorsão dos furtos de roubos de menores por policiais é prática comum na Baixada Fluminense e na Cidade do Rio de Janeiro; [...] O caso comum de tortura pela Polícia Militar, com as suas famosas maquininhas de dar choque. Nas meninas, eles colocam dois dispositivos nos bicos dos seios e dão choque (CPI, 1991, p.5).

Um exemplo emblemático dessas ações e que ficou internacionalmente conhecido, foi à “chacina da candelária” no Rio de Janeiro (RJ), no início dos anos de 1990, cujas vítimas, meninos e meninas em situação de rua, que viviam nos

---

<sup>30</sup> Peralva, Angelina. 2000. pág. 92-93.

arredores da Igreja da Candelária foram brutalmente executados. Entre os suspeitos da execução dos oito jovens estavam os policiais e comerciantes locais, o que se pretendia era realizar uma higienização social do local, mediante a estratégia mais bárbara e indigna, o assassinato de crianças e adolescentes.

Em 2000, um dos sobreviventes da chacina da candelária sequestrou um ônibus com reféns, e esse foi outro crime que ficou conhecido internacionalmente e, principalmente, pela forma brutal da morte do jovem, após sua prisão no caminho para a delegacia foi morto asfixiado pelos policiais responsáveis por esse encaminhamento. Esse crime foi retratado em um filme intitulado de “parada 174” que fala sobre a vida desse jovem ressaltando esses dois momentos.

Destacam-se as condições precárias de vida dessas crianças e adolescentes que vivenciam a negligência da sociedade e do Estado, a pobreza, a violência social e policial. E apesar de oficialmente haver uma Lei (o ECA) que os protegem e lhes assegura direitos à proteção integral e prioritária, o acesso e o exercício a esses direitos lhes são negados.

No tocante às crianças e adolescentes em conflito com a lei, os artigos expressos na Lei nº 8.069, demonstraram os avanços no cerne dos direitos dos desses sujeitos em conflito com a Lei e apontam as divergências e lacunas entre as normativas dos Códigos de Menores de 1927 e 1979, pois muda a estrutura, as normas, as diretrizes e os órgãos responsáveis pela “reeducação e reinserção” na sociedade.

Essa nova lei modificou completamente o tratamento de crianças e adolescentes, rompendo com os procedimentos anteriores e introduzindo transformações consideráveis no campo jurídico, a começar pelo próprio conceito de “menor”, anteriormente designador de sujeitos em “situação irregular”, substituído por “criança” e “adolescente”. (ROSA, 2013, p.39).

A responsabilidade para a garantia dos direitos duramente conquistados das crianças ficou a cargo do Estado, da família, da sociedade em geral e da comunidade, ficou também estabelecido que aqueles que tiverem até 12 anos completos são crianças e aqueles de 13 até 18 anos incompletos são considerados adolescentes, mas há uma exceção que pode ser estendido até 21 anos quando comete um ato infracional próximo aos 18 anos e é condenado ao



cumprimento de uma das medidas sócio-educativas<sup>31</sup> à privação de liberdade de até três anos, como previsto do Estatuto da Criança e adolescente.

Art. 2º Considera-se criança, para os efeitos desta Lei, a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade.

Parágrafo único. Nos casos expressos em lei, aplica-se excepcionalmente este Estatuto às pessoas entre dezoito e vinte e um anos de idade.

Art. 121. A internação constitui medida privativa da liberdade, sujeita aos princípios de brevidade, excepcionalidade e respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento. § 5º A liberação será compulsória aos vinte e um anos de idade (BRASIL,1990).

Rosa (2019) aponta que o ECA possui o “tríplice sistema de garantias” que segue três eixos, o primeiro é o Sistema Primário de Garantia Universais que assegura políticas públicas responsáveis pelo atendimento preventivo; o seguinte é o Sistema Secundário ou proteção especial são medidas de proteção destinada em situação de risco pessoal ou social. E o terceiro é o Sistema Terciário de Garantia para a proteção aos adolescentes em conflito com a lei.

A socioeducação funciona seguindo os parâmetros do Estatuto da Criança e Adolescente (Eca), do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase) e dos planos, programas e projetos desenvolvidos para esse público alvo. O Sinase foi criado em 2006 pelo Conanda através da Resolução nº 119, contudo só foi efetivado em 2012, por meio da criação da Lei nº 12.594.

O Sinase se constitui como um conjunto de normas, critérios e princípios que qualificam o atendimento e a execução das medidas socioeducativas, e tem como objetivos: a responsabilização dos adolescentes pelos atos infracionais, mas sempre que possível incentivando a reparação; a integração social dos adolescentes e a garantia de seus direitos individuais e sociais, por meio do plano individual de atendimento. Cabe destacar que apesar de haver uma Lei geral para todos os Estados cabe aos gestores estaduais desenvolver ações que vise à especificidade das suas unidades, visto que a realidade social das suas regiões é distinta.

---

<sup>31</sup> Medidas sócio-educativas são sentenças determinadas judicialmente para o autor de ato infracional; a medida poderá variar mediante a infração cometida.

## 2.2. Os três “R” da socioeducação: reeducação, reinserção e reincidência

A reincidência é uma problemática na socioeducação, visto que se apresenta de forma sucinta, mas expressiva no conjunto de adolescentes egressos do sistema socioeducativo. A diretoria técnica da Fundação de Desenvolvimento da Criança e do Adolescente (Fundac) do Estado da Paraíba disponibilizou o dado da unidade sócio-educativa Centro Socioeducativo Edson Mota no período de agosto de 2019, cujos adolescentes reincidentes contabilizavam 10% do total. Já referente aos dados nacionais há uma defasagem desse índice no Levantamento Anual Sinase. Dessa forma, constitui-se enquanto mais um desafio a ser enfrentado pela política de proteção à criança e ao adolescente, pelo Estado, pelos profissionais, pelas instituições, pelas entidades que atuam na área.

Segundo Rizzini e Limongi (2016), os jovens mais pauperizados vivenciam cotidianamente a violência e a violação dos seus direitos, quer pela sociedade quer pela ausência do Estado. Os jovens, principalmente os negros, que são moradores das zonas urbanas periféricas são aqueles que mais sofrem com a violência, por ser aquela associada ao “ser perigosa”, portanto, tem o “acesso restrito ao mercado de trabalho e ao ensino de qualidade, prejudicando seu desenvolvimento e sua inserção social<sup>32</sup>”.

[...] a histórica segregação, à qual as favelas e demais periferias estavam submetidas, favoreceu a implantação deste comércio<sup>33</sup> em seus territórios com a consolidação do crime organizado, o que possibilitou o fortalecimento da imagem desses locais como perigosos. Estabelecida a noção de periculosidade, fortemente associada às localidades onde a população pobre se concentra, operações policiais vêm sendo recorrentes [...]. Estas operações bélicas e organizado, intensificaram as percepções de medo e de insegurança. São ações pautadas por uma lógica punitiva que criminaliza a pobreza e policiza o social (WACQUANT,2001;GUINDANI,2001;BATISTA,2003; ACHADO,2010 *apud* RIZZINI E LIMONGI,2016, p.35).

Nessa perspectiva, Fajardo (2007) afirma que o Estado busca criminalizar os autores de crimes mais pontuais e com maior visibilidade ao invés de enfrentar os grupos organizados, a partir de um “processo de filtragem” que segue uma trajetória específica, legalizada, que impõe a possibilidade do ingresso do autor de

---

<sup>32</sup> Rizzini e Limongi, 2016, p.36.

<sup>33</sup> A entrada da cocaína no território nacional na década de 1980.

ato infracional. Pode-se afirmar que a atual sociedade ainda segue essa percepção que as comunidades e favelas representam “perigo”, principalmente, para os bairros ricos circunvizinhos e são favoráveis a essas intervenções violentas.

Há um grupo político no Congresso/Câmaras conhecido como “bancada da bala” que defende o armamento civil, como forma de defesa da população contra os crimes, ao passo em que coloca a segurança pública do país como ineficiente para garantir o bem-estar do povo. No entanto, a segurança pública, ainda é direcionada, a executar intervenções sob a forma de manter o controle e a ordem social, e isto se dá através de ações violentas e opressoras de forma desigual, dirigidas aos territórios considerados “perigosos”.

A violência no qual os jovens estão imersos pode ser observada nos números, estes expostos de forma relativa, mas, notadamente, que se concentram na realidade dos jovens da periferia.

Em 2017, 35.783 jovens foram assassinados no Brasil. Esse número representa uma taxa de 69,9 homicídios para cada 100 mil jovens no país, taxa recorde nos últimos dez anos. Homicídios foram a causa de 51,8% dos óbitos de jovens de 15 a 19 anos; de 49,4% para pessoas de 20 a 24 [...] (ATLAS, 2019).

A ineficácia da proteção integral dos direitos das crianças e adolescentes prejudica o pleno desenvolvimento desses sujeitos ao passo que afirma a constante violação dos direitos referentes à vida, à alimentação digna, ao acesso aos bens de consumo, a saúde, a educação, ao lazer, à liberdade. O assassinato de 35.783 jovens, em 2017, é um número alarmante. O Atlas da Violência (2019) através dos dados mostra que há um crescimento exponencial de 38,3% entre 2007 e 2017 de jovens assassinados, ao passo em que o assassinato de pessoas brancas estão diminuindo e os dos negros estão crescendo. Segundo o Levantamento Anual Sinase (2018), em 2016 mostra que o maior número de jovens internados é da faixa etária que tem entre 16 e 17 anos e, posteriormente, são os de 18 a 21 anos e, além disso, relatam que 59,08% desses adolescentes são negros. Desta forma, é possível afirmar que a juventude negra sofre com o crescente extermínio e com o encarceramento, situação está que se fundamenta como um problema estrutural do Brasil.

Diante de tal quadro de violação de direitos dos adolescentes em conflito com a Lei, o Sinase propõe a responsabilização do adolescente, a integração social e a garantia dos seus direitos individuais e sociais. A reeducação apesar de não ser fundamentada em Lei, ela é muito usual na discussão interna. Quando não há ações efetivas e recursos para o pleno desenvolvimento das medidas sócio-educativas e todas as redes de serviços envolvidas limitam-se à teoria quando o assunto é reeducação e a reinserção familiar e comunitária.

Ademais o cenário familiar é individual “caso a caso”, os ambientes e as relações familiares são diferentes, tem adolescentes com pais presentes, tem adolescentes que foram abandonados e/ou moravam na rua e têm órfãos. Quando terminam de cumprir a medida que lhe fora atribuído voltam para as mesmas condições que os levaram a ingressar e isso mostra a continuação da violação dos direitos, pois não há uma mudança significativa na vida deles após as medidas. No que se refere à reincidência que é o ato de cometer uma nova infração e receber uma medida socioeducativa após o cumprimento integral de uma medida sancionada, anteriormente, e comprova que não houve uma mudança estrutural na vida do (a) adolescente.

A reeducação é um desejo coletivo da comunidade sócio-educativa que anseia o pleno desenvolvimento do adolescente em conflito com a lei, porém torna-se difícil sua aplicação devido aos problemas estruturais que inviabiliza a utilização de todos os recursos e o pleno desenvolvimento das unidades que tem como princípio reeducar o adolescente.

Portanto, não tem como desfazer toda a concepção de mundo desse adolescente para reeducá-los seguindo os princípios que fogem da sua realidade concreta. O termo reeducar apresenta, na sua matriz, os velhos costumes do reajustamento do adolescente “irregular”, do transgressor, do rebelde, do infrator de estabelecer para ele o “certo” e o “errado” sem modificar o contexto social, econômico, familiar e político no qual estão inseridos. Não há reeducação sem uma mudança significativa na realidade concreta de juventude que vive sob a contínua violação dos seus direitos.

Fajardo (2007) ao tratar da reincidência traz uma categorização das formas de reinserção dos adolescentes ao sistema socioeducativo, qual seja: reincidência e repescagem. E afirma que o que existe nesse sistema, de fato, é

uma repescagem sob a forma de reincidência, pois os adolescentes passam por um processo de filtragem do sistema, e na maioria das vezes, são aqueles adolescentes pobres, de comunidade, que são apontados como o “perfil perigoso” e cujos territórios sofrem com a ação invasiva da força policial decorrente da política de segurança pública coercitiva. E a partir disso tem seus direitos violados, tem acessos restritos e sofrem consequência do preconceito.

O perfil criado pela sociedade de adolescente “infrator” é baseado em preconceitos a partir de uma visão de infrações pontuais, mas que são massivamente divulgada/difundidas pelas mídias como as expressões contundentes da violência urbana. Entre a realidade e o preconceito os que mais sofrem são aqueles que já possuem uma vida pautada na pobreza, na segregação, no preconceito e na violação de direitos.

Nessa mesma direção Bilbao (1995 apud FAJARDO, 2007) ao tratar das finalidades das medidas sócio-educativas afirma que estas não desviam dos objetivos anteriores de “correção de comportamentos ditos desviantes”. Ao reproduzir uma prática conservadora de “reajuste” do adolescente em conflito com a Lei a sociedade, esta última vista como funcional e harmônica, é isenta de quaisquer contradições e responsabilidades quanto ao fenômeno da violência e dos atos infracionais.

Dessa maneira, o Estado burguês e as frações da classe dominante entendem e defendem que o “adolescente desajustado ou desviante” sob a ação das medidas sócio-educativas deve se “ressocializar” - “ajustar-se ao meio social” – e torná-lo “apto” a viver em sociedade e, assim, podendo retornar ao convívio social. Somente aquele rotulado de irrecuperável voltará a reincidir. Contudo, os adolescentes “ressocializáveis” no egresso da medida se depara com os mesmos contextos que o levaram a ingressar na socioeducação, ou seja, não houve uma mudança estrutural na vida desse adolescente, e assim, isenta-se a sociedade, o Estado e culpabiliza-se apenas o adolescente e a respectiva família pela reincidência.

A reincidência de um jovem na medida sócio-educativa, pode se apresentar a partir de várias expressões, das mais banais a uma situação conflituosa de interesses. Como a reincidência não é explícita no ECA, mas é apontada quando justifica-se a internação no art. 122 do Eca quando “II - por

reiteração no cometimento de outras infrações graves; III - por descumprimento reiterado e injustificável da medida anteriormente imposta.”, ou seja, o jovem poderá retornar ao sistema se evadir de uma medida socioeducativa de semiliberdade, descumprir uma medida do meio-aberto e se cometer um novo ato infracional.

Se considerarmos o nível do imediato, encastelado no senso comum ou nas aparências dos fenômenos, poderia ser afirmado que esse jovem “optou” por retornar ao sistema. Mas, por trás desses verbos “evadir”, “descumprir” e “cometer” há outros elementos que precisam ser identificados e analisados. Os problemas mais evidentes da socioeducação são: não possuir um acompanhamento qualificado posterior à medida, não usufruir da devida proteção social que os adolescentes tem direito, ser exposto às mesmas privações, violações e contradições sociais vivenciadas anteriormente, o que contribui enormemente à reincidência.

A instituição sócio-educativa é operacionalizada pelo Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase) que segue os parâmetros estabelecidos no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) que visa à proteção integral dos direitos dos adolescentes em conflito com a Lei. Prevendo a dignidade, a alimentação, à educação, à convivência familiar e comunitária, a proteção à vida, à profissionalização, ao esporte, ao lazer, à cultura, ao atendimento individual e coletivo, e ao respeito à diversidade religiosa, étnica, sexual, política, de classe social, gênero etc. .

Contudo, de forma geral, as Unidades onde esses adolescentes ficam recolhidos possuem diversos problemas estruturais que prejudicam o atendimento qualificado deles e, conseqüentemente, o cumprimento das medidas, como: a superlotação; a prática reiterativa de parte dos funcionários que ainda segue a lógica dos antigos Códigos de Menores - uso da coerção, linguagem discriminatória “delinquente”, “infrator”, “menor” para referir-se aos adolescentes e a verbalização de que castigos físicos são mais “didáticos” do que a prática da ação político-pedagógica dentro da unidade; a falta de atendimento psicológico para os agentes e adolescentes, o acesso à educação é deficitário, visto a escola não funcionar plenamente, mas, por meio de horários irregulares e cuja oferta de

vagas nos cursos e oficinas disponibilizadas é insuficiente para o quantitativo de adolescentes.

Portanto, podemos verificar que esses limites têm impactos negativos no que se refere à atividade fim dessas instituições e medidas, ou seja, no processo de “reeducação” desses adolescentes, por vezes incidindo em efeito contrário, visto o quadro de insatisfação e revoltas expressas nas recorrentes rebeliões ocorridas nesses espaços, com a denúncia das condições precárias dessas unidades e da própria dinâmica de cumprimento das referidas medidas.

Ao término do cumprimento da medida sócio-educativa que pode levar até três anos, não há o acompanhamento efetivo, por parte do Estado, dos adolescentes egressos para evitar a reincidência. Em 2018, a Fundação de Desenvolvimento da Criança e do Adolescente Alice de Almeida (Fundac) criou o “Serviço Egresso” na diretoria técnica (Ditec), cuja atribuição do serviço era: prestar o acompanhamento dos adolescentes egressos do sistema socioeducativo.

Contudo, esse serviço funciona de forma precarizada, pois há apenas um profissional destinado a atender todo o Estado da Paraíba, ou seja, as oito unidades socioeducativas de meio fechado da Paraíba. Além disso, a falta de recursos financeiros e de transporte que inviabiliza ainda mais o acompanhamento dos adolescentes egressos. Se o Serviço Egresso tivesse recursos financeiros e humanos para o pleno funcionamento das ações e serviços de acompanhamento do adolescente após o cumprimento das medidas sócio-educativas que lhe fora incumbido poderia se tornar uma ferramenta importante para o enfrentamento da reincidência.

Como visto anteriormente, no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) não existia nenhuma lei responsável por determinar a proteção integral e prioritária à infância. O processo de construção dos direitos para a infância foi tardio e paulatino, pois se tratava de um segmento da população, negligenciado do ponto de vista de seus direitos. A efetivação do ECA se inscreveu como uma grande conquista, principalmente, para aquelas crianças e adolescentes que vivem na extrema pobreza, visto está estabelecido normas e deveres para garantia do seu pleno crescimento e desenvolvimento, devendo o Estado, a família e sociedade desenvolver os meios para isso.

Todavia, a consolidação dessa Lei não significou, de fato, a eliminação de toda e qualquer violação a este segmento, na atualidade, verificamos que dado o agudizamento das contradições sociais, massiva parcela das crianças e adolescentes brasileiros estão imersos na reprodução social da pobreza e na violação de seus direitos.

Longe de apontar que todos os jovens em conflito com a lei pertençam a uma classe trabalhadora desfavorecida, pois isso seria reafirmar velhos discursos e preconceitos, a partir dos quais se considerava os pobres como a “classe perigosa”. Mas, não há como negar que a maioria dos jovens na socioeducação é pertencente à classe trabalhadora, visto que são esses que sofrem de forma incisiva as consequências da questão social e a ação repressora do Estado, que atua no controle e na criminalização da pobreza.

A sociedade capitalista necessita da polarização econômica para existir, pois nela é preciso que haja trabalhadores sendo explorados massivamente para se produzir, reproduzir e acumular lucros.

Na realidade, portanto, a lei da acumulação capitalista, mistificada numa lei da natureza, expressa apenas que a natureza dessa acumulação exclui toda a diminuição no grau de exploração do trabalho ou toda elevação do preço do trabalho que possa ameaçar seriamente a reprodução constante da relação capitalista, sua reprodução em escala sempre ampliada. E não poderia ser diferente, num modo de produção em que o trabalhador serve às necessidades de valorização de valores existentes, em vez de a riqueza objetiva servir às necessidades de desenvolvimento do trabalhador. Assim como na religião o homem é dominado pelo produto de sua própria cabeça, na produção capitalista ele o é pelo produto de suas próprias mãos. (MARX, 2013, p. 844)

As consequências diretas dos interesses capitalistas intensificam a questão social, que possui diversas expressões, que agem sobre o aumento do desemprego, da pobreza, das desigualdades sociais, do crescimento exponencial da violência, da taxa de evasão escolar, dentre outras consequências societárias, constituindo-se, portanto, como um problema estrutural. Segundo a Fundação Getúlio Vargas (FGV), em 2019, o Brasil bateu o recorde de desigualdade social.

A desigualdade no mercado de trabalho aumentou pelo 17º trimestre consecutivo e alcançou seu maior nível em pelo menos sete anos, de acordo com estudo do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV IBRE). O índice de Gini, que mede a renda do



trabalho per capita, alcançou 0,627, o maior patamar da série histórica iniciada em 2012. (FGV, 2019).

Apesar de todo o avanço das conquistas dos direitos dos adolescentes em conflito com a Lei, o Brasil ainda possui uma lógica conservadora que segue e atende aos interesses da classe dominante e que vê o adolescente pobre como um possível autor de ato infracional. Argumentando e justificando que o encarceramento e o endurecimento penal (com a redução da maioridade penal) são mais viáveis do que a ampliação das políticas sociais voltadas para proteção e pleno desenvolvimento das crianças e dos adolescentes.

Cabe ressaltar que a violação dos direitos fundamentais do adolescente e dos jovens em conflito com a Lei (ou de todo ser humano) – direitos previstos na Declaração dos Direitos Humanos e que apontam para condições mais humanizadas no sistema socioeducativo - é decorrente de uma série de fatores, tais como: o contingenciamento de recursos, as frágeis condições de trabalho dos profissionais, a dinâmica coercitiva reiterada nessas unidades, à precariedade das ações e serviços, a superlotação e o descumprimento dos dispositivos da própria Lei e resoluções concernentes à matéria.

Os serviços de atendimento dentro do sistema socioeducativo, principalmente, no meio fechado ou privação e restrição de liberdade é uma forma de garantir que o adolescente tutelado pelo Estado seja atendido pelos serviços públicos, por vezes o primeiro contato desse adolescente é por meio desse atendimento (muitas vezes fragilizado) ofertado nas unidades de socioeducação. Com isso, é possível afirmar que há um déficit das informações, e, na restrição e limitação das políticas sociais brasileiras que têm a função essencial de garantir serviços sociais básicos à população.

O sistema capitalista em tempos de crise se renova criando mecanismos que facilite o seu pleno desenvolvimento. Nesta perspectiva, a propriedade privada ou a concentração de riqueza passa a moldar as pessoas separando-as em burgueses (detentores de mercadoria e da força de trabalho) e a classe trabalhadora (a força de trabalho que produz mercadoria). O capitalismo retirou do Estado a responsabilidade de controlar as propriedades e as riquezas transferindo para o indivíduo, pois assim desenvolveria sua plena reprodução social.

Na sociedade capitalista contemporânea verificamos que tudo vem assumindo a forma e as características de mercadoria. Os capitalistas, pela via do mercado, buscam sob as mais variadas formas a realização da mais-valia, dessa maneira, o “material e até o imaterial” torna-se mercadoria. Até mesmo a socialização dos indivíduos passa a ser mediada por coisas, posto que uma sociedade de mercado associe o pertencimento e a valorização social a posse de bens, constituindo dessa maneira a reprodução ideal de uma dominação material, pertence e é valorizado nessa sociedade aquele sujeito que possui coisas e as mais variadas, dada a diversidade de mercadorias disponíveis no mercado.

Essa lógica de incentivo ao consumo é posta a todas as classes sociais, pela televisão, pelos grupos, pelas próprias estratégias do mercado e a praticidade, a beleza, a multifuncionalidade e diversidade desses produtos passam a figurar no imaginário coletivo como uma necessidade. Nesses termos,

[...] o dinheiro é uma forma de poder social apropriável por pessoas privadas, e onde a coordenação monetária da troca nos mercados de mercadoria é a relação social fundamental pela qual a vida cotidiana é reproduzida. (HARVEY, 2014, p.419)

O adolescente que está numa fase de “socialização” e desenvolvimento de valores morais e humanos buscará formas de fazer parte da ‘galera’. Contudo, os pertencentes da classe trabalhadora na sociedade atual se inserem no segmento social do subconsumo precário e, dessa forma, desempenhando sua bárbara função social dentro do Modo de Produção Capitalista (MPC)- de garantir que poucos tenham acesso aos bens de serviço e consumo. Com isso, é possível observar que a juventude pobre não possui recursos financeiros para a compra do tênis da moda, a última atualização dos celulares, estes sequer acessam a satisfação de suas necessidades básicas à alimentação, vestimentas, habitar em condições favoráveis, ter acesso à saúde, saneamento básico e a educação.

Dessa maneira, o Estado que é responsável por mediar os interesses entre as classes mais abastadas e a trabalhadora, limita-se a desenvolver programas e projetos seletivos e focalizados para a extrema pobreza que não garante o acesso integral aos serviços públicos mais básicos. Muitos adolescentes que vivem na extrema pobreza e que tiveram uma trajetória de vida inscrita na incessante violação dos seus direitos encontram na transgressão das normas a possibilidade de suprir as suas necessidades e, também, de possuir bens

materiais e de gozar de “*status social*”, “ser alguém respeitado e fazer parte de um grupo”.

A dinâmica do capitalismo em si influencia o consumo, uma sociedade regida por relações sociais de produção que se pautam na ampliação da produção coletiva de riquezas, mas de sua apropriação cada vez mais privada. Uma sociedade baseada numa relação social de produção desigual, pautada na exploração da força de trabalho livre e na apropriação do produto desse trabalho pelo capitalista e cujo acesso o trabalhador só terá, mediante o consumo de mercadorias. Todavia, apenas detendo um salário inferior ao valor que produziu com seu trabalho é insuficiente para a satisfação de suas necessidades tornando difícil ter acesso a essas mercadorias.

Marx (2013) afirma que o consumo da classe trabalhadora serve para retroalimentar o modo de produção capitalista no processo de produção e reprodução da força de trabalho explorada e que o capitalista se preocupa apenas em fornecer as mínimas condições para que se realize a reprodução da força de trabalho e o subconsumo das massas.

O consumo individual do trabalhador continua a ser, assim, um momento da produção e reprodução do capital, quer se efetue dentro, quer fora da oficina, da fábrica etc., e quer se efetue dentro, quer fora do processo de trabalho, exatamente como ocorre com a limpeza da máquina, seja ela realizada durante o processo de trabalho ou em determinadas pausas deste último. O fato de o trabalhador realizar seu consumo individual por amor a si mesmo, e não ao capitalista, não altera em nada a questão [...]. A manutenção e reprodução constantes da classe trabalhadora continuam a ser uma condição constante para a reprodução do capital. (MARX, 2013, p.788-789)

Por outro lado, o Estado como regulador social se desresponsabiliza de proteger e assistir essa população passando essa responsabilidade para a própria sociedade através das ações filantrópicas, visto a necessidade de garantir a plena produção e reprodução social capitalista, a partir da dinâmica do crescimento da economia e da concentração de riqueza apropriada. Essa desresponsabilização se aprofunda nos anos de 1970 com a introdução do neoliberalismo e

O mercado é ovacionado como instância mediadora central na regulação da vida social e, em consequência, tem-se a defesa da diminuição do nível de intervenção do Estado no que tange à garantia de direitos sociais e políticos - restringindo os primeiros na oferta de políticas sociais compensatórias), bem como a defesa de uma intervenção forte em prol da garantia de marcos legais para a

expansão do mercado e à crescente valorização do capital.  
(DURIGUETTO e DEMIER, 2017, p.11)

Portanto, esse conjunto de contradições que se expressam na questão social incide sobre a vida dessas crianças e adolescentes sob as formas mais variadas são atingidas pelo desemprego dos responsáveis, pela dificuldade no acesso a educação, a moradia, a saúde, a cultura, ao lazer, ao esporte.

Segundo as análises de Ortegá (2018), a violência contra a população negra/pobre se dá devido à seletividade racial no Brasil, fato expresso no extermínio da juventude negra. O processo degradante da violência contra as “minorias” sociais é estrutural no país, as mudanças passaram de explícita ou velada, desde a colonização os povos negros e indígenas foram designados como seres humanos e sub-humanos, uns “dignos” de serem domesticados e outros de seres explorados, violados e mortos.

Há um preconceito latente, explícito e expresso diretamente, mas há, também, o que se configura como um preconceito racial velado dotado de significados posto é um lugar de fala esquecido e pouco ouvido. Ortegá (2018) cita as três dimensões do racismo que foram apresentados por Camara Jones: a) pessoal/internalizado; b) interpessoal; c) racismo institucional; que mostram as mais diversas violências e a culpabilização da pobreza resultante dessa seletividade racial, onde uns são privilegiados e outros oprimidos, controlados, encarcerados e mortos.

Sob esse viés pontua-se que há um processo de violação dos direitos na perspectiva de um ciclo de violência na vida do adolescente pobre, no tocante a ausência do Estado na criação de políticas públicas voltadas para esta população visando à garantia da proteção integral e no acesso aos bens de consumo que nutram suas necessidades e o seu desenvolvimento físico, cognitivo e emocional.

As relações sociais estão se desenvolvendo, cada vez mais, balizadas pela busca do consumo<sup>34</sup>, embora os jovens da periferia não consigam acessar esse consumo. Como já mencionado, a necessidade de suprir os direitos básicos fará o adolescente reproduzir a violência na busca pela satisfação biológica, pessoal e social e, dessa forma, fecha o ciclo de violência.

---

<sup>34</sup> Para Netto e Braz (2012) o consumo é quando um bem é usado para atender a uma determinada necessidade.

Para Netto e Braz (2012) e Harvey (2011) a sociedade de consumo segue a leis tendenciais do Modo de Produção Capitalista de sempre criar novas necessidades para a manutenção do capital (produção-distribuição-troca-consumo), pois é no consumo e em certa medida por meio do subconsumo que a mais-valia se realiza.

Outro problema é o desemprego estrutural, principalmente, para os jovens que estão entrando no mercado de trabalho e sendo inseridos nos índices da População Economicamente Ativa (Pea). Como visto, anteriormente, o desemprego é uma necessidade do Modo de Produção Capitalista, pois é a partir dele que é formado o “exército industrial de reserva”, ou seja, um grande contingente de desempregados que “ajudam” a atender a lógica do capital em explorar a força de trabalho puxando para baixo o valor de troca do salário.

Dessa maneira, a pobreza, o desemprego, o déficit na educação e no acesso limitado aos direitos são resultantes das condições de produção e de reprodução da lógica capitalista.

O desemprego estrutural resultante do capitalismo dificulta a absorção dos jovens da classe trabalhadora que estão em busca do primeiro emprego, sobretudo, considerando a baixa qualificação e a inexperiência profissional, pois estão em formação, e ainda há a necessidade cada vez menor de trabalho vivo na fase imperialista do capital.

Realidade que se recrudesce tendo em vista a reprodução da pobreza, o acesso deficitário aos direitos fundantes desses jovens dificulta o desenvolvimento de suas potencialidades e os empurram cada vez mais cedo para o mercado de trabalho precarizado.

Existem muitas ações, no Brasil, de enfrentamento ao trabalho infantil, porém isso não resulta em uma mudança efetiva na vida dessas crianças, ou seja, a pobreza incide sobre as crianças e adolescentes a necessidade que as levam a continuar realizando trabalhos cada vez mais subalternos e que os expõe a exploração. Desde muito cedo as crianças da classe trabalhadora, assumem responsabilidades dirigidas à manutenção da família ou são responsáveis pelo trabalho doméstico, provendo uma renda e/ou como cuidadores de membros mais novos e dos anciãos.

Dessa forma, essas violações inscrevem o cotidiano dessas crianças e adolescentes e firmam-se como violências de diversas naturezas, sejam elas: materiais, físicas, emocionais e simbólicas. Assim, o ciclo da violência não se constitui estranho a suas vidas, pelo contrário, firmam-se e reafirma-se na realidade concreta de suas vidas. E cabe destacar são resultados das relações sociais de produção e de reprodução da acumulação capitalista, que tem em seu germe a produção da pobreza e da violência, fundamentalmente, sustentada pela exploração-dominação da classe trabalhadora.

Os adolescentes em conflito com a lei na busca de suprir as necessidades mais básicas para a manutenção da vida e o desenvolvimento das suas relações sociais fechará o ciclo de violência (sofrer - reproduzir) na realização de trabalhos considerados pelo senso comum de “o caminho mais fácil”, cuja vida desse adolescente é posta em alvo para os grupos criminosos que usam da fragilidade, criminalização e segregação da juventude negra e periférica para se desenvolver e se beneficiar. Sendo assim, a limitação, a negação e a violação histórica dos direitos das crianças e dos adolescentes mediam na realidade concreta o ingresso e a reincidência dentro do sistema socioeducativo.

### **2.3. Desafios sócio-concretos contemporâneos que incidem na violação de direitos de crianças e adolescentes e no recrudescimento de medidas coercitivas**

No início dos anos 2000 foi possível observar o desenvolvimento social do Brasil através do processo de ampliação das políticas sociais que contribuiu para o subconsumo da classe trabalhadora durante os governos presidenciais petistas<sup>35</sup>, principalmente, o Lula (2003 – 2011). Esses governos foram marcados por ser considerado um governo conciliatório, cujas ações eram balanceadas para atender a todos - mesmo de forma minimalista para a classe trabalhadora – através das articulações entre as ações neoliberais atreladas com a estratégia de transferência de renda.

Os governos presidenciais petistas promoveram ações assistenciais por meio da ampliação das políticas sociais voltadas para a população na extrema

---

<sup>35</sup> Dos anos de 2003- 2016.

pobreza. Contudo, desenvolveram, também, medidas de contrarreformas voltadas para o interesse dos capitalistas, como na área da previdência e da saúde, mostrando assim que não foram governos progressistas, mas conciliatório.

Demier (2016) aponta que o “reformismo fraco do PT” não atendeu as expectativas postas anteriores ao mandato, pelo contrário estava muito distante da cidadania social-democrática, pois os serviços públicos universais e de qualidade pautados pelos direitos sociais estava cada vez mais “esfacelado” devido às contrarreformas sociais e o superávits. E coloca que os dois governos federais petistas que seguia o modelo de “integração social” era pautado pela cidadania do consumo (seja acrescentado o subconsumo das massas) e que mesmo com as mudanças na pirâmide social não houve uma mudança significativa na extrema polaridade da desigualdade social no Brasil. Isso foi visto quando houve as grandes promoções das linhas brancas dos eletrodomésticos, as longas parcelas para pagar a prazo, mas ainda existem muitas pessoas sem o acesso qualitativo aos serviços de educação, saúde, moradia, muitas vivem na extrema pobreza.

Podemos acrescentar que o governo também ampliou o acesso da classe trabalhadora a universidade, por meio do Programa Universidade para Todos (Prouni), a criação de novas universidades públicas, a diminuição das taxas, a ampliação do acesso ao Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) e a criação de cotas possibilitou a ampliação desse acesso à população pobre, indígena e negra<sup>36</sup>. A cota possibilitou o ingresso concreto da população negra e periférica em universidades, oportunizando a juventude da classe trabalhadora ao acesso à educação pública de nível superior e técnico. Embora, contraditoriamente, pois esse financiamento ao privado alimentou e incentivou o ingresso ao ensino superior particular e ao ensino a distância (EaD) e as dívidas dos jovens que terminam esse ensino, além de não garantir a permanência dos estudantes da rede pública que são de outras cidades.

Segundo o levantamento do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE - (2019) sobre as “desigualdades sociais por cor ou raça no Brasil” os estudantes pretos e pardos, entre os anos de 2016 e 2018, com idades entre 18 a 24 anos cursando ensino superior (público e privado), que passou de 50,5% para

---

<sup>36</sup> O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) utiliza a etnia negra para designar os pardos e pretos

55,6%; ainda em 2018, eles passaram a ser maioria nas instituições de ensino superior da rede pública do Brasil com 50,3%.

Demier (2017) afirma que as ações dos governos petistas oportunizaram a redução do desemprego, o aumento do consumo popular e das políticas sociais compensatórias que balanceiam com medidas de contrarreforma das políticas públicas que garantiu uma “boa relação”, porém efêmera, entre a burguesia e os trabalhadores de 2003 a 2013.

Contudo, o primeiro mandato<sup>37</sup> de Dilma Rousseff culminou com o período das crises nacionais e internacionais que afetaram diretamente o país, e todos os avanços sociais começaram a se dissolver, o desemprego, a inflação e as taxas tributárias tornaram a crescer, o que afetou diretamente o consumo das camadas populares e da classe média e, conseqüentemente, cresceu o descontentamento popular.

A insatisfação em relação ao governo e as suas estratégias de saída de crise levaram a um processo de instabilidade política e econômica que culminaram com um golpe institucional e uma nova ascensão da direita, na sua articulação mais reacionária, inaugurando um contexto de recrudescimento do neoliberalismo e do conservadorismo no Brasil, expressos no congelamento dos gastos com políticas sociais por 20 anos, na aprovação da terceirização irrestrita e da reforma trabalhista. O desgosto popular aumentou e incentivaram os jovens de todas as classes a manifestarem sua indignação diante das mudanças que o país enfrentava, cada qual organizava suas pautas a serem aludidas nas manifestações.

As múltiplas manifestações que assolaram o país demonstraram o descontentamento popular com o governo do PT, essas mobilizações ficaram conhecidas como as “Jornadas de Junho” ou “junho de 2013”. O aumento do custo de vida, os serviços públicos precarizados, o aumento da passagem e o aumento do preço da gasolina afetam uma parcela emergente significativa: a classe média.

Chauí (2016) e Ruy (2016) colocam que as manifestações de 2013 foram, predominantemente, construídas pela classe média, pois estavam descontentes com as medidas governamentais que favoreceram a classe trabalhadora com o constante crescimento dos direitos trabalhistas, aumento do salário mínimo e a

---

<sup>37</sup> O primeiro mandato de Dilma foi de 2011- 2014, mas foi reeleita como presidente e permaneceu até o impeachment que ocorreu em agosto de 2016.



sua inserção em espaços antes reservados às classes médias tradicionais, como shopping centers e aeroportos, mas também, porque estavam receosas de perder seus privilégios, dessa forma se encerra o ciclo de conciliação de classe que os governos petistas haviam desenvolvido.

Segundo Demier (2017), os opositores da direita, principalmente, os tucanos/Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) cresceram no gosto popular e nas bancadas políticas, o que pôde ser visto nas eleições de 2014 que culminou com o segundo mandato da presidente Dilma com o vice Michel Temer. A direita conservadora passou a ser defendida pela classe média e com o apoio desta a “onda conservadora” se manifestou pelo país, no início dos anos de 2015, e se estendeu até o impeachment da presidente em 2016.

A ascensão da “Nova Direita” (mas nem nova assim) representada pelo extremismo, anticomunismo que usavam manifestações virtuais (como o site: Movimento Brasil Livre) contra o governo, por meio de uma frente reacionária vestidas em verde e amarelo. As pautas organizadas pela juventude da direita orquestraram temáticas que previa um retrocesso no cerne dos direitos sociais, como o fim das cotas raciais, a exaltação da meritocracia e conclamava a volta da Ditadura Militar, descaracterizando dessa forma a realidade concreta no qual boa parte da sociedade vivia - a constante violação dos seus direitos básicos. E negavam que várias medidas sociais desenvolvidas alavancaram a economia do país. Com o impeachment da presidente Dilma, o vice Michel Temer assumiu a presidência e

[...] o novo presidente clamou por paz, reconciliação nacional, anelando, na verdade, que a política voltasse ao ramerrão de sempre, à pequena política, possibilitando que, como de hábito, a economia a ela se sobrepusesse. (DEMIER, P.97, 2018)

Segundo Amaral (2016), os jovens de classe média de direita se tornaram maioria nesses protestos virtuais e nas ruas e promoviam a disseminação hegemônica dos interesses neoliberais e, pretendiam influenciar outros jovens a aderir à causa.

Segundo Semer (2016), a configuração democrática de uma política voltada para o social com a finalidade de operacionalizar as leis estabelecidas na Constituição Federal de 1988, mascara a realidade de um ativismo que promove o “aniquilamento dos princípios constitucionais”. O que proporciona a desconstrução

dos direitos conquistados centrado nas “garantias liberais e sociais, respeitando o pluralismo e a dignidade humana”; inaugurando um contexto de recrudescimento do neoliberalismo e do conservadorismo no Brasil, expressos no congelamento dos gastos com políticas sociais por 20 anos, na aprovação da terceirização irrestrita e da reforma trabalhista. Esse ativismo “legalizado” ataca a cidadania, a educação e a própria Constituição.

Com relação ao recrudescimento, o avanço do conservadorismo e a limitação dos gastos sociais restringem, ainda mais, a efetividade do sistema socioeducativo em garantir o acesso humanizado dos direitos dos adolescentes em conflito com a Lei, pois essas ações inviabilizam os recursos materiais e humanos que compõe e estrutura a comunidade sócio-educativa.

Outra alegoria trazida pelo governo – imposto - do Michel Temer (2016-2018) é tornar os códigos penais mais rígidos e sacramentar a diminuição da maioria penal. Essa discussão sobre a redução da maioria penal não é algo desta conjuntura, mas algo almejado pelos conservadores há muito tempo. Segundo Cislighi e Saraiva (2016), em 1993 foi criada a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 171, que estabelece a inimputabilidade para os menores de 16 anos, estava em processo no legislativo e foi arquivada, porém em 2015 houve o desarquivamento e o processo tramitou rapidamente, mas foi barrado na plenária. Contudo um novo processo foi aberto no mesmo ano, em 2015, e a discussão ainda está sendo aguardada. Há um aprofundamento na discussão sobre a redução da maioria penal, capitalizando o debate político e ideológico.

[...] as soluções criadas até agora para lidar com o problema da violência juvenil têm servido para punir e criminalizar os adolescentes das classes excluídas social e economicamente, contribuindo para reforçar o ciclo de vulnerabilidades. A população de adolescentes do sistema socioeducativo, por exemplo, possui as características de uma classe social e economicamente marginalizada no Brasil [...] (SILVA e BOTELHO, 2016, p.294).

Segundo Oliveira (2018), a redução da maioria penal mascara a realidade do encarceramento dos adolescentes pobres considerados “improdutivos” e que coloquem algum risco a ordem social e harmonia das classes através da falsa ideia de melhorar a segurança pública e a extirpação da violência. O referido autor, também, relata que a PEC 171/93 fere os direitos conquistados referentes à proteção integral à infância e a adolescência, pois desconsidera as

múltiplas expressões da questão social que os incidem e promove o encarceramento precoce de adolescentes negros e pobres no sistema penal, visto que são a maioria no sistema socioeducativo.

Além disso, há uma visão que é difundida que os adolescentes em cumprimento de medida foram apreendidos devido à gravidade da violência dos atos infracionais, contudo os dados do Levantamento Anual Sinase (2018) mostra que as infrações em sua maioria são crimes patrimoniais com 48% dos casos referentes a roubo e tentativa de roubo, e 22% de tráfico. Os atos infracionais referentes ao homicídio e tentativa de homicídio são de 13%. Revelando que a maior parte dos crimes não é de ameaça à vida. Há um julgamento incisivo dos atos infracionais hediondos pontuais, pois são os mais divulgados nas mídias sociais e, portanto, passam a julgar a socioeducação como um ambiente que protege os “marginais”.

A pretensão que os grupos conservadores colocam que a redução da maioria penal diminuiria a criminalidade é falha, colocar adolescentes em presídios só iria abarrotar ainda mais esses espaços e superlotada um sistema já defasado. Os adolescentes que ocupassem os mesmos espaços que adultos já consolidados no mundo do crime reforçaria a ideia de “faculdade do crime”, e provaria que se vive no Brasil um Estado Penal e não um Estado Social, além das consequências diretas que essa medida poderia afetar no desenvolvimento social, cognitivo, físico e psicológico do adolescente.

Essa ideologia da repressão e controle por meio do endurecimento das leis acaba agravando e não resolvendo a situação dos adolescentes, tendo como consequência o ingresso cada vez mais cedo deles no sistema penal falido dos adultos. Legitima-se a punição e repressão por intermédio de um Estado penal em vez de um Estado social, reforçando a ideia de que o sistema penal é de fato a solução para os problemas sociais e negligenciando-se, assim, os princípios educativos e socializadores esperados das medidas socioeducativas (SARTÓRIO e ROSA, 2010, p.559).

No ano de 2018 ocorreu a eleição presidencial no Brasil, no qual foi eleito o candidato do Partido Social Liberal (PSL) que em todo período de campanha reverberou com os discursos conservadores e de ódio contra todas as “minorias” sociais. Alavancou sua candidatura com discursos homofóbicos, racistas, misóginos e sexistas, além da exaltação a ditadura militar e do discurso de

“bandido bom é bandido morto”, além da pauta da redução da maioria penal e da liberação do porte de armas para a proteção da população.

Nessa perspectiva contraditória onde o encarceramento da juventude é um fator que diminuirá a criminalidade, e o discurso que a população pode abertamente usar armas de fogo para a proteção, mas também diminuiria a violência. O governante atual que oferece inúmeras possibilidades de retrocesso para a política de proteção à criança e ao adolescente e para questão da socioeducação, bem como a desconstrução da Constituição Federal.

### **Capítulo 03 - A operacionalização, o ingresso e a reincidência no sistema socioeducativo**

Este capítulo tem como motivação primeira problematizar a operacionalização do sistema socioeducativo na Paraíba delimitando de forma aproximativa os planos, os projetos e as Leis que regem e direcionam a gestão e a execução das medidas sócio-educativas.

Além disso, será contextualizado o funcionamento de uma das unidades sócio-educativas do Estado da Paraíba o Centro socioeducativo Edson Mota (CSE) observada, por meio da experiência do estágio supervisionado e do convívio com os técnicos, agentes, com os adolescentes e seus familiares durante a realização das pesquisas documental e de campo.

Para a realização da pesquisa de campo foi necessário à autorização dos responsáveis (por meio do termo de consentimento) e dos adolescentes (termo de assentimento), cujos entrevistados em sua totalidade contabilizaram onze (11) adolescentes reincidentes, pois as visitas familiares eram escassas - em alguns casos os adolescentes não recebem visitas - e outros recusaram a participar da entrevista, visto que eram voluntários. As entrevistas aconteceram em horários opostos aos atendimentos técnicos e das aulas para não prejudicar os adolescentes.

Desta forma, o último ponto trará as análises dos dados qualitativos e quantitativos da entrevista semiestruturada realizada com os adolescentes reincidentes que estão cumprindo uma medida sócio-educativa de privação de liberdade e que estão reclusos no CSE e que foram trianguladas com dados

dispostos pelas instituições que estudam e fazem pesquisas sobre a socioeducação que contribuirá para a análise das determinações sócio-históricas e as particularidades da reincidência no sistema socioeducativo.

### **3.1. A atuação do Sistema Nacional de Socioeducação na Paraíba**

O Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase) foi criado, em 2006, pelo Conselho Nacional dos Direitos das Crianças e Adolescentes (CONANDA), por meio da Resolução nº 119, cujo objetivo seria operacionalizar em nível federal as medidas sócio-educativas, apesar de que cada Estado adapta às ações às suas especificidades. No entanto, o Sinase só foi efetivado em 2012 mediante a Lei nº 12.594. O Sinase, segundo o Plano Decenal (2015), constitui-se como um conjunto integrado de princípios, regras e critérios, em que se apresenta um caráter jurídico, político, pedagógico, financeiro e administrativo.

De acordo com o Sinase (2012), esse conjunto de diretrizes deve viabilizar a execução de medidas sócio-educativas, por meio dos planos, programas e projetos específicos (nos âmbitos federal, municipal e estadual) para a socioeducação, a fim de garantir a sistematização das ações junto ao Estado, sociedade e da família.

O Plano Decenal é uma das competências estabelecida pelo Sinase no seu artigo 4º- capítulo II, onde estabelece que os Estados devam elaborar um Plano Estadual conforme as diretrizes do Plano Nacional; a cada 10 anos. Atualmente, está em vigor o Plano Estadual de Atendimento Socioeducativo da Paraíba, com validade de 2015 a 2024.

Segundo o Plano Decenal (2015), em abril de 2011 foi criado, na Paraíba, o Grupo de Trabalho de Medidas Socioeducativas (GT-MSE) formado por organizações governamentais e não governamentais que atuam na política de proteção integral para adolescentes em conflito com Lei. As primeiras discussões sobre a criação do Plano na Paraíba se deu nas reuniões do GT-MSE, que resultou no ano de 2013 na solicitação pelo GT-MSE ao Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente e Fundac de elaboração do respectivo Plano.

De acordo com a Fundação de Desenvolvimento da Criança e Adolescente (Fundac), ela foi criada no início da década 1970, no governo militar e era conhecida como Departamento do Menor. No entanto, em 1975, por meio da Lei 3.815, ela é renomeada como Fundação Estadual do Bem Estar do Menor Alice de Almeida (FEBEMAA) para se adequar ao novo órgão criado responsável pela “situação do menor”. Nesse período, como citado no ponto 1.4, houve um processo de institucionalização das crianças e adolescentes da classe trabalhadora nos órgãos do Estado voltado para a “situação do menor”.

E é na República no governo de Itamar Franco que é criada a Lei 5.743/93 que altera a denominação de FEBEMAA para Fundação de Desenvolvimento da Criança e do Adolescente (Fundac). A Fundação é regida pelo Estatuto da Criança e de Adolescente que é efetivada na Lei 8.069/90 que propõe a proteção integral à infância e adolescência. Essa Lei muda a direção jurídica dos códigos de menores de 1927 e 1979, cuja ação criminalizava, punia e penalizava os sujeitos que eram pobres e marginalizados.

Com isso, cabe ressaltar que apesar do Estatuto da Criança e do Adolescente (Eca) colocar os sujeitos no mesmo patamar, ou seja, com os mesmos direitos e deveres (igualdade) é expressivo quando cotejados os dados do Levantamento Sinase (2018) que a expressiva maioria que se vincula ao cumprimento das medidas sócio-educativas são adolescentes pertencentes a classe trabalhadora e essa mediação na socioeducação se mostra reiterativa.

A Fundac é responsável pela coordenação em nível Estadual da Política de Proteção e Defesa dos Direitos das Crianças e Adolescentes. Além de assessorar o atendimento realizado aos jovens em cumprimento de medidas sócio-educativas em meio aberto pelo Centro de Referência Especial de Assistência Social (CREAS). Os artigos do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) direcionados para o ato-infracional foram complementados, em 2012, com a efetivação do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase) por meio da Lei nº 12.594/12.

De acordo com a Diretoria Técnica (Ditec) da Fundac, atualmente, há sete unidades de socioeducação na Paraíba, são elas: Lar do Garoto em lagoa seca; Centro Educacional do Adolescente em Sousa; Centro de Atendimento Socioeducativo Rita Gadelha (antiga Bom Pastor- unidade feminina), Centro

Educacional do Adolescente (CEA), Centro Educacional do Jovem (CEJ), Centro Socioeducativo Edson Mota (CSE) e Semiliberdade<sup>38</sup> em João Pessoa.

As medidas sócio-educativas, segundo o ECA (1990), variam de acordo com a infração cometida pelos adolescentes e os antecedentes, são elas: advertência, reparação ao dano; prestação de serviços à comunidade; Liberdade assistida; Semiliberdade; Internação.

A advertência é um aviso e, dessa forma, o adolescente não necessitará de acompanhamento. As medidas de reparação ao dano, prestação de serviço e liberdade assistida são de meio aberto e de responsabilidade do Centro de Referência Especializada de Assistência Social (CREAS), que deve prestar esse acompanhamento. Segundo o Plano Decenal (2015), o CREAS a princípio respondia ao atendimento e a execução das medidas segundo a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social (NOB/SUAS) de 2005 e depois a Resolução nº 109/2009 que elevou os serviços em nível nacional. Já a semiliberdade e internação são de responsabilidade da Fundac, uma vez que são de meio fechado.

Ao longo do cumprimento da medida o (a) jovem adolescente deverá ser inserido em cursos profissionalizantes, dar continuidade aos estudos, participar de cursos ou palestras realizadas pelo Creas. Os profissionais devem realizar estudos sociais, visitas domiciliares e institucionais, além de enviar relatórios bimestrais, trimestrais, ou quando o Juiz solicitar. Com relação a estes itens, verifiquei ao longo do Estágio Supervisionado I e II que devido à grande demanda de trabalho e que a equipe técnica não consegue mandar relatórios bimestrais ou trimestrais para a vara da infância e da juventude como o desejado, desse modo, muitas vezes é apenas construído o relatório final (de término da medida, ou de descumprimento) (OLIVEIRA, 2017, p.55).

Oliveira (2017) acrescenta que a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Humano da Paraíba e o Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente deveriam realizar as visitas domiciliares aos adolescentes após o egresso, para aferir se houve reincidência, porém essas instituições assinalam que não conseguem fazer esse acompanhamento.

Como supracitado a Fundac trabalha com a direção de serviços em eixo que foi instituído no ano de 2014, após a regulamentação do Sinase, com o

---

<sup>38</sup> O plano decenal (2015-2024) afirma que, o Lar do Garoto e a Casa Educativa (Rita Gadelha) foi criados em 1992; a semiliberdade na década de 1990; o Centro Educacional do Adolescente (Sousa) foi em 2004; o Centro Educacional do Jovem em 2007; Abrigo Provisório em 2011; e em 2013 foram criados o CEA(João Pessoa) e o CSE.

objetivo de operacionalizar o serviço buscando apoio em todos os segmentos sociais para a implementação das políticas públicas. Essa mudança se deu de forma gradual, paulatinamente, até que foi instituído complemente a partir da direção de Sandra Marrocos e presidência de Noaldo Meireles, em 2017, que consolidou todos os segmentos atuais. Os diretores técnicos das unidades de socioeducação relataram que após a direção de Waleska Ramalho, em janeiro de 2018, a gestão e o funcionamento das unidades tornaram-se mais preponderantes.

Segundo a “coletânea para a formação de socioeducadores<sup>39</sup>” direcionada aos profissionais da área, os serviços que devem compor os eixos são: suporte institucional e pedagógico; diversidade; educação; esporte, lazer, cultura e arte; saúde; abordagem familiar e comunitária; profissionalização, trabalho e previdência; e, segurança. Além desses eixos a Fundac tem o Serviço Egresso, Estágio e a Documentação Civil que apesar de fazer parte da Ditec não é qualificado como eixo.

Segundo essa coletânea os serviços são caracterizados como: **o Eixo Diversidade** que se propõe a estabelecer e consolidar parcerias com as secretarias estaduais, municipais e entidades privadas para o desenvolvimento de programas que fortaleçam a inclusão étnico-racial e de gêneros nas unidades de medidas sócio-educativas. O eixo tem como principal objetivo promover a igualdade e a autoestima dos socioeducandos e combater a discriminação, além de garantir a equidade dos serviços e atividades, promover as participações familiares e comunitárias nas ações desenvolvidas pelo eixo. Ademais, de capacitar os profissionais, realizar oficinas pedagógicas com o objetivo de trabalhar as diferenças, etc.

No entanto, o eixo diversidade encontra muitas limitações para fazer as abordagens com os (as) adolescentes, pois há profissionais conservadores que acreditam não se deve ser discutida a questão da sexualidade dos adolescentes dentro do ambiente socioeducativo, principalmente, no caso da unidade feminina. No Rita Gadelha as adolescentes têm o acesso negado a visitas íntimas mesmo sendo casadas ou tendo união estável ao contrário dos garotos das unidades de internação. Essas unidades masculinas têm lugares específicos para os

---

<sup>39</sup> Essa coletânea não se encontra disponível para venda, é apenas um instrumento de consulta para os técnicos da gestão sócio-educativa.



adolescentes terem direito sexuais. As adolescentes têm esse direito negado, demarcando a desigualdade de gênero.

Há limites no que concerne, também, a ações de prevenção às doenças sexualmente transmissíveis em relação os (as) adolescentes homoafetivos (as) devido os limites postos pelo conservadorismo que permeia as relações sociais e reverberam nas unidades, mas há ações de capacitação profissional para os (as) agentes e técnicos (as) socioeducativos (as), no entanto é opcional.

No tocante ao **Eixo Suporte Institucional e Pedagógico**, ele constrói os instrumentais para o registro sistemático das abordagens e dos acompanhamentos aos socioeducandos, tais como: o Plano Individual de Atendimento (PIA), relatórios de acompanhamento, controle e registro das atividades individuais, grupais e comunitários. Além de elaborar os dados referentes aos perfis socioeconômicos dos adolescentes e de sua família, consolidar os dados referentes à entrada e saída dos jovens, elaborar o perfil dos jovens. É incumbido, também, de garantir que os prazos estabelecidos para o envio dos relatórios e avaliação dos jovens sejam respeitados pelas unidades; de realizar o acompanhamento sistemático para reuniões dos adolescentes durante o atendimento socioeducativo e da sistematização do PIA com a família e o adolescente, etc.

Esse eixo também apresenta limitações devido às grandes demandas para todo o Estado, cujas obrigações estão inclusas fazer as reuniões técnicas sobre os instrumentais e o quantitativo limitado de técnicos responsáveis por criar os instrumentais, portarias e desenvolver e organizar os processos de capacitação dos profissionais do sistema socioeducativo.

Cabe ao **Eixo Educação** organizar a estrutura e a funcionalização da escola no espaço do meio fechado, que favoreça a dinamização das ações pedagógicas, garantir o acesso a todos e em todos os níveis de educação formal, estreitar as relações com as escolas para que conheçam a proposta das entidades e programas que executem o atendimento. Além de desenvolver os conteúdos escolares, artísticos, culturais e ocupacionais de maneira interdisciplinar e promover a equidade no acesso à educação escolar para o adolescente com deficiência.

No que concerne ao eixo educação, ele organiza as escolas e atividades das unidades paraibanas de acordo com as necessidades postas a cada medida e respeitando suas particularidades. Além do coordenador do eixo, há uma diretora geral e há uma secretária em cada escola. Contudo, há adolescentes em séries avançadas se considerado os conhecimento que eles apresentam, por exemplo, durante a entrevista havia adolescentes que estavam no 6º ano do fundamental, mas não sabiam escrever o próprio nome ou não se lembravam de como se escrevia. Durante o estágio e a pesquisa foi observado que não tem atividades de reforço escolar para esses adolescentes que se encontravam a muitos anos afastados da escola.

Ademais as escolas oferecem horários irregulares e um ensino básico para seu funcionamento, pois cada disciplina tem em média 40 minutos de aula por dia e, posteriormente, são levados para a educação esportiva, cujos adolescentes chamam de “banho de sol”.

Compete ao **Eixo Esporte, Lazer, Cultura e Artes** estabelecer relações com órgãos públicos e privados para proporcionar o acesso aos programas culturais, oportunizando a vivência e qualificação artística, o acesso dos adolescentes as atividades esportivas e de lazer como instrumento de “inclusão social”, e, dessa forma, ensinar por meio das atividades os valores como liderança, tolerância, disciplina, confiança, equidade étnico-racial e de gênero, etc.

O eixo esporte, lazer, cultura e artes sempre faz parceria com os outros eixos para uma maior dinamização dos serviços e atividades. Ele desenvolve campeonatos internos (uma unidade contra a outra) de futebol, contudo lida com limitações de recursos materiais e humanos para desenvolver efetivamente os serviços, principalmente, nas unidades de privação de liberdade.

Concerne ao **Eixo Saúde** garantir a equidade de acesso dos adolescentes que se encontram cumprindo medidas sócio-educativas de internação. Oferecer ações e serviços para a promoção, prevenção e recuperação de saúde, incluindo temas relacionados à sexualidade, prevenção de doenças sexualmente transmissíveis, uso de álcool e outras drogas. Garantir o acesso e tratamento de qualidade a pessoa com transtornos mentais (apesar de não existir uma área específica nem profissionais adequados para garantir que isso seja cumprido nas

unidades) e garantir o acesso a todos os níveis de atenção à saúde por meio de referência e contra referência, de acordo com o sistema único de saúde, etc.

Não há um tratamento para os adolescentes com transtornos mentais em nenhuma das unidades, mas em caso de surtos são levados a unidades especializadas, como: o Complexo Psiquiátrico Juliano Moreira, localizado na cidade de João Pessoa. Outra limitação do eixo saúde é não haver um local fixo para o gerenciamento e distribuição dos instrumentos de trabalho e condições humanas, apesar de haver uma enfermaria nas unidades de privação de liberdade para fornecer os serviços básicos à coordenadora do eixo se desloca para todas as unidades para atender aos adolescentes para distribuir os medicamentos e vacinas.

É incumbido ao **Eixo Profissionalização, Trabalho e Previdência** possibilitar aos socioeducandos o desenvolvimento de competências e habilidades básicas, específicas e de gestão; e a compreensão sobre a forma de estruturação e funcionamento do mundo do trabalho. Oferecer ao adolescente formação profissional no âmbito da educação, como: curso, oficinas e programas de formação inicial e continuada. Priorizar vagas ou postos de trabalho nos programas governamentais para adolescentes em cumprimento de medida. Equiparar as oportunidades referentes à profissionalização/trabalho aos adolescentes com deficiência, etc.

É um serviço que dialoga bastante com os outros eixos, os diretores e gestor do sistema socioeducativo na Paraíba, pois são eles que desenvolvem parcerias com as instituições públicas e privadas para o desenvolvimento de cursos e oficinas. Embora, os adolescentes dialoguem bastante sobre a questão de haver poucas vagas nos cursos e nas oficinas, ou os cursos não são dos interesses (vocação) dos adolescentes e, dessa forma, os desmotivam a não concluir os cursos.

Cabe ao **eixo segurança** estruturar e organizar as ações do cotidiano socioeducativo e de prevenção das situações limites que compõe o conjunto de ações fundamentais do núcleo de intervenção estratégica da segurança preventiva. Assegurar a organização que favoreça a convivência entre os profissionais e os adolescentes. Estabelecer procedimentos operacionais padronizados com relação à Polícia Militar e Civil, com a Defensoria Pública, bem

como, com o Ministério Público, e o Ministério de Justiça da Infância e Juventude. Assegurar que as revistas às famílias sejam realizadas de forma humanizada e digna, além de assegurar a segurança no recrutamento e na seleção do pessoal dirigente, técnico e operacional para que estejam preparados para enfrentar e resolver os problemas em situações críticas.

O eixo segurança não assegura as revistas humanizadas aos familiares, por exemplo, na unidade feminina não tem o *scanner* e os visitantes são submetidos à revista íntima<sup>40</sup>, ferindo a dignidade, a autopreservação dos corpos e constringendo os familiares dos adolescentes, uma vez que, há crianças, mulheres e idosos sendo submetidos a tais atos.

Com relação às divisões internas dos adolescentes, o coordenador do eixo, os responsáveis pela segurança e os diretores das unidades (individualmente) se reúnem nas respectivas unidades para a discussão de como devem ser organizadas as alas e blocos, sobre o funcionamento das atividades internas e externas para evitar problemas com terceiros e entre os próprios adolescentes, são divididos de acordo com as facções.

As facções pode-se dizer que são indissociáveis quando se fala dos adolescentes em conflito com a Lei, não são todos os adolescentes envolvidos com grupos criminosos, mas na Paraíba há dois grupos bem estabelecidos que dividem e rivalizam pela conquista dos territórios que são: a Okaida (OKD) e os Estados Unidos. Devido a isso, há um grande conflito entre esses grupos rivais e, conseqüentemente, entre os adolescentes privados de liberdade. As facções em cada espaço atuam de forma diferente, segundo Soares, Bill e Athayde (2005) pontuam duas formas distintas de dominação dos territórios uma formada por membros da própria comunidade e uma por intermédio das conquistas.

Enquanto os traficantes são membros da comunidade, filhos de antigos moradores da favela, parentes e vizinhos, afilhados e amigos dos moradores, a rede em que se monta o poder amansa-o e o adocica, naturalmente. [...] essas relações geram compromissos dão contornos muitos próprios a autoridade e limitam o emprego da força. Por outro lado, garantem a solidariedade da comunidade [...]. Quando os traficantes invadem e conquistam territórios, apropriam –se de fatias do mercado de drogas, tomam posse das bocas do pedaço e se impõem à comunidade como se fossem um poder colonizador, som contemplação

---

<sup>40</sup> Os familiares colocaram que entram com um agente corresponde ao mesmo sexo do visitante, eles retiram todas as roupas, agacham e tosem, respectivamente. E as crianças têm suas fraldas vistoriadas por uma agente socioeducativa. Muitos familiares dizem que evitam ir às unidades que não tem os scanners, principalmente, os homens, pois são momentos constrangedores. Isso prejudica o fluxo de visita dos socioeducandos.

ou compromissos pessoais. (SOARES, BILL e ATHAYDE, 2005, p.261).

Essas ações aumentam ainda mais os conflitos entre as facções e em relação às próprias comunidades. Além disso, cabe ainda destacar que alguns funcionários ainda apresentam os comportamentos dos antigos códigos de menores (coercitivos e de controle), isso é reflexo dos discursos conservadores quando discutido sobre o trato mais humanizado e a garantia dos direitos humanos no atendimento aos adolescentes.

No que concerne ao **Eixo Abordagem Familiar e Comunitária**, nele desenvolve atividades que possibilita o convívio familiar dos adolescentes oferecem condições concretas por meio das ações e atividades que facilitem a participação ativa e qualificada da família no processo de execução das medidas, possibilitando o fortalecimento dos vínculos e a reinserção dos adolescentes no ambiente familiar e comunitário. O eixo família é de fundamental importância, pois na socioeducação a família é vista como uma parte primordial para a “recuperação” do jovem em conflito com a lei.

As unidades de socioeducação do Estado da Paraíba faz o acompanhamento das visitas familiares, cujo Plano de Segurança (2018) qualifica que é permitido apenas à visita de três pessoas e não pode o revezamento das visitas no mesmo dia, só poderão visitar mediante a apresentação do documento de identificação com foto. Esse momento de visita é usado pelas técnicas para o repasse informações acerca dos direitos e deveres dentro das medidas em cumprimento e atualizações sobre a saúde e o comportamento dos adolescentes frente à medida estabelecida.

O acompanhamento é feito pelas técnicas (assistente social e psicóloga) da unidade e pela Ditec (apenas na capital) junto às famílias dos (as) adolescentes. Nas unidades da capital os acompanhamentos desses dias são feitos pelas técnicas da sede do eixo família. Contudo, os socioeducandos são acompanhados por suas técnicas fixas das unidades.

No atual cenário político do país onde os recursos destinados para as políticas sociais são vistas com gastos sociais devido à crise e as saídas encontradas são os arrochos e cortes dos recursos, e ações focais das políticas, não há o acompanhamento do eixo família na busca ativa das famílias dos jovens

em que os vínculos foram rompidos ou estão enfraquecidos devido aos recursos financeiros e humanos defasados.

Durante o estágio, no acompanhamento das visitas dos familiares foi visto que alguns dos visitantes moram longe e utilizam transportes privados, pois algumas prefeituras não disponibilizam os transportes, e como são pessoas de baixa renda, os números de visitas reduzem a no máximo duas vezes ao mês, isso fragiliza os vínculos dos adolescentes com os familiares.

Outro fato notório, são as visitas familiares que em sua grande maioria são feitas por mulheres, sejam elas: mães, tias, avós, primas e irmãs. Contudo, percebe-se que o maior quantitativo é das visitas maternas, embora haja pais e avós que vão esporadicamente visitar seus filhos e ou filhas (haja vista, que alguns jovens são criados (as) pelos avós e outros parentes).

Segundo a coordenadora do **Serviço Egresso**, ele é um serviço que a Fundac instaurou recentemente, em fevereiro de 2018, em sua gestão e, atualmente, está a esperar o decreto para que seja efetivado como um eixo. Cabe ao Serviço Egresso acompanhar os adolescentes que está em extinção de medidas na escola e indicando cursos profissionalizantes. Para tanto, será necessário que os adolescentes requeiram esse acompanhamento que dura em torno de seis meses. Com o intuito que o acompanhamento seja qualificado o Serviço Egresso estabeleceu parcerias com a Fundac e seus eixos, com o judiciário para a homologação do PIA Egresso, com as unidades para que o serviço seja difundido entre os adolescentes e as famílias, com os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS).

O serviço egresso tem uma proposta interessante de acompanhamento após o cumprimento das medidas sócio-educativas de meio fechado, porém conta com recursos financeiros e humanos escassos. Além de não se ater a realidade concreta dos adolescentes, pois mesmo os cursos gratuitos trazem um custo com o transporte, materiais e alimentação. Como já indicado à maioria dos adolescentes são pobres e não têm recursos financeiros para essa demanda. Outro problema é o desconhecimento e a falta de interesse dos adolescentes de participar desse serviço. Ademais, os egressos do sistema voltam para as mesmas condições sociais que estavam inseridos buscando oportunidades de

uma vida melhor, mas eles saem sem emprego e sem especialização, ou seja, sem a convicção de mudanças.

Há outras duas propostas da criação de eixos: o eixo estágio e o eixo documentação civil que, atualmente, atua como um serviço – da mesma forma que o eixo Egresso. O **Eixo Estágio** tem como finalidade acolher e orientar semestralmente os estagiários, os supervisores e coordenadores técnicos de cada unidade para onde os estagiários serão enviados, elaborar e publicar as portarias para a regulação dos estágios dos respectivos órgãos, realizar oficinas de formação de supervisores de estágio da socioeducação, e, monitorar e acompanhar os estagiários nos espaços que foram inseridos.

Já o **eixo documentação civil** faz a articulação entre os órgãos de emissão de documento, visto que alguns adolescentes não possuem ou perderam a documentação. E deve acompanhar junto às unidades a necessidades dessa retirada de documentos. Até o momento esses eixos o de estágio e de documentação civil cumpriram todas as propostas estabelecidas.

A Diretoria Técnica da Fundac, anualmente, um Plano de Ação dos eixos, supracitados, cujos eixos devem assinalar em um documento geral as ações que serão realizadas, os objetivos, a referência, as metas, o tempo de execução, os parceiros e setores envolvidos, os encaminhamentos, as ações orçamentárias de cada ação e o responsável por cada ação todos na diretoria técnica tem acesso ao plano.

No ano de 2019, foi realizado o Fórum Nacional de Dirigentes Governamentais de Entidades Executoras da Política de Promoção e Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente (FONACRIAD) sediado na cidade de João Pessoa, em um hotel na orla de Tambaú com a duração de três dias. O Fórum contou com a presença dos representantes das instituições responsáveis pela coordenação das unidades sócio-educativas de cada Estado<sup>41</sup>. Onde foi discutido o Programa Paraíba pela Paz e a redução de Crimes Violentos Letais e Intencionais (CVLI), a atual situação da gestão e da execução das medidas sócio-educativas no território brasileiro. Foi sinalizada no Fórum que houve uma

---

<sup>41</sup> Compareceu ao fórum a maioria dos representantes estaduais, a esse evento tinha ao todo 22 Estados brasileiros. Essa informação pode ser comprovada a partir do site: <https://paraiba.pb.gov.br/noticias/forum-discute-politica-de-promocao-e-defesa-dos-direitos-da-crianca-e-do-adolescente>

redução, desde o ano de 2016, do ingresso do adolescente ao sistema socioeducativo no Estado da Paraíba.

Percebe-se que há limitações na socioeducação que são estruturais, contudo houve avanços importantes dentro do sistema socioeducativo na Paraíba, pois a gestão e as unidades fazem uma construção constante com mudanças que favorecem os avanços e impulsiona a atuação no cuidado com adolescentes. Contudo, um maior investimento, estratégias e recursos materiais e humanos garantiriam uma maior proteção e ampliação dos espaços para os adolescentes e para todos os funcionários que compõe a comunidade sócio-educativa.

### **3.2. A internação e o Centro Socioeducativo Edson Mota**

Quando um adolescente é suspeito de ser autor de ato infracional ele é apreendido e levado a uma unidade provisória para aguardar a audiência pelas instâncias competentes em privação de liberdade, no período de até 45 dias, quando será definida a existência ou não da culpabilidade, em caso afirmativo lhe é atribuído uma medida sócio-educativa.

No entanto, os prazos estabelecidos para as unidades provisórias são relativos, pois ocorre a extensão do prazo de 45 dias. Nas unidades do interior, geralmente, ocorre esse atraso, em face dos tribunais de justiça das cidades - comarca do ato infracional- responsáveis pelos julgamentos atenderem a mais de uma cidade dependendo da localidade, como: a comarca do Boqueirão que é de primeira instância atende a oito municípios e possui vara única. Isso prejudica o julgamento e pode ultrapassar a data limite devido à superlotação dos fóruns responsáveis por encaminhar os processos.

As medidas sócio-educativas deverão ser atribuídas aos adolescentes de acordo com a gravidade do ato infracional e dos antecedentes criminais, contudo a penalidade não pode ultrapassar 03 (três) anos de internamento. Elas têm como objetivo, de acordo com o Sinase (2012), responsabilizar o jovem pelos atos infracionais e promover a “integração social<sup>42</sup>”.

---

<sup>42</sup> A integração social qualitativa do adolescente no ambiente socioeducativo é debilitada, pois há problemas estruturais que impede que todos participem das atividades conjuntamente, como: a estrutura física não dispõe de espaço para todos ao mesmo tempo, como também, a questão das rivalidades e dos conflitos internos.



No entanto, não dispõe de ações concretas após cumprimento das medidas sócio-educativas que possibilite o retorno dos adolescentes à comunidade na qual vivia. “A integração social” referenciada é com a própria comunidade sócio-educativa que por sua vez não acontece plenamente, pois os adolescentes são divididos em três grupos distintos: duas facções rivais, e adolescentes sem elo com as facções.

Como citado, a discussão sobre as relações sociais entre as facções e os adolescentes em conflito com a lei é indispensável, pois as facções têm um impacto importante na vida desses adolescentes. Soares, Bill e Athayde (2005) quando estavam escrevendo o seu livro “Cabeça de porco” visitaram várias comunidades do Brasil, que eles intitularam no seu livro de “aquarela do Brasil” e uma das visitas aconteceu na Paraíba que mostrava a realidade dos adolescentes e seu papel no tráfico local.

Começamos a filmar, percorremos as vielas e as casas dos menores. [...] impressionante como a comunidade tinha o traficante local como referência. Ele parecia um daqueles bandidos da antiga, por quem os moradores oravam. [...] fiquei muito impressionado com a frieza, a segurança e a seriedade deles. [...] percebi que nossa equipe tinha aumentado [...] carregavam suas armas e nossas luzes, carregavam suas armas e nossas bolsas, seguravam os microfones e plugavam os microfones de lapela com o farto conhecimento de quem há pouco tinha sido submetido aos mesmos procedimentos. [...] naquele momento via-se exatamente a diferença entre o homem e o monstro. Eles não eram nem uma coisa em outra, eles eram apenas meninos. Meninos da Paraíba. (SOARES, BILL e ATHAYDE, 2005, p.31).

Em alguns casos os traficantes atuam como benfeitores nas comunidades, durante as entrevistas - dos referenciados autores – quando os traficantes eram membros da própria comunidade eles prestavam ou mediavam serviços, além de garantir certa segurança, pois era proibido cometer crimes contra os membros da própria comunidade.

O Sinase e o Eca visam garantir que os direitos individuais e coletivos dos adolescentes sejam respeitados, garantir que as sentenças sejam dispostas de acordo com os limites previstos, promover a organização, o funcionamento das unidades e da gestão para que as medidas sócio-educativas se desenvolvam nas condições previstas.

Contudo, essas Leis não atuam isoladamente existem outros órgãos, instituições e Leis que atuam direta ou indiretamente na operacionalização delas, como: a política/ as entidades da educação, da saúde, do trabalho, da assistência,

do judiciário de cada Município, Estado ou da federação são os segmentos que juntos podem garantir que os direitos sejam respeitados.

Como disposto no artigo nº 18 do ECA (1990), deve ser preservado o direito a dignidade da criança e do adolescente contra qualquer ação desumana, violenta, aterrorizante ou constrangedora. No artigo seguinte o 18-A estabelecem que os responsáveis, os agentes socioeducativos ou qualquer pessoa encarregada do cuidado das crianças e adolescentes devem educá-los sem o uso de castigos físicos ou tratamento degradante e os configura nos incisos, como: sofrimento físico, lesão, humilhação, ameaça grave, ridicularização e etc.

No entanto, as relações sociais dos adolescentes dentro e fora das unidades sócio-educativas não são sempre de respeito mútuo, existe violência intrafamiliar como também há a violência institucional. As violações não são visíveis ou fácil de discernir, pois está disfarçado de cuidado/proteção e às vezes são bem expressivas e palpáveis, como o abandono ou o rompimento dos vínculos familiares.

Aliás, quando um “quarto”<sup>43</sup> é criado para atender até dois adolescentes e nele há de três a sete é desumano, viver e conviver com todos adolescentes por até 20 horas trancados nesses mesmos cômodos sem ventilação adequada, comendo, indo ao banheiro, tomando banho e lavando roupa é uma violação de direito. Como também, não fornecer subsídios que garantam a efetivação das políticas públicas pelas instituições que funcionam limitados ao básico estar violando os direitos. Bem como, o ato de ameaçar, ridicularizar, humilhar e agredir são violações que acontece dentro e fora desses ambientes.

[...] semelhança entre as condições de vida de muitas unidades socioeducativas e prisões, como: arquitetura; a baixa qualidade da alimentação; a assistência médica precária, a arbitrariedade das punições; e o desrespeito nas relações. Ema real reprodução da cultura de cadeia, tal como se configuram as instituições de sanção para adultos, é evidente nos comportamentos, linguagem e valores de muitas unidades socioeducativas (OLIVEIRA, SOUZA e SILVA, 2015, p.208).

Os adolescentes em casos de violência não denunciam para evitar que sejam penalizados ainda mais devido à desconfiança com os responsáveis pelo cuidado dos adolescentes, visto que a violência policial, das pessoas que

---

<sup>43</sup> Quartos é um eufemismo utilizado por todas as unidades sócio-educativas, pois eles têm a mesma estrutura das celas do sistema prisional (grades de ferro, camas de cimento, muros altos e várias etapas de segurança para se chegar aos dormitórios), os próprios adolescentes dizem estarem “presos” e que os alojamentos são “celas”.

deveriam proteger, é uma realidade latente na vida dos adolescentes em conflito com a Lei.

Na Paraíba há oito unidades sócio-educativas, que se concentram cinco na capital (João Pessoa), duas em Lagoa Seca e uma em Sousa. As duas unidades de Lagoa Seca funcionam no mesmo terreno, uma é de internação provisória e a outra de privação de liberdade; a unidade de Sousa atende as duas medidas, não há uma unidade de semiliberdade ou feminina; todas as adolescentes são enviadas para a unidade Rita Gadelha, localizada na referida capital.

O eixo família e as técnicas das unidades de internação buscam conversar com órgãos (como a prefeitura) dos municípios onde os familiares dos adolescentes moram, principalmente, aqueles mais distantes das unidades para que sejam fornecidos os meios de transportes, mas na maioria dos casos os municípios não disponibilizam e os responsáveis pagam transportes privados; isso faz com que haja uma diminuição no número de visitas e visitantes. Como também, buscam os responsáveis que abandonaram ou romperam laços com os adolescentes para tentar restabelecê-los, pois a família para a socioeducação é de suma importância.

Portanto, em João Pessoa há quatro unidades masculinas e uma feminina, entre as unidades masculinas temos: o Centro Educacional do Adolescente (CEA) destinado a internação provisória, o Centro Socioeducativo Edson Mota (CSE) e o Centro Educacional do Jovem (CEJ) ambas são de privação de liberdade e há a Semiliberdade que é de restrição de liberdade. Já a unidade feminina atende o Estado inteiro e as duas medidas socioeducativas: a internação provisória e a privação de liberdade. E há uma Padaria Escola "Nosso Pão", cujos adolescentes da Semiliberdade faz cursos relacionados à padaria.

O Centro Socioeducativo Edson Mota (CSE) foi o local onde foi realizado as intervenções do estágio supervisionado e por ser uma das unidades de privação de liberdade para adolescentes do sexo masculino de 13 a 17 anos e reincidentes (sujeitos da pesquisa) e por ter uma aproximação com a unidade devido as reuniões técnicas realizadas nesse ambiente se tornou o espaço adequado para a realização da pesquisa de campo.

O CSE é uma das maiores unidades de João Pessoa com 90 adolescentes<sup>44</sup> internos, sendo assim, executa diversos serviços ligados às políticas públicas, como: o funcionamento de uma escola cidadã com vinculação à Secretaria de Educação, uma enfermaria, oficinas, cursos e atendimento técnico multidisciplinar, como psicólogos, assistentes sociais e assistência jurídica, além do desenvolvimento do Projeto Pedagógico<sup>45</sup>.

A unidade do CSE promove ao adolescente que ingressa na instituição - sendo de primeira medida ou reincidente - o acolhimento para a apresentação dos técnicos responsáveis pelos atendimentos, os diretores e a coordenadora técnica. No acolhimento são requeridas as cópias dos documentos dos adolescentes, dos responsáveis e dos visitantes.

No entanto, se os adolescentes não possuem todas as documentações cabíveis a idade a unidade aciona o “serviço de documentação” para que sejam providenciados os documentos que faltam; esses documentos servem em caso de urgência/ emergência no momento em que são encaminhados para hospitais, bem como para a inscrição em cursos.

Além dos documentos e dos dados fornecidos pela unidade provisória é feito uma nova folha de cadastro para a nova medida, os adolescentes são separados de possíveis ameaças<sup>46</sup> (caso aja) para evitar conflitos e são organizados em grupos, alas e blocos para facilitar na distribuição das atividades. Os turnos escolares são divididos entre essas separações - de manhã funciona um grupo e a tarde outro - e são separados por ano escolar quando encaminhados à escola.

Na cidade de João Pessoa, as unidades enfrentam a seguinte questão: uma territorialização que aponta a existência de duas facções entre os adolescentes que estão cumprindo medidas socioeducativas na capital paraibana. Assim, quando o adolescente chega a internação, ele é

---

<sup>44</sup> A unidade, no mês de janeiro, forneceu esse dado, porém como é uma unidade rotativa os números sempre mudam.

<sup>45</sup> “[...] as Unidades e/ou programas de atendimento socioeducativo deverão construir seu projeto educativo contendo os princípios norteadores de sua proposta, o entendimento do trabalho que se quer organizar [...] os objetivos (geral e específicos) e a organização que vai se dar para alcançar estes objetivos, tais como modelo de gestão, assembleias, equipes e outros, o detalhamento da rotina, o organograma, o fluxograma, o regimento interno, regulamento disciplinar, onde se incluem procedimentos que dizem respeito à atuação dos profissionais junto aos adolescentes, reuniões das equipes, estudos de caso, elaboração e acompanhamento do PIA” (SINASE, 2006, P.46).

<sup>46</sup> Os adolescentes são separados por facções e por regiões, pois mesmo que o adolescente não tenha envolvimento com as facções à região que ele habita pode ser território de determinados grupos.

questionado sobre a que facção pertence e é posto na Ala correspondente, com a justificativa de evitar conflitos entre eles . Essa separação ocorre também nas atividades, como escola e oficinas [...] (PLANO DECENAL, 2015, p. 34).

É desenvolvido um Plano Individual de Atendimento<sup>47</sup> (PIA) para o adolescente que é encaminhado a uma unidade para que ele tenha acesso a um atendimento equitativo às suas necessidades. Oliveira (2017) destaca que a realização do PIA é indispensável para a efetivação do objetivo da socioeducação, cuja participação do adolescente e de sua família na construção dele é de suma importância, pois devem ser criadas as metas que lhes auxiliaram ao longo do cumprimento da medida.

A referenciada da autora aponta ainda que as diretrizes norteadoras do Sistema pontua que a equipe (que atende ao adolescente) deve estimular o protagonismo, a participação e a autonomia do adolescente e de sua família, proporcionar a humanização das unidades de internação, preservando a segurança, a integralidade física e mental dos adolescentes e profissionais e entre outros.

No entanto, durante o estágio supervisionado não foi visto esse estímulo ao protagonismo e a autonomia dos adolescentes - talvez no meio aberto ocorra mais - há o estímulo à participação das atividades e cursos que são mais frequentes, o gestores e a coordenadora do CSE são pessoas estimadas pelos adolescentes, pois sempre fazem a escuta qualificadas. Contudo, os agentes socioeducativos (a maioria) são mal vistos por eles e pelos familiares devido à insegurança, o receio e a desconfiança quanto aos cuidados com os adolescentes.

Os cursos ofertados ocorrem devido à parceria das unidades, com alguns eixos da diretoria técnica e instituições públicas e privadas, ou com profissionais capacitados, os adolescentes são distribuídos seguindo os critérios estipulados para cada curso, além de bom comportamento e rendimento escolar.

Os adolescentes são estimulados a terem um bom comportamento e a participarem das aulas, e como um bônus para aqueles que conseguem são selecionados para os cursos. A meritocracia nesse ponto não é, necessariamente, algo positivo, pois há mais adolescentes do que vagas. A vantagem que alguns de

---

<sup>47</sup> É um instrumento pedagógico.

terem sempre a vaga garantida enquanto há adolescentes que ficam vários meses sem realizar outra atividade pode causar conflitos internos e ainda pode desestimular os outros adolescentes. Além do déficit na oferta de vagas, há poucos cursos devido às complexidades do sistema, do preconceito e do risco do trabalho em uma unidade de socioeducação.

Além disso, para que sejam realizadas visitas aos adolescentes os responsáveis devem autorizar a entrada dos visitantes – na maioria dos casos são parentes – além dos documentos dos visitantes para que sejam cadastrados no sistema. A visita íntima só é autorizada quando o adolescente é casado e apresenta a certidão de casamento. Dessa forma, o casal que não é casado, a namorada<sup>48</sup> menor de idade deve ser acompanhada pelos responsáveis legais à unidade para assinar a autorização da visita ao adolescente, e assim, o adolescente poderá fazer uma visita social, com duração de 15 minutos.

Nas unidades sócio-educativas do Estado da Paraíba foi distribuída uma lista definindo o que pode ou não entrar nas unidades com relação às comidas, roupas, calçados, objetos e alguns medicamentos. Essa lista, também, deve ser entregue aos possíveis visitantes e aos responsáveis quando fazem o primeiro contato com a unidade, nesse caso com o Centro Socioeducativo Edson Mota.

A cada seis meses a unidade elabora a pedido do setor jurídico a construção de uma avaliação com o histórico do adolescente na unidade sócio-educativa em questão. Essa avaliação é de suma importância para o adolescente, pois em casos positivos pode haver uma regressão de medida, isto é quando o adolescente é transferido para uma medida mais branda, uma semiliberdade, uma liberdade assistida ou outra do meio aberto.

Os adolescentes que estão próximos a completar os 18 anos, mas ainda está cumprindo a medida de internação são encaminhados para uma unidade de jovens adultos, onde poderá ficar até os 21 anos, essa unidade é conhecida como Centro Educacional do Jovem (CEJ).

Um ponto negativo forte das unidades sócio-educativas do Estado da Paraíba é que não disponibilizam atendimentos psicológico e psiquiátrico para os adolescentes, Costa e Silva (2017) que são professores da Escola Nacional de

---

<sup>48</sup> Até o momento não houve o cadastro de relações homoafetivas.

Saúde Pública fizeram uma pesquisa<sup>49</sup> e colocaram em alguns casos existe um protocolo de encaminhamento para o centro emergência psiquiátrico quando o adolescente está interno em uma unidade socioeducativa, cujos adolescentes são medicados e retornam à unidade correspondente. Mas também há casos em o adolescente antes de cometer um ato infracional é acompanhado por uma rede de saúde mental e, posteriormente, entra em conflito com a lei. Eles colocam que as maiores queixas dos adolescentes internos são sobre a insônia e em determinados casos de insônia levam a utilização da medicação.

Do mesmo modo, não tem atendimentos psicológicos e psiquiátricos para os adolescentes na internação da Paraíba não há acompanhamento/supervisão destinado aos(as) trabalhadores(as) das instituições que atuam diariamente com as problemáticas da instituição, dos adolescentes e dos demais profissionais, principalmente, com a sobrecarga de trabalho devido à superlotação dos ambientes e suas respectivas consequências.

Devido à complexidade envolta no Centro Socioeducativo Edson Mota (CSE) no referido atendimento aos adolescentes em conflito com a lei, cujo serviço demanda ações específicas dadas às particularidades sócio-concretas, as quais foram determinantes para o ingresso ou reincidência na unidade e por atender ao perfil do público alvo definido, essa unidade foi escolhida para que fosse feita nela uma pesquisa semiestruturada com os adolescentes reincidentes. Dados que passaremos a expor a seguir.

### **3.3. As particularidades da reincidência no sistema socioeducativo na Paraíba**

A reincidência é um fenômeno que assola o sistema socioeducativo em nível nacional, pois há uma ausência no acompanhamento dos adolescentes egressos e da possibilidade de fornecer uma mudança estrutural na realidade concreta do adolescente em conflito com a Lei para que se possa cumprir efetivamente o papel das medidas sócio-educativas que é “reeducar, reinserir e evitar que haja reincidência”.

---

<sup>49</sup> Realizaram essa pesquisa nas unidades de socioeducação de Minas Gerais e Rio Grande do Sul.

Decorrente do estudo dessa problemática foi realizada uma pesquisa de campo na unidade Centro Socioeducativo Edson Mota (CSE), com a finalidade identificar as mediações entre as determinações histórico-concretas da vida dos adolescentes que cometeram atos infracionais, as medidas sócio-educativas aplicadas e os índices de reincidência. Considerando as particularidades da reincidência dos adolescentes com as determinações históricas e de suas singularidades, pois a internação é a última medida aplicada, só em caso grave (de atentado a vida) recebe uma medida extrema, como é a privação de liberdade, no primeiro ato infracional.

No mês de janeiro de 2020, a unidade do CSE tinha 90 adolescentes cumprindo a medida de internamento, dentre eles 37 adolescentes eram reincidentes. A pesquisa foi realizada seguindo o critério de acessibilidade<sup>50</sup> devido às dificuldades quanto à especificidade do *lôcus* da pesquisa e o acesso aos seus sujeitos. Assim, a amostra analisada constituiu em 29,8%(11) do universo total dos adolescentes reincidentes que compunham a pesquisa.

É uma pesquisa qualitativa e quantitativa, pois os dados e o conteúdo das falas dos adolescentes foram quantificados e analisados para substanciar os resultados da pesquisa a respeito da reincidência, das medidas sócio-educativas e das determinações sócio-históricas. Foi utilizado um roteiro semiestruturado<sup>51</sup> para a coleta de dados. Esperamos que os dados levantados fomentem a discussão sobre o fenômeno da reincidência, bem como auxilie demais pesquisas da área. Nesses termos passamos a expor a seguir:

---

<sup>50</sup> Para realizar a pesquisa foi necessário a priori entrar com um projeto para ser avaliado pela instituição (Fundac), posteriormente, foi enviado ao comitê de ética e quando o projeto foi aprovado a instituição enviou um memorando para a unidade com a permissão. Após essas tramitações para realizar as entrevistas com os adolescentes foi necessário as assinaturas de autorização dos pais ou responsáveis legais pelo sujeito da pesquisa ser adolescentes, cujos adolescentes, na maioria dos casos, não recebem visitas dos familiares o que dificultou o acesso; e por fim foi necessário o assentimento dos adolescentes para participar da pesquisa.

<sup>51</sup> O roteiro de entrevista é um instrumento utilizado para coletas de dados que apesar de ter perguntas já determinada possibilita uma flexibilização durante as entrevistas; há três tipos o estruturado (com perguntas fechadas), semiestruturado (com perguntas fechadas e abertas) e a não estruturadas (com perguntas abertas).



**Quadro 01 - dados de identificação dos adolescentes entrevistados internos no meio fechado no Centro Socioeducativo Edson Mota/João pessoa-PB: 2020**

<b>Idade</b>	<b>Nº de adolescentes</b>	<b>%</b>
16 anos	08	73
17 anos	03	27
<b>Total</b>	<b>11</b>	<b>100%</b>
<b>Naturalidade</b>	<b>Nº de adolescentes</b>	<b>%</b>
João pessoa	07	64
Solânea	01	09
Guarabira	01	09
Paulista –Pe	01	09
N.i. <sup>52</sup>	01	09
<b>Total</b>	<b>11</b>	<b>100%</b>
<b>Local de residência</b>	<b>Nº de adolescentes</b>	<b>%</b>
João pessoa	06	55
Solânea	01	09
Alhandra	01	09
Araruna	01	09
Pilões	01	09
Bayeux	01	09
<b>Total</b>	<b>11</b>	<b>100</b>
<b>Raça/etnia<sup>53</sup></b>	<b>Nº de adolescentes</b>	<b>%</b>
Branco	05	45
Pardo	06	55
<b>Total</b>	<b>11</b>	<b>100</b>
<b>Estado civil</b>	<b>Nº de adolescentes</b>	<b>%</b>
Solteiro	09	82
Casados	02	18
<b>Total</b>	<b>11</b>	<b>100</b>
<b>Paternidade</b>	<b>Nº de adolescentes</b>	<b>%</b>
Sem filhos	08	73
Com filhos	03	27
<b>Total</b>	<b>11</b>	<b>100</b>
<b>Religião</b>	<b>Nº de adolescentes</b>	<b>%</b>
Cristão <sup>54</sup> não praticante	05	46
Evangélico	03	27
Ateu	02	18
Católico	01	09
<b>Total</b>	<b>11</b>	<b>100</b>

Fontes: elaboração própria, 2020.

<sup>52</sup> Significa: Não informado.

<sup>53</sup> Termo utilizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

<sup>54</sup> São todos aqueles que possuem apenas um Deus (monoteísta) e acreditam nos ensinamentos de Jesus Cristo.

A pesquisa de campo mostra que a totalidade dos adolescentes reincidentes da unidade do Centro Socioeducativo Edson Mota tem entre 16 e 17 anos de idade e que 64%(7) são naturais de João Pessoa. Com relação à faixa etária, o levantamento Sinase (2018) ressalta que a maioria dos adolescentes na socioeducação – em nível nacional no ano de 2016 - estava com idades entre 16 e 17 anos representando 57% da totalidade.

Esses adolescentes que estão em uma fase de transição (passando da adolescência para o jovem adulto), cuja sociedade conservadora e machista corrobora para que os “homens”<sup>55</sup> da classe trabalhadora tornem-se independentes dos seus responsáveis e passem a suprir suas necessidades básicas. Desta forma, eles buscam meios de prover suas necessidades (podendo ser elas: econômica, material, social, etc.), cujo mercado busca pessoas qualificadas para desenvolver uma determinada função<sup>56</sup> quando o jovem não possui essas qualificações são postos como exército industrial de reserva.

Além disso, 55% (6) dos adolescentes se identificam<sup>57</sup> como pardos, quando foram questionados com relação à raça/etnia e 45%(5) se consideram brancos. O Levantamento Anual Sinase (2018) referentes ao ano 2015 assinalou que 61% dos adolescentes em conflito com a Lei são negros<sup>58</sup> (pretos e pardos), 23% brancos, 0,81% amarelo e 15% não sabe identificar.

Neste sentido, os dados da pesquisa de campo confirmam que há um maior encarceramento de adolescentes pardos, com relação aos brancos; pois eles ainda têm o acesso limitado aos serviços públicos e são os que mais têm direitos violados. Já com relação aos adolescentes sobre sua identidade e orientação sexual em sua totalidade (100%) disseram que são homem *cis*<sup>59</sup> e heterossexual<sup>60</sup>.

A unidade não apresenta uma estrutura ou serviços preventivos para adolescentes homoafetivos ou transexuais para preservar seus direitos,

---

<sup>55</sup> Adolescente e jovens do sexo biológico masculino.

<sup>56</sup> Como já mencionado nos capítulos anteriores, todos tem uma função social mesmo que não aparente.

<sup>57</sup> São critérios que adolescente se identifica.

<sup>58</sup> O IBGE quando coleta dada referente à raça e etnia utiliza o termo “negro” para definir pretos e pardos.

<sup>59</sup> Termo utilizado para a identificação de gênero; uma pessoa “cis” se identifica com o sexo biológico com o qual nasceu.

<sup>60</sup> É um dos critérios da orientação sexual; são pessoas que se sente atraída pelo sexo oposto.

principalmente a dignidade e a vida. Em outra unidade, durante o estágio, uma adolescente *trans* foi separada do convívio social com os outros adolescentes, pois ela estava em uma unidade masculina. A falta de estrutura de prevenção para receber as (os) adolescentes homoafetivos pode prejudicar/limitar ainda mais o acesso desses adolescentes aos direitos. Com relação ao estado civil dos entrevistados 18% (2) disseram que são casados<sup>61</sup> e 82% responderam que são solteiros, além disso, 27%(3) tem filho(os)<sup>62</sup> e as crianças têm entre 5 meses a 4 anos.

No tocante aos dados relativos à religião 45% (5) disseram que não frequentavam Igrejas (mesmo antes da medida), mas acreditavam em Deus e seus ensinamentos, 18% (2) disseram não possuir nenhuma religião e não acreditam em nenhuma divindade, 36% acreditam e frequentavam alguma Igreja (antes da medida). Segundo o Eca (1990), deve haver respeito à crença, no entanto as ações religiosas que atuam na unidade são somente as referenciadas no cristianismo. Apesar de 82% serem cristãos, ações mais amplas poderiam facilitar o acesso de todas as suas respectivas crenças.

**Quadro 02 - dados de especificação de acesso à educação dos adolescentes entrevistados internos no meio fechado no Centro Socioeducativo Edson Mota/João pessoa-PB: 2020**

<b>Estudavam antes da medida</b>	<b>Nº de adolescentes</b>	<b>%</b>
Sim	03	27
Não	08	73
<b>Total</b>	<b>11</b>	<b>100</b>
<b>Série a qual estudava ou que desistiu</b>	<b>Nº de adolescentes</b>	<b>%</b>
3-4 ano	01	09
5-6 ano	08	73
7-8 ano	02	18
<b>Total</b>	<b>11</b>	<b>100</b>
<b>A escola fornecia os materiais escolares</b>	<b>Nº de adolescentes</b>	<b>%</b>
Sim	08	73
Não	03	27

<sup>61</sup> As companheiras dos entrevistados são maiores de idade.

<sup>62</sup> Adolescente (1) tem 2 filhos; adolescente (2) tem um filho e a esposa está grávida e o adolescente(3) tem um filho.

<b>Total</b>	<b>11</b>	<b>100</b>
<b>Atividades que são desenvolvidas pela escola na unidade</b>	<b>Nº de adolescentes</b>	<b>%</b>
Só estuda	04	37
Estuda e faz um projeto	03	27
Estuda, cursos, esportes	02	18
N.i	01	09
Estuda, cursos, esportes, música, projeto	01	09
<b>Total</b>	<b>11</b>	<b>100</b>

Fonte: elaboração própria, 2020.

Segundo os entrevistados 73% dos adolescentes estavam fora ou havia desistido de estudar antes de entrarem na atual medida sócio-educativa. Contudo, a totalidade dos adolescentes estudava na escola do próprio bairro e não precisavam de transportes. Como salientado, muitos adolescentes abandonam a escola devido incompatibilidade entre os estudos e os trabalhos realizados pela manutenção própria ou da família. A escola cidadã que funciona na unidade sócio-educativa segue o modelo da Educação de Jovens e Adultos<sup>63</sup> (EJA) com duas séries em um ano. Além disso, conta com as irregularidades dos períodos escolares devido às limitações da unidade devido ao quantitativo de adolescentes.

[...] a baixa escolaridade deixasse de ser compreendida como significado de uma baixa inteligência inata, para ser problematizada num contexto de acesso precário à educação em razão da baixa renda familiar, tempo de estudo prejudicado pelo trabalho precoce, entre outros elementos que passam a configurar um estado de vulnerabilidade do indivíduo (ORTEGAL, 2016, p. 536).

Segundo os dados da pesquisa sobre a evasão escolar, 63%(5) disseram que não gostavam da escola ou não queria; 13%(1) disseram que foi por influência dos amigos; 13%(1) colocou que abandonou, pois estava cumprindo uma outra medida sócio-educativa e evadiu; e, 13%(1) informou que não gostou de ser transferido para outra sala devido a idade.

<sup>63</sup> Mesmo sendo uma modalidade de ensino que promove a educação de jovens e adultos que estão atrasados ao tocante à idade ela não está suprimindo a necessidade dos adolescentes, pois eles apresentam um grau de analfabetismo e analfabetismo funcional (não conseguem compreender ou interpretar textos) que não é correspondente ao ano escolar que estão frequentando.

Durante a entrevista 18% (2) dos adolescentes não souberam escrever o próprio nome e utilizou à impressão digital, outro adolescente chegou a utilizar um papel com o nome escrito e dois adolescentes pediram para copiar o nome deles que estava da lista. Segundo os dados específicos sobre o funcionamento escolar na unidade, por totalidade os adolescentes pontuaram que frequentavam e que tinham acesso aos materiais, no entanto eles colocaram que o acesso aos materiais escolares era limitado a sala de aula e não podiam praticar nos quartos.

Devido a motivos segurança é proibido os adolescentes terem materiais pontiagudos nos “quartos”, para evitar que eles usem canetas e lápis para machucar uns aos outros. Contudo, a brevidade das aulas escolares teóricas (40 minutos por disciplina) se torna insuficientes para a absorção dos conhecimentos dados pelas diversas disciplinas e o pleno desenvolvimento dos adolescentes, além dos adolescentes estarem em séries que não são compatíveis com o grau de conhecimento.

**Quadro 03 - Dados de especificação referente ao acesso à saúde dos adolescentes entrevistados internos no meio fechado no Centro Socioeducativo Edson Mota/João pessoa-PB: 2020**

<b>Acesso a atendimento de saúde</b>	<b>Nº de adolescentes</b>	<b>%</b>
Sim	06	55
Não	05	45
<b>Total</b>	<b>11</b>	<b>100</b>
<b>Acesso a tratamento odontológico</b>	<b>Nº de adolescentes</b>	<b>%</b>
Sim	10	91
Não	01	09
<b>Total</b>	<b>11</b>	<b>100</b>
<b>Problemas de saúde</b>	<b>Nº de adolescentes</b>	<b>%</b>
Sim	01	09
Não	10	91
<b>Total</b>	<b>11</b>	<b>100</b>

Fonte: elaboração própria, 2020.

Aos dados referentes ao acesso à saúde, 55% dos entrevistados disseram que já foram a um hospital de alta complexidade devido a acidentes. A totalidade dos adolescentes (100%) disse que já foram a uma Unidade da Saúde da Família

(USF) e não fazem uso de remédio controlado, apenas 09%(1) dos entrevistados apresentou um caso leve de alergia<sup>64</sup>. Em sua totalidade, os adolescentes colocaram que tem acesso ao atendimento odontológico e ao atendimento médico, embora alguns adolescentes relataram que estavam a mais de 6 meses sem o atendimento (de rotina). Contudo, os adolescentes disseram que quando adoecem ou necessitam de algum medicamento, às vezes demora a chegar ou não chegam.

No entanto, durante o estágio supervisionado a maioria dos adolescentes se queixa de insônia e pedem remédios para dormir quando eles são levados à enfermaria, contudo os próprios adolescentes colocam que tinham uma rotina diferente da qual estão no momento, ou seja, faziam várias atividades e não dormiam cedo. Costa e Silva <sup>65</sup> (2017, p. 1474) apontam que entre vários motivos que levam os adolescentes a serem atendidos pelo setor de saúde mental “é a queixa de insônia. Os quadros de insônia levam a utilização da medicação”, os autores colocam que as unidades de coletas promoviam rodas de conversa entre os adolescentes, mas os psicólogos da unidade tinha “baixa disponibilidade” para realizar essa atividade.

Entretanto, o eixo família, unidade e duas técnicas voluntárias especializadas em rodas comunitárias realizam nas unidades de João Pessoa essa atividade com os adolescentes e seus familiares, uma vez por mês. As psicólogas das unidades desempenham um papel mais técnico na unidade e não o atendimento clínico.

**Quadro 04 - dados de especificação relativos a esporte, cultura e lazer dos adolescentes entrevistados internos no meio fechado no Centro Socioeducativo Edson Mota/João pessoa-PB: 2020**

<b>Pratica atividades físicas/ esportes antes da medida sócio-educativa</b>	<b>Nº de adolescentes</b>	<b>%</b>
Sim	09	82
Não	02	18
<b>Total</b>	<b>11</b>	<b>100</b>

<sup>64</sup> Não necessita de remédio controlado.

<sup>65</sup> Fizeram uma pesquisa comparativa dos casos do Rio Grande do Sul e em Minas Gerais.

<b>Frequência das atividades físicas/ esportes por semana</b>	<b>Nº de adolescentes</b>	<b>%</b>
2-3 vezes	06	67
6-7 vezes	03	33
<b>Total</b>	<b>09</b>	<b>100</b>
<b>Durante a medida Prática atividade física/ esporte</b>	<b>Nº de adolescentes</b>	<b>%</b>
Sim	10	91
Não	01	9
<b>Total</b>	<b>11</b>	<b>100</b>
<b>Dos que praticam</b>	<b>Nº de adolescentes</b>	<b>%</b>
Futebol	07	70
Futebol e atletismo	01	10
Futebol (campeonatos), atletismo e basquete.	02	20
<b>Total</b>	<b>10</b>	<b>100</b>

Fonte: elaboração própria, 2020.

Aos dados referentes ao acesso a atividades físicas e esportivas antes da internação: 82% (9) dos entrevistados disseram que faziam atividades físicas ou esportivas, principalmente, o futebol que é uma modalidade dominante entre os adolescentes devido à cultura brasileira pautada/ enraizada no futebol e afirmaram que eram umas das atividades que mais gostavam na unidade. Para determinados indivíduos representam uma possível ascensão social para os adolescentes da classe trabalhadora; 67% (6) dos adolescentes disseram que praticavam atividades físicas de 2 a 3 vezes por semana e 33% (3) disseram praticavam de 6 a 7 dias.

Com relação ao acesso às atividades físicas e esportivas durante a internação: 91%(10) dos entrevistados responderam que fazem atividades físicas e gostam das atividades dispostas; cujo futebol ainda é uma modalidade dominante dentro das unidades devido realidade concreta dos adolescentes que ali estão; outro esporte que surge em meio a entrevista é o atletismo, onde 30%(3) dos adolescentes participam. E 09% (1) adolescente não faz atividade física, pois não gosta de fazer exercício. Os adolescentes que jogam futebol e participam dos campeonatos interno nas unidades (funcionam durante as férias escolares) gostam bastante e destacam como sendo uma das atividades favoritas, os adolescentes que apresentam bom comportamento e bom rendimento na escolar podem participar dos jogos.

**Gráfico 05 - dados de especificação relativos a atividades culturais ou de lazer dos adolescentes entrevistados internos no meio fechado no Centro Socioeducativo Edson Mota/João pessoa-PB: 2020**

<b>Atividades culturais ou de lazer antes da medida sócio-educativa</b>	<b>Nº de adolescentes</b>	<b>%</b>
Festa, piscina, praia e shopping.	02	18
Festa, piscina, cachoeira e praia.	01	09
Piscina, cinema, festa e apresentações na praça	01	09
Apresentação de música, cinema, praia, parque e piscina.	01	09
Apresentação de dança e a praia	01	09
Praia, jogar bola, praça e piscina.	01	09
Praça, piscina, cinema e festa.	02	18
Festa e piscina.	01	09
Festa, praia, praça e piscina.	01	09
<b>Total</b>	<b>11</b>	<b>100</b>
<b>Acesso a atividades culturais ou de lazer durante a medida</b>	<b>Nº de adolescentes</b>	<b>%</b>
Sim	07	64
Não	04	36
<b>Total</b>	<b>11</b>	<b>100</b>
<b>As atividades desenvolvidas</b>	<b>Nº de adolescentes</b>	<b>%</b>
Apresentação de música	03	44
Apresentação de música e jogar futebol	01	14
Cortar o cabelo dos colegas	01	14
Aulas de percussão	01	14
Aulas de percussão e jogar futebol	01	14
<b>Total</b>	<b>07</b>	<b>100</b>

Fonte: elaboração própria, 2020.



A totalidade dos entrevistados disse que tinham acesso a atividades culturais ou de lazer antes das medidas sócio-educativas, onde 55(6)% responderam que iam a praia e a piscina, 73%(8) responderam que frequentavam festas e 45% disseram que a praças ou shoppings. As atividades desenvolvidas fora da unidade são variadas, pois cada um apresenta gostos específicos sobre as atividades de lazer e sobre as quais tem acesso.

Os adolescentes quando questionados sobre ter acesso a atividades culturais ou de lazer durante a medida sócio-educativa, 64% (7) disseram que tem acesso a essas atividades e 36% (3) não tem acesso a nenhuma atividade. Durante o estágio supervisionado quando se tinha esse tipo de atividades eles se concentravam no ginásio que é o maior espaço e onde tem o maior quantitativo de pessoas. Contudo, esses eventos acontecem nos dias de visitas e, dessa forma, só aqueles que estão tem acesso.

Dentre as atividades que os adolescentes consideraram com atividades de cultura e lazer, cujos adolescentes participam ou tiveram acesso 58%(4) disseram que assistiram apresentação de música/coral, 28%(2) tiveram acesso a aulas de percussão e 14%(1) considerou cortar cabelo. Essas variações das atividades de cultura e lazer são opcionais, ou acontecem em partes distintas da unidade e em dias diferentes, como ressaltado nos dias das visitas.

**Quadro 06 - dados de especificação relativos ao acesso à alimentação dos adolescentes entrevistados internos no meio fechado no Centro Socioeducativo Edson Mota/João pessoa-PB: 2020**

<b>Acesso à alimentação balanceada antes das medidas</b>	<b>Nº de adolescentes</b>	<b>%</b>
Sim	08	73
Não	03	27
<b>Total</b>	<b>11</b>	<b>100</b>
<b>Frequência das alimentações p/ dia</b>	<b>Nº de adolescentes</b>	<b>%</b>
3 vezes	01	9
4 vezes	02	18
5 vezes	04	36
6 vezes a mais	04	36
<b>Total</b>	<b>11</b>	<b>100</b>
<b>Acesso à alimentação</b>	<b>Nº de adolescentes</b>	<b>%</b>

<b>balanceada durante a medida</b>		
Sim	08	73
Não	03	27
<b>Total</b>	<b>11</b>	<b>100</b>
<b>Frequência das refeições</b>	<b>Nº de adolescentes</b>	<b>%</b>
3 vezes p/dia	05	45
4 vezes p/dia	06	55
<b>Total</b>	<b>11</b>	<b>100</b>

Fonte: elaboração própria, 2020.

Dos dados relativos à alimentação balanceada 73%(8) dos adolescentes responderam que tinham uma alimentação balanceada ( com acesso a carboidratos, proteína, verduras, frutas, etc.) e 27%(3) disseram não ter, pois gostavam de comer “*fast food*”<sup>66</sup> e não gostam de verduras e legumes. Dentre os entrevistados 72%(8) falaram que comiam de cinco a oito refeições, incluindo *fast food*, ao longo do dia.

O IBGE (2019) divulgou que 33% dos Brasileiros se alimentam fora do ambiente domiciliar e afirmaram que os “nutricionistas veem com cautela essa questão, já que há mais chances de se consumirem alimentos de baixa qualidade nutricional, como lanches e *fast food*”, o próprio nome do tipo de alimentação já reflete a realidade os brasileiros se alimentam de comidas que são feitas rapidamente e são mais baratas, pois, geralmente, são pessoas que estão inseridas no mercado de trabalho e não tem tempo para fazer a refeição em casa devido a flexibilização do trabalho informal. Segundo o jornal “El país” o Brasil, em 2014, foi o líder na América Latina e ficou em sexto lugar no mundo no consumo de *fast food*.

Dados do Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (SISVAN), apontaram que, em 2017, 55% deles consumiram produtos industrializados regularmente, como macarrão instantâneo, salgadinho de pacote ou biscoito salgado. Além disso, 42% desses jovens ingeriram hambúrguer e/ou embutidos; e 43% biscoitos recheados, doces ou guloseimas (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2018).

Na unidade do CSE, 73%(8) verbalizou que tem uma alimentação balanceada, porém reclamaram que as refeições são ruins e não há um cardápio variado. Eles colocaram que eram servidos carboidratos, proteína, frutas e

<sup>66</sup> Expressão em inglês que significa “comida rápida”, como: hambúrguer, cachorro-quente, batata-frita, etc.

legumes, mas as refeições eram as mesmas todos os dias apresentados (tem um cardápio com o prato do dia) e apresentam problemas diferentes.

Ademais sobre a frequência das refeições, 55% (6) dos adolescentes disseram que havia quatro (4) refeições por dia e 45% (5) disseram que havia três (3) refeições, no entanto há quatro (4) refeições sendo servidas, mas os adolescentes optam por não se alimentarem de determinados alimentos (sem sal, com muito sal ou são alimentos estragados). O acesso à alimentação de qualidade é um direito estabelecido no Estatuto da Criança e do Adolescente

**Quadro 07 - dados de especificação relativos ao trabalho dos adolescentes entrevistados internos no meio fechado no Centro Socioeducativo Edson Mota/João pessoa-PB: 2020**

<b>Realizou trabalho remunerado</b>	<b>Nº de adolescentes</b>	<b>%</b>
Sim	08	73
Não	03	27
<b>Total</b>	<b>11</b>	<b>100</b>
<b>Jornada de trabalho semanal</b>	<b>Nº de adolescentes</b>	<b>%</b>
8 -10horas	02	25
35-36 horas	04	50
50 -70 horas	02	25
<b>Total</b>	<b>08</b>	<b>100</b>
<b>Período de duração do primeiro emprego</b>	<b>Nº de adolescentes</b>	<b>%</b>
4-6 meses	02	25
1 ano	02	25
2anos	03	37
3 anos	01	13
<b>Total</b>	<b>08</b>	<b>100</b>
<b>Renda familiar</b>	<b>Nº de adolescentes</b>	<b>%</b>
Até um salário <sup>67</sup>	04	36
2 – 3 salários	06	55
n.i	01	09
<b>Total</b>	<b>11</b>	<b>100</b>
<b>Benefício socioassistencial</b>	<b>Nº de adolescentes</b>	<b>%</b>
Sim	07	64
Não	04	36
<b>Total</b>	<b>11</b>	<b>100</b>

<sup>67</sup> O salário mínimo atual é de R\$1.039,00.

<b>Profissão dos responsáveis</b>	<b>Nº de adolescente</b>	<b>%</b>
Salão de beleza	01	09
Faxineira	01	09
Não mora	01	09
Carregador de leite e dona de casa	01	09
Dona de casa	01	09
Cuidadora de idosos, caseiro	01	09
Dona de casa e pintor	02	19
Agricultora	01	09
Cozinheira e pedreiro	01	09
Dona de casa e pedreiro	01	09
<b>Total</b>	<b>11</b>	<b>100</b>

Fonte: elaboração própria, 2020.

Entres os entrevistados 73%(8) já realizaram trabalhos remunerados, contudo todos os empregos eram trabalhos subalternos, mal remunerados e aqueles que eram fixos tinham jornadas de trabalhos semanais exorbitantes. Dentre os trabalhos estão “ajudante de pedreiro (carga e descarga de materiais)”, vendedor de cachorro quente, açougueiro e vendedor em frigorífico de galinha, motoboy e mecânico, marcenaria, “faz tudo”<sup>68</sup> em mercadinho, etc.

A jornada de trabalho variava de acordo com o tipo de trabalho, 50%(4) trabalhavam de 35 a 36 horas semanais e tinham apenas uma folga por semana, além de prejudicar os estudos pois, geralmente, trabalhavam pelo turno matutino e vespertino e aqueles que optaram por estudar a noite; 25%(2) trabalhavam 8 a 10 horas semanais, apenas nos finais de semana. E 25%(2) trabalhavam de 50 a 70 horas semanais uma jornada de trabalho sob humana para adolescentes em desenvolvimento físico e cognitivo.

Quanto ao período de duração do primeiro emprego 37% (3) trabalharam por 2(dois) anos, 50%(4) no período de 4(quatro) meses a 1ano e 13%(1) trabalharam por mais de 3 anos. Todos trabalhavam em empregos informais, ou seja, não tinham trabalho de carteira assinada (formal). Além disso, 78% dos adolescentes responderam que os responsáveis também não tem carteira assinada.

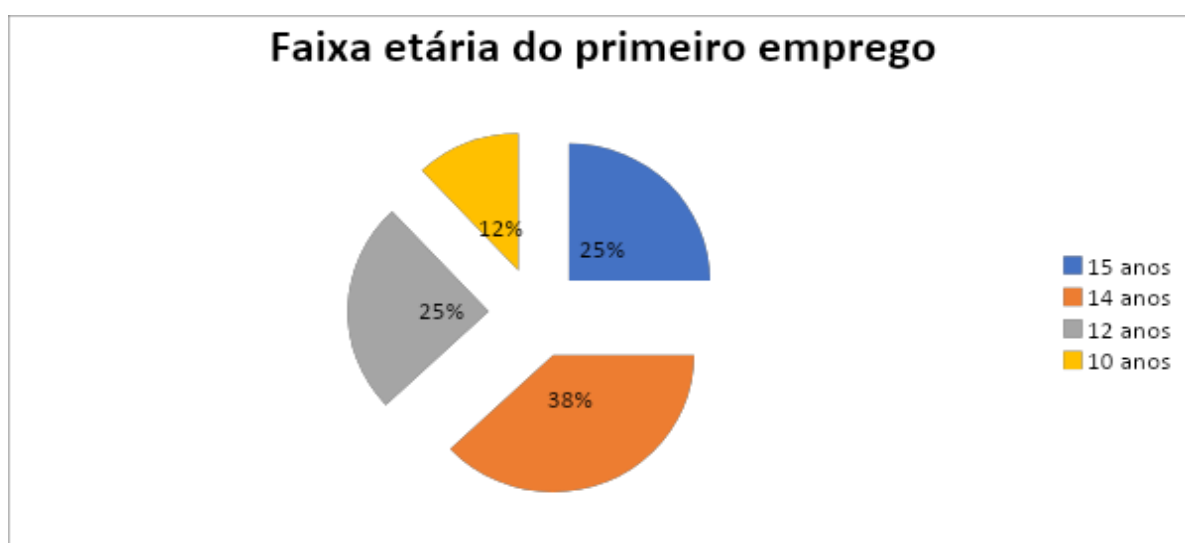
<sup>68</sup> Realiza várias funções que outros funcionários não quer fazer e não tem um serviço fixo.

O trabalho infantil<sup>69</sup>, no Brasil, é discutido desde a efervescência da industrialização, cujas crianças e adolescentes trabalhavam em condições sub-humanas e, geralmente, trabalhavam a mesma jornada de trabalho de um adulto, mas recebendo menos e realizando serviços mais perigosos.

Com relação aos dados relativos à renda familiar, 36%(4) dos adolescentes relataram que a renda mensal da sua residência é de até um salário mínimo, 55%(6) recebem de 2 a 3 salários mínimos e 9%(1) não soube informar. Dos entrevistados com renda familiar de 2 a 3 salários mínimos, 86%(5) deles recebem bolsa família, pensão ou aposentadoria. E aqueles com renda familiar até um salário mínimo, 75%(3) não recebem benefício socioassistencial.

Desta forma, a renda mensal das residências é influenciada pelos benefícios sociais que atuam diretamente na economia familiar. E muitas vezes os benefícios e pensões tornam-se insuficientes para o sustento familiar devido ao quantitativo de membros por residência e as condições precárias de subsistência, influenciando também o ingresso prematuro dos adolescentes em empregos subalternos e precarizados e de seus familiares.

**Gráfico 01 - dados de especificação relativos à idade que os adolescentes ingressaram no mercado de trabalho dos adolescentes entrevistados internos no meio fechado no Centro Socioeducativo Edson Mota/João pessoa-PB: 2020**



<sup>69</sup> O trabalho infantil é discutido no capítulo 1.3 deste trabalho.

**Fonte: elaboração própria, 2020.**

Segundo os dados relativos a trabalho remunerado, 38% dos adolescentes começaram a trabalhar com 14 anos; idade considerada aceitável pela Lei se for à condição de Jovem Aprendiz, mas nesse caso era um trabalho informal com uma jornada de trabalho que ultrapassa o permitido de 35-36 horas semanais. Já 25%(2) dos adolescentes começaram a trabalhar com 15 anos, 37%(3) tinham entre 10 a 12 anos que representa expressivamente o trabalho infantil indiscriminado; são esses adolescentes que trabalhavam diariamente e em condições desumanas de 50 – 70 horas semanais.

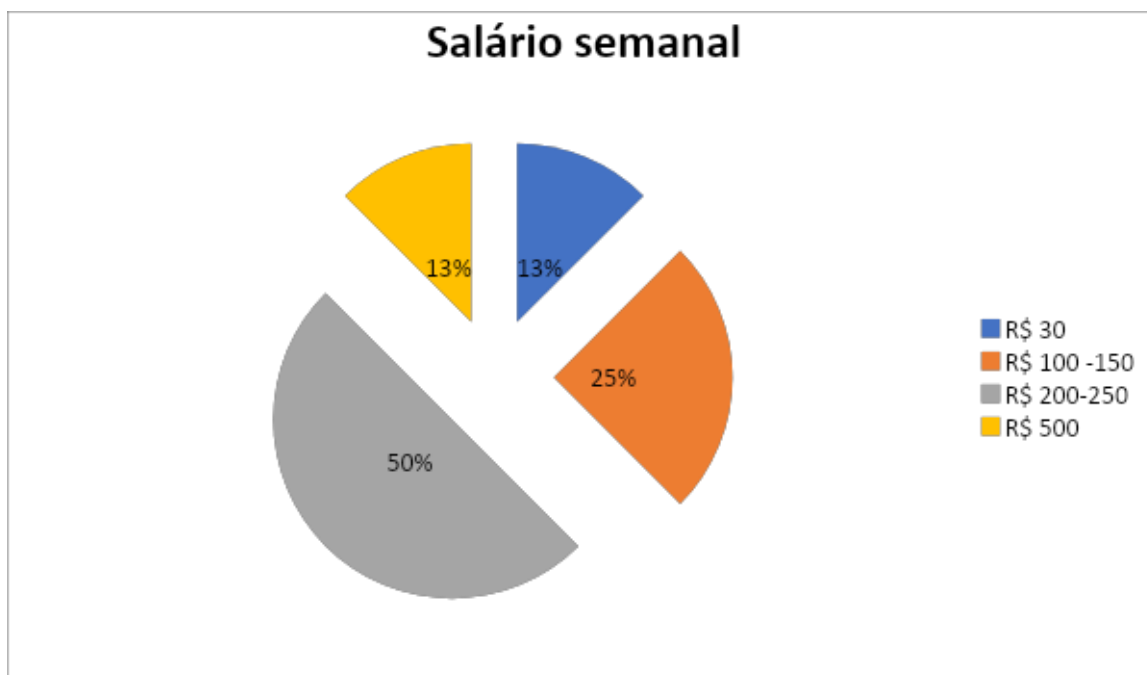
No tocante aos dados, a maioria dos adolescentes em conflito com a Lei é da classe trabalhadora e começaram desde muito cedo em empregos cada vez mais pauperizados, alguns dos adolescentes já fizeram “bicos”<sup>70</sup> em serviços pesados carregando e descarregando materiais de construções com idades de 10 a 12 anos.

Esses serviços “bicos” impossibilitaram os adolescentes de frequentarem a escola nos períodos normais e atrasando ou dificultando a aprendizagem devido o cansaço excessivo da jornada de trabalho contribuindo com a evasão escolar. As elites conservadoras brasileiras defendem que as crianças e adolescentes da classe trabalhadora devem simultaneamente estudar e trabalhar sem contabilizar as necessidades e as consequências para esses sujeitos, como: o processo de adultização dos adolescentes que perdem a fase da infância e do próprio crescimento, pois são postos a eles responsabilidades dos adultos de prover a subsistência da família e de suas necessidades.

**Gráfico 02 - dados de especificação referentes ao salário semanal dos adolescentes dos adolescentes entrevistados internos no meio fechado no Centro Socioeducativo Edson Mota/João pessoa-PB: 2020**

---

<sup>70</sup> São empregos temporários.



Fonte: elaboração própria, 2020.

Como citado, o salário semanal dos adolescentes também variavam de acordo com a jornada de trabalho e o tipo de trabalho realizado, quanto maior a jornada de trabalho e mais precarizado o serviço maior é o salário, ademais eram trabalhos informais que não garantia qualquer proteção social se, por ventura ou pelas péssimas condições de trabalho, adoecesse ou tivesse um acidente. Esse tipo de acesso ao trabalho não é o mais recomendado, contudo será visto que tem uma função bem representativa para os adolescentes.

Devido a adultização precoce e da responsabilidade imediata de prover uma renda extra para família ou para suprir uma necessidade própria faz com que os adolescentes se submetem a trabalhos informais, insalubres, saturado a baixo custo, cujos empregadores exploram a força de trabalho infantil deles.

**Quadro 08 - dado de especificação referente à moradia dos adolescentes entrevistados internos no meio fechado no Centro Socioeducativo Edson Mota/João pessoa-PB: 2020**

Residência	Nº de adolescentes	%
Própria	10	91
Alugada	01	09
<b>Total</b>	<b>11</b>	<b>100</b>
<b>Cômodos nas</b>	<b>Nº de adolescentes</b>	<b>%</b>

<b>residências</b>		
05	01	9
06	06	55
07-08	03	27
09-10	03	27
<b>Total</b>	<b>11</b>	<b>100</b>
<b>Acesso a serviços e bens de consumo nos domicílios</b>	<b>Nº de adolescentes de adolescentes</b>	<b>%</b>
Água encanada	11	100
Saneamento básico	04	36
Energia elétrica	11	100
Televisão	11	100
Aparelho de som	10	91
Computador	02	18
Celular	11	100
Fogão	11	100
Geladeira	11	100
Acesso à internet	09	82
Ventilação	11	100
<b>Total</b>	<b>11</b>	<b>100</b>

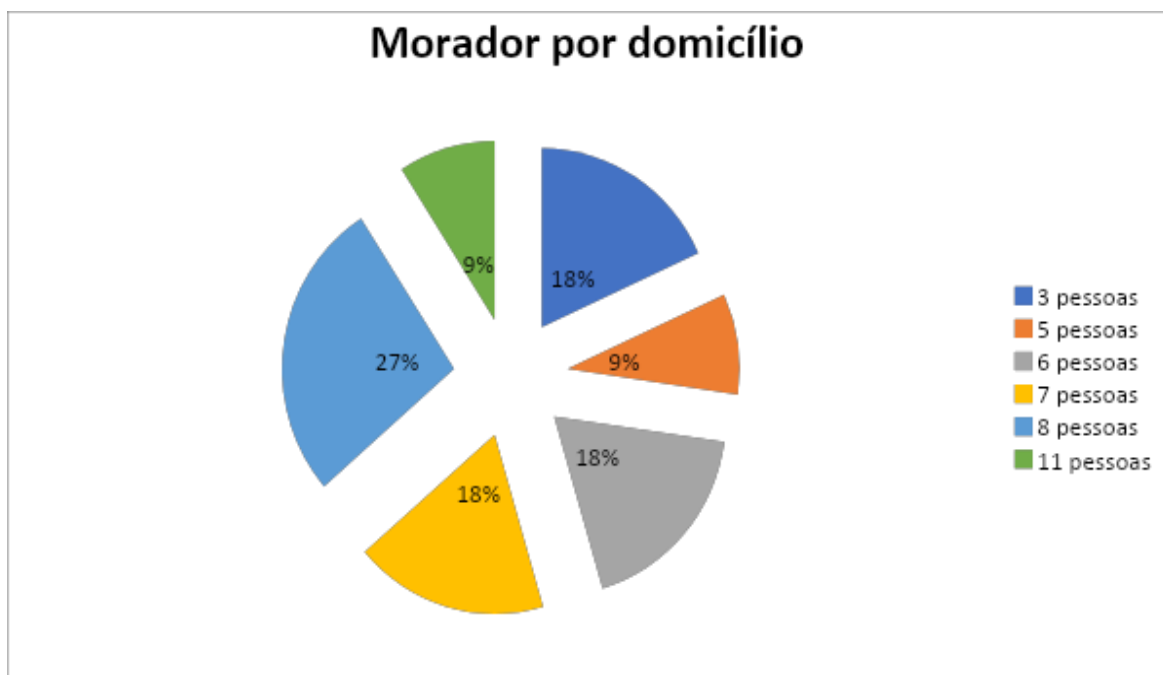
Fonte: elaboração própria, 2020.

\*n.i = não informado.

Segundo os dados referentes à moradia, 91%(10) das residências são moradias próprias e apenas 9%(1) é alugada, o que se torna uma despesa a menos no final do mês. Em relação disposto nas residências, todos os adolescentes afirmaram que tinham acesso à água encanada, energia elétrica e à ventilação adequada, a televisão, celular, fogão e geladeira; ou seja, 100% dos entrevistados têm acessos aos serviços e bens mais básicos. Dentre os entrevistados, 64% disseram não ter acesso a saneamento básico na residência; o que mostra um problema de saúde pública, pois sem um devido tratamento aos dejetos há uma maior taxa de adoecimento. Contudo, apenas 18% dos adolescentes possuíam computador nas residências, mas 82% tinham acesso à internet via celular.

**Gráfico 03 - dados especificação referentes a morador por domicílio dos adolescentes entrevistados internos no meio fechado no Centro Socioeducativo Edson Mota/João pessoa-PB: 2020**





Fonte: elaboração própria, 2020.

No tocante ao quantitativo de pessoas por residência, 27%(3) dos adolescentes disseram que moram de 3 a 5 pessoas, 36%(4) adolescentes colocaram que viviam de 6 a 7 pessoas e 37%(4) falaram que viviam de 8 a 11 pessoas. Se relacionar o quantitativo de pessoas por residências com a renda mensal (já incluso os benefícios sociais), as despesas mensais (compras de primeira necessidade, contas de água e luz e gastos com crianças) é uma situação preocupante, cujo adolescente pode sofrer grandes privações das necessidades, é preciso uma renda complementar para manter a casa e, dessa forma, emprega-se em serviços precarizados para ter uma renda extra.

**Quadro 09 - dados de especificação do território dos adolescentes entrevistados internos no meio fechado no Centro Socioeducativo Edson Mota/João pessoa-PB: 2020**

Tempo de permanência do bairro	Nº de adolescentes	%
3 anos	01	09
5 anos	01	09
9 anos	01	09
16-17 anos	08	73
Total	11	100

<b>Serviços existentes no bairro</b>	<b>Nº de adolescentes</b>	<b>% da totalidade</b>
Creche	11	100
Escola	11	100
Posto de saúde	10	91
Água encanada	11	100
Saneamento básico	06	55
Energia elétrica	11	100
Coleta de lixo	11	100
Segurança pública	11	100
Correios	10	91
Transporte público	10	91
Espaço de esporte	06	55
Espaço cultural e de lazer	10	91
Biblioteca pública	07	64
<b>Total</b>	<b>11</b>	<b>100</b>

Fonte: elaboração própria, 2020.

Segundo os dados relativos ao bairro, 73%(8) são naturais do bairro que viviam, 9%(1) disseram que moravam a 3 anos, 9%(1) a 5 anos e 9%(1) disseram que a 9 anos. Os adolescentes em sua totalidade disseram que os bairros contam com os serviços: creche, escolas, água encanada, energia elétrica, coleta de lixo e segurança pública<sup>71</sup>; 91%(10) deles disseram que tinham acesso a posto de saúde, correios, transporte público, espaços de cultura e lazer; mesmo de forma precarizada foi posto que tem acessos a esses serviços.

Entre os entrevistados 55%(6) responderam que tinham acesso a saneamento básico e espaços de esporte; o saneamento básico é fundamental para garantir a saúde do adolescentes 45% deles não tem acesso a esgotamento em suas casas; ademais espaços de esporte para adolescentes é indispensável, pois ter e desenvolver uma atividade física vai para além da saúde do corpo, pois permite a sociabilização entre os adolescentes do próprio bairro e os afasta das atividades ilegais. Além disso, 64%(7) dos adolescentes disseram que havia biblioteca pública no bairro, no entanto três adolescentes perguntaram o que seria uma biblioteca, isso mostra o nível de violação de direitos que esses adolescentes vivenciam, pois mostra, também, que nunca tiveram acesso a ela.

<sup>71</sup> Devido às rondas policiais e a segurança pública ofertada pela comunidade.

**Quadro 10 - dados de especificação relativos à segurança nos bairros dos adolescentes entrevistados internos no meio fechado no Centro Socioeducativo Edson Mota/João pessoa-PB: 2020**

Comentários sobre a segurança	“[...] é porque tem segurança e policiamento direto, tô aqui, né (risos)”.
	“[...] não tem muito roubo, nem morre muita gente, porque tem um acordo que não se pode roubar lá (na comunidade)”.
	“[...] nunca aconteceu nada, nunca vi nada lá”.
	“[...] para morar é bom, quem não tem envolvimento (com o crime) vive tranquilo”.
	“[...] é a própria comunidade que faz a segurança ( risos) e ajuda a comunidade paga um gás, uma conta de água ou de luz, arruma uma cesta básica, são eles (quem protege) fazem mais pelo povo, fazem tudo isso, mas não pode chamar a polícia”.

Fonte: elaboração própria, 2020.

Os adolescentes em sua totalidade disseram que consideram o bairro seguro. Segundo os comentários, os adolescentes sentem que há segurança, pois a própria comunidade torna o bairro seguro e muitas vezes fornecem suprimentos, medicamentos ou mesmo pagam contas com a condição de não acionarem a polícia caso aconteça alguma confusão no local, a comunidade tomará devidas providências. Em determinados bairros há uma divisão territorial comandada por grupos criminosos, no caso de João Pessoa tem duas facções bem definidas que são: Okaida (OKD) e os Estados Unidos. Não estava no perfil do sujeito da pesquisa ter envolvimento com facções, portanto foram entrevistados adolescentes que tinham envolvimento com as duas facções e adolescentes que não tinha facções.

Por isso, os relatos dos adolescentes seguiram essa vertente quem tinha envolvimento com os grupos criminosos sabiam o funcionamento da área e quem não tinha davam depoimentos menos substanciais. Diante do exposto, cujos membros da comunidade respeitam as determinações dos traficantes mostra o quanto os cidadãos não se sentem seguros com a segurança pública e busca meios de garantir uma segurança e ter acesso a auxílios que o governo não cobre mediante a necessidade.

Isso se configura como uma pseudasegurança com base, nitidamente, na ameaça mascarada dessa sensação de segurança e proteção. Expressa na cultura do medo e do silêncio para não se envolver e não se comprometer com os traficantes locais, dois adolescentes levanta essa questão “para morar é bom, quem não tem envolvimento (com o crime) vive tranquilo” e “[...] fazem mais pelo povo, fazem tudo isso, mas não pode chamar a polícia” e se chamar a polícia o que acontece com esse membro da comunidade? Os limites postos no acesso aos direitos, à violência policial nas comunidades, o acesso limitado e seletivo de políticas de distribuição de renda faz com que os membros das comunidades estabeleçam uma ligação direta ou indireta com o tráfico e suas determinações.

**Quadro 11 - dados de especificação quanto ao uso de álcool e outras drogas dos adolescentes entrevistados internos no meio fechado no Centro Socioeducativo Edson Mota/João pessoa-PB: 2020**

<b>Uso de substâncias psicoativas</b>	<b>Nº de adolescentes</b>	<b>%</b>
Sim	10	91
Não	01	09
<b>Total</b>	<b>11</b>	<b>100</b>
<b>Frequência do uso</b>	<b>Nº de adolescentes</b>	<b>%</b>
Diariamente	05	50
Às vezes	04	40
Raramente	01	10
<b>Total</b>	<b>11</b>	<b>100</b>
<b>Há pessoas no ciclo afetivo que usam substâncias psicoativas<sup>72</sup></b>	<b>Nº de adolescentes</b>	<b>%</b>
Sim	08	73
Não	03	27
<b>Total</b>	<b>11</b>	<b>100</b>
<b>Quem são as pessoas</b>	<b>Nº de adolescentes</b>	<b>%</b>
Amigos e conhecidos	01	13
Amigos	04	50
Conhecidos	01	13
Amigos e familiares	02	24
<b>Total</b>	<b>11</b>	<b>100</b>

Fonte: elaboração própria, 2020.

<sup>72</sup> Nesse caso foi perguntado aos adolescentes se fizeram uso de drogas lícitas (bebidas alcoólicas, cigarros e medicamentos) e ilícitas (maconha, cocaína, loló).

No tocante aos dados sobre o uso de substâncias psicoativas, 91%(10) dos adolescentes disseram que já usaram e 9%(1) disseram que nunca usou. Entre os que fazem o uso das substâncias 50%(5) fazem uso diário, 40%(4) fazem uso as vezes e 10%(1) disseram usaram raramente. Contudo, colocou também que depende da substância que estão ingeridos, a maconha, por exemplo, é de uso constante. Já o artane<sup>73</sup> é usado às vezes ou raramente. O Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), em 2019, contraria a determinação da Lei nº13.849/2019 em na as medidas de prevenção e repressão ao uso e abuso de drogas/substâncias psicoativas, pois aponta que nem todos necessitam de tratamento, além de expor que depois da aprovação dessa lei houve um crescente aumento de encarceramento da população pobre, mesmo a Lei não determinando o aprisionamento dos usuários.

As motivações para o uso de psicoativos (drogas) respondem, assim, a inúmeras necessidades sociais. Motivações que são socialmente determinadas e que transformam o modo como os indivíduos sociais se relacionam com os diferentes psicoativos (naturais ou sintéticos), alterando seu significado e padrões de consumo. Portanto, o uso de psicoativos pode: estar associado a indicações cientificamente comprovadas, decorrer de autoadministração; ser esporádico, ocasional, recreativo, abusivo ou dependente. O uso de psicoativos (drogas) é, portanto, uma prática social - profundamente alterada pela lógica mercantil e alienante da sociedade capitalista madura - que requer da/o assistente social compreensão crítica, dada sua complexidade e a multiplicidade de determinações históricas que alteram seus padrões e significados (CFESS, 2016, p.7).

Já os dados relativos ao uso de substâncias psicoativas pelo ciclo afetivo dos adolescentes, cujos 13%(1) disseram que amigos e conhecidos faz uso, 50%(4) disseram que só seus amigos, 13%(1) disseram que apenas alguns conhecidos e 24%(2) disseram que amigos e alguns familiares fazem uso. O depoimento dos adolescentes pontuou que essas pessoas do ciclo afetivo usam as mesmas substâncias e na maioria dos casos os adolescentes foram influenciados por eles no primeiro consumo. Na verdade, eles afirmam a existência abertamente das drogas, o que demonstra que não é algo distante em seus cotidianos. O uso de drogas lícitas e ilícitas trazem consequências sérias para os adolescentes, podendo causar a dependência das substâncias, problemas

---

<sup>73</sup> Popularmente chamado de aranha, ele é um medicamento usado no tratamento de parkinsonismo. É uma nova droga usada pelos adolescentes.

neurais e sociais, uma vez que, estão em uma fase intermediária de desenvolvimento corporal e emocional.

O alcance das drogas pelos adolescentes (de forma geral) é mais acessível devido às facilidades envolvidas, não quer dizer que todos os adolescentes fazem uso, mas o contato é inevitável em festas, geralmente, há substâncias psicoativas. Os adolescentes por estarem em uma fase transitória da infância para a idade adulta com mudanças comportamentais, emocionais e hormonais apresentam maiores vulnerabilidades.

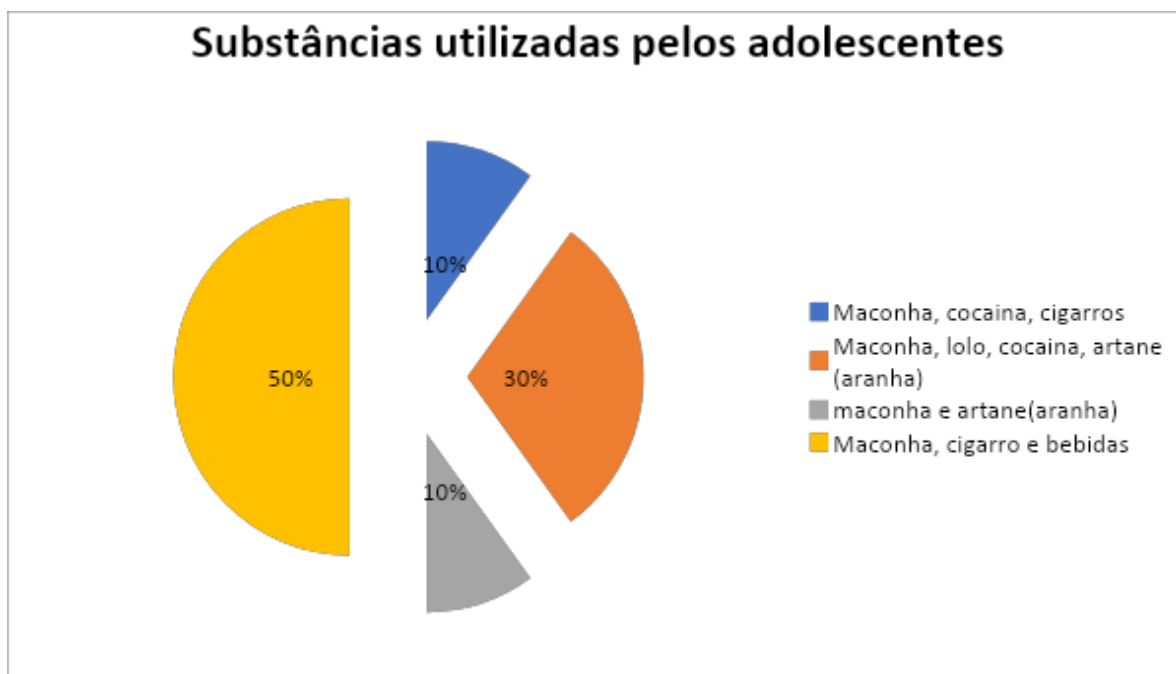
A vulnerabilidade na qual se encontra o adolescente, devida às inúmeras transformações pelas quais passa, o expõe a muitos riscos. Dentre os fatores de risco para o uso abusivo de drogas, podemos citar: a disponibilidade das substâncias, as normas sociais; o uso de drogas ou atitudes positivas diante das drogas pela família, conflitos familiares graves. A iniciação precoce, a suscetibilidade herdada ao uso de drogas e a vulnerabilidade ao efeito dessas também são aspectos de risco a serem considerados (ALMEIDA FILHO, FERREIRA, GOMES, SILVA, SANTOS, 2007, p.606).

Os referentes autores ainda pontuam as consequências do uso de drogas por adolescentes como: intoxicação, overdoses e complicações crônicas com consequências duradouras ou irreversíveis. Como também, consequências indiretas causadas pelo consumo abusivo que aumenta o risco de acidentes e proporciona a violência, principalmente, pelo abuso do álcool.

Durante a pesquisa um adolescente comentou que um dos motivos que o levou a praticar um assalto foi devido à necessidade de comprar mais drogas. Tanto a frequência como a misturas várias substâncias para o consumo demonstra a dependência desses adolescentes pelo uso contínuo das drogas. Entre aqueles que fazem uso de substância psicoativa 100% dos adolescentes que faz uso respondeu que fumava todos os dias e às vezes mais de três vezes por dia.

Almeida Filho, Ferreira, Gomes, Silva, e Santos (2007) afirmam que os principais problemas dos adolescentes que fazem uso de álcool e outras drogas estão associados o baixo rendimento escolar e dificuldades de aprendizado, redução no desenvolvimento e estruturação das habilidades cognitivo-comportamentais e emocionais dos adolescentes.

**Gráfico 04 - dados relativos ao uso das substâncias dos adolescentes entrevistados internos no meio fechado no Centro Socioeducativo Edson Mota/João pessoa-PB: 2020**



Fonte: elaboração própria, 2020.

Segundo os dados referentes às substâncias psicoativas consumidas pelos adolescentes, 50%(5) deles responderam que faziam uso de maconha, cigarros e bebidas alcoólicas, 30%(3) disseram que usavam maconha, loló, cocaína e artane; 10%(1) disse usar maconha, cocaína e cigarros, 10%(1) usam maconha, cigarro e bebidas. De uma forma geral, dentre os que faziam uso de substâncias psicoativas usavam maconha regularmente e misturavam com outras substâncias em momentos específicos, como festas.

**Quando 12 - dados de especificação relativos ao preconceito dos adolescentes entrevistados internos no meio fechado no Centro Socioeducativo Edson Mota/João pessoa-PB: 2020**

Sofreu algum tipo de preconceito	Nº de adolescentes	%
Sim	02	18
Não	09	82
Total	11	100
Tipo de preconceito	Nº de adolescentes	%
Racial	01	50

Classe	01	50
Total	02	100

Fonte: elaboração própria, 2020.

Com relação a ações preconceituosas, 82%(9) disseram que nunca sofreram nenhum tipo de preconceito. E 18% disseram que sofreram ações preconceituosas. Dentre os que disseram sofrer preconceito, 50% disseram que sofreram o racial e 50% disseram que sofreram preconceito devido à classe social.

No caderno “o que é preconceito” o CFESS (2016) é discutido os tipos de preconceitos e como os preconceitos estão vinculados ao sistema social vigente alicerçado na cultura propagada pelo ideário de certo e errado do modelo dominante.

O sistema social de preconceitos é veiculado ideologicamente, tendo como espaços de reprodução fundamentais a cultura e a moral dominantes. Por meio da cultura, disseminam preconceitos que expressam o modo dominante de pensar e de se comportar, de valorar os objetos e as relações sociais (CFESS, 2016, p.14).

Dallari (1996/1997 *apud* CFESS, 2016) pontua que os preconceitos se manifestam de modo direto e indireto e que são frutos da ignorância, da educação domesticadora, da intolerância, do egoísmo e do medo. Os preconceitos mascarados de brincadeiras, piadas e comentários sarcásticos são os mais difíceis de identificar e de combater, além de ferir a dignidade e os direitos das pessoas que sofrem, elas perpetuam e se infiltra no cotidiano, onde passam a se reproduzir.

**Quadro 13 - dados de especificação relativa à violência dos adolescentes entrevistados internos no meio fechado no Centro Socioeducativo Edson Mota/João pessoa-PB: 2020**

<b>Presenciou algum ato de violência</b>	<b>Nº de adolescentes</b>	<b>%</b>
Sim	09	82
Não	02	18
<b>Total</b>	<b>11</b>	<b>100</b>
<b>Tipos de violência</b>	<b>Nº de adolescentes</b>	<b>%</b>
Física, verbal, patrimonial e sexual	01	11
Física e patrimonial	01	11
Física e sexual	01	11



Física e verbal	03	34
Física	02	22
Verbal	01	11
<b>Total</b>	<b>09</b>	<b>100</b>
<b>Quem sofreu o ato de violência</b>	<b>Nº de adolescentes</b>	<b>%</b>
Amigos e desconhecidos	02	22
Conhecidos	03	34
Desconhecidos	02	22
Vizinhos	02	22
<b>Total</b>	<b>09</b>	<b>100</b>
<b>Quem praticou</b>	<b>Nº de adolescentes</b>	<b>%</b>
Amigos e desconhecidos	01	11
Conhecidos	03	34
Desconhecidos	02	22
Policial	01	11
Vizinhos	02	22
<b>Total</b>	<b>09</b>	<b>100</b>
<b>Já sofreu algum tipo de violência</b>	<b>Nº de adolescentes</b>	<b>%</b>
Sim	08	73
Não	03	27
<b>Total</b>	<b>11</b>	<b>100</b>
<b>Tipos de violência</b>	<b>Nº de adolescentes</b>	<b>%</b>
Física e verbal	02	25
Física e patrimonial	01	13
Física	05	62
<b>Total</b>	<b>08</b>	<b>100</b>
<b>Quem praticou</b>	<b>Nº de adolescentes</b>	<b>%</b>
Vizinhos e conhecidos	01	13
Desconhecidos	02	25
Policiais	05	62
<b>Total</b>	<b>08</b>	<b>100</b>

Fonte: elaboração própria, 2020.

Segundo os dados relativos à violência, 82%(9) dos adolescentes disseram que presenciou atos de violência, dentre os tipos de violências estavam 89%(8) a violência física e 22%(2) a violência sexual. Já quando questionados sobre quem sofreu essas agressões, 34%(3) deles responderam que foram conhecidos, 22%(2) disse que eram amigos e desconhecidos, e, 22%(2) relatou que foram os vizinhos; 66% daqueles que disseram que não presenciaram nenhum ato de violência respondeu que não sofreu nenhum tipo de violência ou preconceito.

O preconceito se constitui por meio da permanência de julgamentos de valor provisórios. Embora os julgamentos de valor não se restrinjam à

moral - pois também avaliamos politicamente, esteticamente, etc. – a avaliação preconceituosa tende a ser moralista, julgando diferentes situações com parâmetros morais (CFESS, 2016, p. 21).

Apesar de 18%(2) adolescentes, no quadro 12, colocarem que nunca viram nenhum ato de violência e 82%(9) disseram que nunca sofreram preconceitos ou discriminação, eles não sabiam identificar o que era preconceito e discriminação. Um dos adolescentes colocou que ele e os amigos sempre eram parados pela polícia e na maioria das vezes eram tratados com violência, mas ele não via isso como preconceito ou discriminação. Ademais, as pessoas do convívio social dos adolescentes vivenciam constantemente situação de violência. Nessa perspectiva, dois adolescentes entrevistados relataram casos de extrema violência, e disseram que presenciaram assassinatos e outro que encontrou um corpo de uma pessoa que foi assassinada próxima a casa dele. Esses adolescentes estavam envolvidos numa situação de extrema violência e violações de direitos.

As crianças e adolescentes são as principais vítimas de violações de direitos humanos no Brasil, de acordo com o balanço do Disque Direitos Humanos (Disque 100) referente ao ano de 2015. Das 137.516 denúncias recebidas pelo serviço no ano passado, 80.437 - o que representa 58,49% do total - são referentes a violações de direitos de pessoas com menos de 18 anos de idade (Ministério dos Direitos Humanos, 2018).

Sobre os dados relativos à violência sofrida pelos adolescentes, 73%(8) deles disseram que sofreram violência, entre as violências sofridas em todos os casos foram agredidos fisicamente e acrescidas em alguns casos a violência verbal e patrimonial. E 62% das vezes a violência foi praticada por policiais durante as abordagens ou na delegacia. Todos adolescentes que sofreram agressões policiais eram aqueles que se identificaram como pardos.

A violência policial durante as abordagens estão se tornando frequente, nos jornais e em outras mídias sempre divulgam “bala perdida de policiais mata adolescente ou criança”, no ano de 2019 foram expostos na internet policiais que “invadiram” escolas e agrediram os estudantes negros e outro caso que repercutiu nacionalmente foi a morte de nove (9) jovens em um baile funk na comunidade de Paraisópolis durante ações de extrema violência dos policiais.

Outro importante passo para a redução dos homicídios, especialmente da juventude negra, é a extinção dos termos “autos de resistência” e

“resistência seguida de morte” nos boletins de ocorrência e inquéritos policiais como justificativa para a violência policial (Ministério dos Direitos Humanos, 2018).

Soares, Bill e Athayde (2005), pontuam que meninos e meninas pobres, principalmente, os negros vivem envoltos na indiferença da sociedade que se desdobra e invisibiliza esses sujeitos. E, isso pode ser traduzido como: as crianças e adolescentes pobres que sofrem diversas violações e a mais profunda é a invisibilização que é imposta a eles. A violência não é apenas aquela que pode ser vista, ouvida ou sentida, mas também é aquela que marca e fere os direitos. A violência institucional que nega um acesso ou um atendimento digno também é violência.

**Quadro 14 - dados de especificação relativos às medidas sócio-educativas dos adolescentes entrevistados internos no meio fechado no Centro Socioeducativo Edson Mota/João pessoa-PB: 2020**

<b>Quantas entradas no sistema socioeducativo</b>	<b>Nº de adolescentes</b>	<b>%</b>
2 vezes	09	82
3 vezes	02	18
<b>Total</b>	<b>11</b>	<b>100</b>
<b>Atos infracionais anteriores</b>	<b>Nº de adolescentes</b>	<b>%</b>
Assalto	02	18
Roubo	05	46
Porte ilegal	01	09
Lesão corporal	01	09
Receptação	01	09
Tráfico	01	09
<b>Total</b>	<b>11</b>	<b>100</b>
<b>Qual é a idade que cometeu o primeiro ato infracional</b>	<b>Nº de adolescentes</b>	<b>%</b>
11 anos	01	09
15 anos	06	55
16 anos	04	36
<b>Total</b>	<b>11</b>	<b>100</b>
<b>Medidas anteriores atribuídas</b>	<b>Nº de adolescentes</b>	<b>%</b>
Semiliberdade	02	18
Advertência	05	46

Liberdade assistida; semiliberdade. <sup>74</sup>	01	09
Prestação de serviço à comunidade;	01	09
Advertência; semiliberdade	01	09
Liberdade assistida;	01	09
<b>Total</b>	<b>11</b>	<b>100</b>

Fonte: elaboração própria, 2020.

No tocante aos dados das medidas sócio-educativas 82%(9) dos adolescentes relataram que essa é sua segunda entrada em uma medida sócio-educativa e 18%(2) relataram que essa é sua 3 vez cumprindo medidas.

No que tange aos atos infracionais anteriores que resultaram na primeira e na segunda entrada, 18% disseram que foi por assalto, 46% disseram que foi por roubo, 9%(1) porte ilegal, 9%(1) lesão corporal, 9%(1) receptação e 9%(1) por tráfico, a medida de internamento, como já mencionado, é uma medida de última instância, cujos adolescentes são internados na primeira medida quando há grave ameaça ou atentado à vida humana.

Com relação à idade com que cometeu o primeiro ato infracional<sup>75</sup> 9%(1) dos adolescentes cometeu seu primeiro ato infracional com 11 anos, 55% dos adolescentes responderam com 15 anos e 36% respondeu com 16 anos. Embora, a maioria dos adolescentes apreendidos – na sua segunda apreensão - cometeu o segundo ato infracional com menos de 6 meses.

Ademais, os adolescentes de primeira medida foram liberados e postos nas mesmas condições sócio-concretas que mediarão o primeiro ato infracional. Desta forma, não houve ações e serviços para avaliar e encaminhar os adolescentes a condições mais favoráveis para o seu desenvolvimento e para prevenir a reincidência.

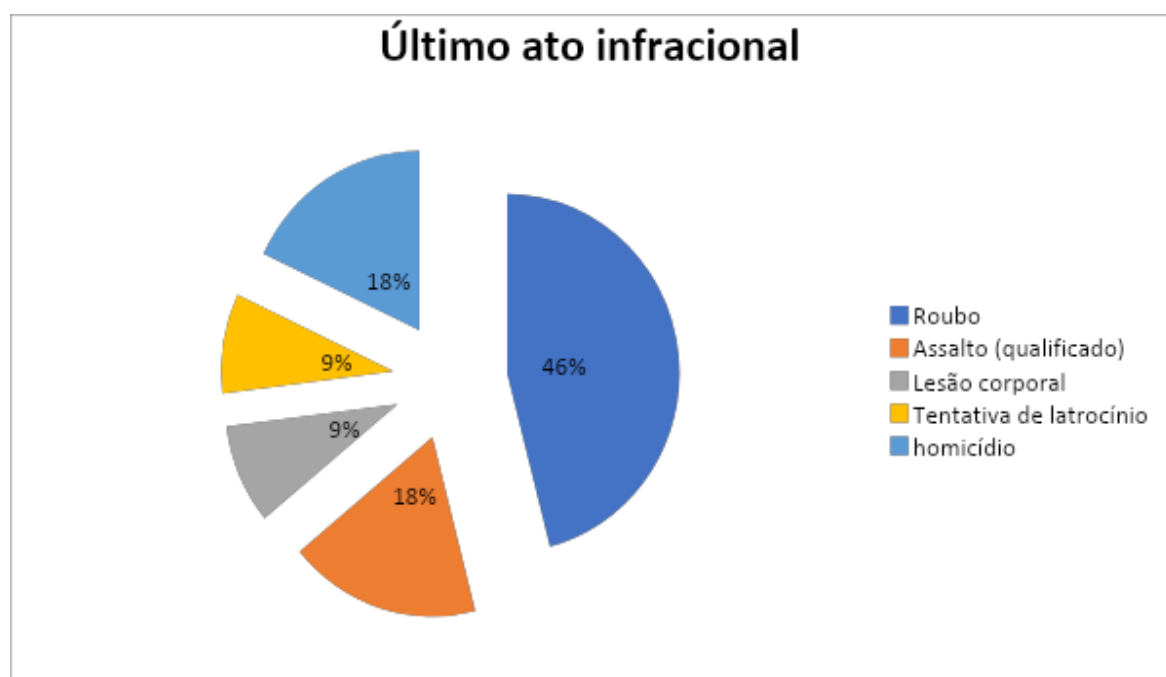
Com relação aos atos infracionais, o Levantamento Sinase 2015 (2018) aponta uma convergência com relação às infrações, cuja pesquisa corrobora com 47 % foram roubo e tentativa de roubo dos atos infracionais cometidos pelos adolescentes, e um acréscimo no homicídio e tentativa de homicídio com 13%.

<sup>74</sup> Quanto tiver mais de duas medidas sócio-educativas são dos adolescentes que cometeu três infrações.

<sup>75</sup> Alguns adolescentes passam pelas delegacias e são liberados ou não são apreendidos quando comete os atos infracionais.

Dados referentes às medidas anteriores atribuídas aos adolescentes reincidentes, 18%(2) receberam semiliberdade, 46%(5) sofreu uma advertência, 9%(1) recebeu uma liberdade assistida e depois uma semiliberdade. 9%(1) sofreu foi submetido a prestação de serviço à comunidade, 9% receberam advertência e semiliberdade; e por fim 9%(1) dos adolescentes receberam liberdade assistida.

**Gráfico 05 - dados de especificação relativos às medidas sócio-educativas dos adolescentes entrevistados internos no meio fechado no Centro Socioeducativo Edson Mota/João pessoa-PB: 2020**



Fonte: elaboração própria, 2020.

Com relação ao último ato infracional que resultou na internação atual, 64%(7) foi roubo e assalto qualificado, 9%(1) tentativa de latrocínio, 9%(1) lesão corporal, 18%(2) homicídio. Se comparar os atos infracionais da primeira entrada com os atos da segunda e terceira entrada nota-se a progressão dos atos infracionais com homicídio e tentativa de latrocínio, mesmo não apresentando alterações dos dados sobre os roubos e furtos.

Segundo o Levantamento Anual Sinase de 2016 (2018), o total de adolescentes em medidas sócio-educativas era de 26.450 e enquanto os atos infracionais 13.247 ou 56% eram referentes a roubo, 28% eram por tráfico e 19%

correspondia aos atos infracionais relacionados a homicídio, tentativa de homicídio e latrocínio que são crimes de atentado a vida da pessoa humana.

**Quadro 15 - Especificação dos adolescentes quanto à avaliação da efetividade das medidas sócio-educativas anteriores dos adolescentes entrevistados internos no meio fechado no Centro Socioeducativo Edson Mota/João pessoa-PB: 2020**

Como são avaliadas as medidas sócio-educativas anteriores à internação	“na primeira vez não adiantou, agora tô pensando na família e nos meus irmãos”.
	“refleti um monte de coisa”
	“não foi boa, porque têm inimigos esperando fora (semiliberdade) e sai (evadiu)”.
	“a liberdade assistida funciona por que tinha a responsabilidade de ir assinar, mas a semi (semiliberdade) não quis ficar queria sair logo (ele evadiu)”.
	“não adiantou de nada”
	“funciona, mas fiz pra não morrer”
	“teve efeito, mas me envolvi com uns colegas”.

Fonte: elaboração própria, 2020.

Segundo o levantamento Sinase (2018) referente ao ano de 2015, às causas dos óbitos dos adolescentes em conflito com a Lei fora da unidade sócio-educativa dentre 10 (dez) casos destacou-se que 9(nove) foram por homicídio e um por infarto, dos adolescentes que estavam com saída autorizada no programa de semiliberdade.

Durante a entrevista os adolescentes que já passaram pela medida de semiliberdade relataram que preferia concluir o tempo determinado pela justiça em privação de liberdade a pagar “uma semi”, pois eles têm inimigos que ficam esperando fora da unidade. A semiliberdade tem alguns problemas que não garante a sua plena funcionalidade, pois não considera a mobilidade dos adolescentes, os adolescentes não tem um suporte econômico nem de segurança para chegar e sair dessa unidade. A escola que os adolescentes estudam é fora da unidade, se eles trabalharem na parte vespertina tem que voltar para a unidade, mesmo de noite se considerar o lugar no qual estejam realizando trabalho.

Dessa forma, destacamos que a falta de segurança, de suporte econômico e de segurança para os adolescentes que cumprem medidas de meio

aberto e semiliberdade, cujos adolescentes preferem evadir da medida e ser apreendido, novamente, do que cumprir a semiliberdade para eles essa medida não apresenta efetividade.

**Quadro 16 - dados de especificação relativos aos lados positivos e negativos de encerrar a medida de internação no CSE, dos adolescentes entrevistados internos no meio fechado no Centro Socioeducativo Edson Mota/João pessoa-PB: 2020**

<b>Qual lado positivo de encerrar uma medida sócio-educativa</b>	“não tem”
	“quero mudar de vida, ir trabalhar”
	“não quero mais essa vida”
	“vou deixar tudo pra trás e vou mudar, vou para São Paulo”
	“ficar com a minha família”
	“(risos) a liberdade...quero aproveitar”
	“procurar melhorar, construir uma família e dá orgulho a minha mãe”
<b>Qual lado negativo de encerrar uma medida sócio-educativa</b>	“não tem lado negativo...”
	“o lado negativo é se eu for preso de novo”
	“as amizades de fora”

Fonte: elaboração própria, 2020.

Os adolescentes colocaram que ter a liberdade e a voltar para o convívio familiar é uns dos lados positivos de encerrar uma medida sócio-educativa, outros por sua vez não enxergam lados positivos ou negativos e dão respostas vagas sobre a questão. O tempo que passaram na atual medida sócio-educativa fizeram refletir sobre o que levaram a cometer o ato infracional, um dos adolescentes no quadro nº15 colocou que “na primeira vez não adiantou, agora tô pensando na família e nos meus irmãos”, sendo assim, a internação teve um impacto maior na vida dele, as medidas anteriores (mais brandas) não tinha retirado dele um direito importante e fundamental a liberdade.

Dessa forma, outros adolescentes também frisaram que a liberdade era um ponto positivo quando se encerra uma medida, e a vontade mais imediata é de aproveitar, mas tendo consciência que os amigos que os influenciaram e o ato infracional que cometeram são os pontos negativos, um deles fala “não quero mais essa vida” e outros querem mudanças na vida deles e recomeçar.

**Quadro 17 - dados especificação relativos ao papel das unidades sócio-educativas responsáveis pela execução das medidas dos adolescentes entrevistados internos no meio fechado no Centro Socioeducativo Edson Mota/João pessoa-PB: 2020**

<b>A internação cumpre o seu objetivo, ou seja, lhe auxilia no processo de reinserção social e prevenir a reincidência</b>	“tá fazendo refletir sobre tudo”
	“tá ajudando...tá fazendo refletir para mudar de vida”
	“sim, tô arrependido”
	“sim, porque reflete muito...não quero viver como um passarinho, passarinho é que gosta de gaiola”
	“sim, a não cometer os mesmos erros”
	“sim, fez pensar mais sobre as coisas...esse mundo não é pra mim”

Fonte: elaboração própria, 2020.

Quando perguntados sobre efetividade da medida de internação, os adolescentes novamente deram informações vagas e todos seguiram os mesmos critérios, todos disseram que a internação cumpria o papel, pois os faziam refletir sobre mudar de vida, não cometer os mesmos erros e os faziam pensar seus erros.

Os adolescentes pontuaram que as medidas anteriores de meio aberto e semiliberdade tiveram impactos diferentes, para uns “a liberdade assistida funciona por que tinha a responsabilidade de ir assinar, mas a semi (semiliberdade) não quis ficar queria sair logo (ele evadiu)” ou “[...] não adiantou, agora tô pensando na família e nos meus irmãos”. A internação quando os privaram da liberdade e limitaram a sociabilidade deles com o mundo exterior, causou impactos imediatos.

Contudo, não levaram em questão a reinserção social e o fenômeno da reincidência, pois alguns já passaram por medidas de meio fechado e relataram durante a entrevista que não tiveram um auxílio ou um acompanhamento efetivo das medidas anteriores.

**Quadro 18 - dados relativos aos motivos que levaram a reincidência dos adolescentes entrevistados internos no meio fechado no Centro Socioeducativo Edson Mota/João pessoa-PB: 2020**

<b>Quais motivos levaram a praticarem um novo</b>	“Tava precisando de dinheiro”
	“influência de amigos”



<b>ato infracional</b>	foi insultado por outro adolescente e revidou
	“queria dinheiro para me sustentar, não queria depender da minha mãe”
	“porque eu quis”
	“tava drogado”
	“porque o cara mexeu (estuprou) uma menina que eu conhecia [sabe o que eu to dizendo? Ele fez coisas com ela]. Sabe, quando ela via ele na rua ficava com medo, ela tava muito triste. Eu me juntei com outro boy, ai e resolvemos[...]” (homicídio).
	“foi por defesa, ele tinha me ameaçado primeiro, eu fiz antes dele ( homicídio).

Fonte: elaboração própria, 2020.

Quando questionados sobre os motivos que os levaram a reincidir ou a cometer um novo ato infracional, 27%(3) respondeu que foi por influência de amigos, 27%(3) estavam precisando de dinheiro, 9%(1) que porque estava drogado, 9%(1) responderam que foi insultado e revidou, 9%(1) respondeu que fez porque queria, 9%(1) por defesa pessoal e 9%(1) por vingança.

Cada adolescente apresentou razões específicas sobre a situação que os levaram a reincidir, como: problemas com drogas, influência de terceiros, desavenças pessoais e defesa pessoal. No quadro 16 foi relatado nos pontos negativos de encerrar uma medida era “as amizades de fora”, cujos 27% dos atos infracionais foram influenciados por essas mesmas amizades que os aguardam quando sair. No quadro 11 os adolescentes pontuaram que 73%(8) das pessoas do círculos afetivos fazem uso de substâncias psicoativa e eles influenciaram o uso, um dos adolescentes pontuou que para recomeçar pretende viajar para São Paulo, contudo nem todos os adolescentes têm condições econômicas para recomeçar e passaram a viver nas mesmas condições que vivenciavam antes.

**Quadro 19 - dados relativos aos serviços, atividades e o funcionamento do Centro Socioeducativo Edson Mota (CSE), dos adolescentes entrevistados internos no meio fechado no Centro Socioeducativo Edson Mota/João pessoa-PB: 2020**

<b>Quais as atividades que realiza na unidade</b>	<b>Nº de adolescentes</b>	<b>%</b>
Escola, atendimento e	03	28

banho de sol.		
Futebol, basquete, cursos, missões (limpar a unidade) e escola.	01	09
Escola e curso.	01	09
Escola, cursos e missões.	01	09
Escola .	02	18
Banho de sol, escola e cursos .	02	18
Escola, campeonato (interno) e futebol.	01	09
<b>Total</b>	<b>11</b>	<b>100</b>
<b>Avalie se é necessário mudar algo na unidade para sua melhoria</b>	“colocar mais tempo para fazer as atividades (escola, esporte...) e mais cursos (aumenta a oferta de cursos)”	
	“colocar Dvd (o aparelho), liberar alguns produtos, comidas e roupas, [...] não deixam entrar roupas”	
	“ tem que melhorar a comida é sempre a mesma coisa”	
	“não tem o que melhorar [...] só quero minha liberdade”	
	“queria um quarto, só! (queria um quarto individual)”	
	“aqui tudo é ruim, quero só ir pra rua”	
	“tem que escutar mais a gente pra fazer uns cursos massa...já sair sabendo (ele quer um curso que ele possa desenvolver na rua)”	
	“só queria umas camas novas como as que tem lá fora, e não essas camas de pedras [...] aqui as camas são feitas de pedras”	

Fonte: elaboração própria, 2020.

Os adolescentes quando indagados sobre as atividades desenvolvidas nas unidades responderam de acordo com suas experiências, a escola é a atividade mais comentada, pois todos frequentam diariamente. Alguns dos adolescentes falaram sobre diversos cursos (eletricista, tecelagem e serigrafia) e atividades esportivas desenvolvidas na unidade do Centro Socioeducativo Edson Mota (CSE).

Quando elucidado sobre as possíveis melhorias que poderia ser desenvolvidas na unidade, os adolescentes responderam singularmente, uns queriam melhorar os horários das atividades e que fossem oferecidos mais cursos; outro queria que fosse liberada a entrada de produtos, como: alimentos, roupas, aparelho de dvd; outro falou sobre melhorar a comida e diversificar o cardápio; outros preferem a liberdade mais do qualquer coisa; um adolescente disse que

gostaria de ser mais ouvido e que tivesse mais cursos que possa desenvolvidas nas ruas; e, por fim outros só queria um quarto individual e camas confortáveis e colocam que a estrutura dos quartos não se adequa a necessidade.

Mostra os adolescentes querem curso e atividades mais concretas que possam ser desenvolvidos fora da unidade, com os materiais de trabalho mais em conta, dois cursos são mais comentados pelos adolescentes são: o curso de barbearia e o de mecânico. A comida da unidade foi novamente questionada tanto pela qualidade como a falta de diversidade.

**Quadro 20 - dados de especificação relativos a projetos pessoais dos adolescentes entrevistados internos no meio fechado no Centro Socioeducativo Edson Mota/João pessoa-PB: 2020**

<b>Tem algum projeto para o futuro</b>	<b>Nº de adolescentes</b>	<b>%</b>
Sim	11	100
Total	11	100
<b>O que deseja realizar no futuro</b>	“quero viajar, dá orgulho a minha família e trabalhar”	
	“construir a minha família, trabalhar como barbeiro e terminar os estudos”.	
	“quero trabalhar, construir família, ter uma casa minha, terminar os estudos e montar uma oficina (automóveis)”.	
	“ quero estudar”	
	“ trabalhar na minha granja, matar galinha, vender uns bichos[...] eu tenho uma granja, já é minha e quero terminar os estudos”	
	“não sei[...], mas quero terminar a escola”	
	“quero abrir uma barbearia e ter uma casa própria”	
	“quero jogar bola (profissional)[...], terminar os estudos, arrumar um trabalho (segunda opção) e ter uma casa própria”	
<b>O que avalia como necessário para realizar esse projeto para o futuro</b>	“trabalhar e terminar os estudos”	
	“ sair daqui e ficar de boa”	
	“trabalhar e conquistar”	
	“minha liberdade”	
	“estudar”	
	“estudar, porque sem estudo não consegue nada”	
	“ter fé”	
	“ficar longe das amizades e focar mais e interesse”	

Fonte: elaboração própria, 2020.

Com relação aos dados sobre projetos pessoais todos os adolescentes responderam que já pensaram em um projeto para o futuro, cujos projetos variam entre os adolescentes, alguns pontuaram trabalhar, construir uma família, conseguir ser jogador profissional, montar uma oficina, ter uma barbearia, uma casa própria, por exemplo. E complementaram relatando os objetivos individuais para realizar esses projetos futuros dentre os quais estariam: trabalhar e terminar os estudos, ter a liberdade, ter fé, ficar o mais longe das amizades que os levaram a ser apreendido, focar mais no futuro e ter interesse para construir esse futuro.

Muitos falaram que não importava o trabalho que vão desenvolver e que o mais importante será não reincidir novamente e evitar a cometer os mesmos erros. Eles veem a escola como algo a ser conquistado e o trabalho como algo palpável, isso advém das circunstâncias nas quais eles estão inseridos, uma parte dos adolescentes começaram a trabalhar com “bicos”, com idades de 11 a 12 anos, o que se configura com o trabalho infantil. E o mais grave é que eles veem essa situação como natural dado a situação de violação de direitos que permeia a vida deles, cuja a família, os amigos e todos no seu convívio social partilham de situações semelhantes tiveram que começar a trabalhar desde criança para se manter ou contribuir com a renda familiar que se estabelece violação a um direito fundamental que é a proteção integral e prioritária, responsabilidade do estado, da sociedade e da família.

Em face do extremo do capitalismo selvagem que estabelece que poucos devem reter muito e muitos deve ter pouco. Essa polaridade da desigualdade social, ampliada pelo desenvolvimento do capitalismo e suas múltiplas consequências, explora a força de trabalho da classe trabalhadora, nos colocando em situações degradantes, cujas propostas neoliberais são cada vez mais relacionadas a limitar ou retirar o acesso aos direitos, quando estabelece a flexibilização, precarização e terceirização. Dessa forma, a pobreza e o subconsumo sendo a realidade da maioria da população cercada de privações e violações dos direitos duramente conquistados.

Logo, os adolescentes reincidentes, de acordo com a pesquisa, vivenciam violações de direitos que ultrapassa a sua vivência, são fatores históricos e estruturantes na sociedade capitalista atual que priva a classe trabalhadora do

consumo e de uma rede de serviços público de qualidade, justificando a meritocracia como fator determinante para concentração de renda.

## Considerações finais

A reincidência dos (as) adolescentes em conflito com a Lei é um fenômeno pouco estudado pelas instituições que mapeiam a socioeducação. As determinações sócio-históricas que contribuem para que os adolescentes entrem em conflito com a lei e ingressem neste sistema, geralmente, são as mesmas que os (as) levam a reincidir, pois após o egresso estes continuam sofrendo com as mesmas violações de direitos. E, ainda, complexificadas pelo peso desses adolescentes serem egressos de medidas socioeducativas em uma sociedade conservadora, desigual e segregacionista e sob o reforço punitivo do Estado.

O trabalho mostrou que a construção dos direitos das crianças e adolescentes no Brasil tem uma história recente, cujo marco mais contundente tem menos de 30 anos, com a criação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) no ano de 1990. Mostrou também que o movimento conservador da sociedade caminha paralelamente contrário a esses direitos. Além de mostrar que a negação de direito por esses grupos não é recente, desde as primeiras medidas na década de 1920 que havia setores da economia que não apoiavam. Outro ponto é que há ainda uma parcela da população que defende o encarceramento precoce de adolescentes no sistema penal, isso também foi visto quando foi criado a Febem que teve uma promoção governamental para a institucionalização das crianças e adolescentes da classe trabalhadora. E que na atual conjuntura se reatualiza na proposta de redução da maioridade penal, nitidamente numa ampliação da base penal do Estado brasileiro.

As determinações histórico-concretas se inscrevem na realidade social dos adolescentes firmam-se como um dos pontos centrais para o ato infracional, mas também a forma de enfrentamento da questão social pelas representações políticas, a própria sociedade, o ato infracional, a efetividade das medidas socioeducativas e as particularidades da reincidência neste âmbito. O sistema socioeducativo, por sua vez, atua apenas na dimensão mais micro dessa relação e de forma precarizada no tocante à garantia de direitos, devido às limitações estruturais das unidades e pelo frágil financiamento para o desenvolvimento dessa política, que dificulta o processo de “reinserção social” desses adolescentes à comunidade.

Aliás, os adolescentes egressos desse sistema retornam ao convívio social e a comunidade - após meses ou anos privados de liberdade - e são submetidos às mesmas determinações que os levaram a situação de internação e com o agravamento de ser um adolescente que teve um conflito com a Lei e cumpriram medidas socioeducativas; o preconceito, a inexistência de alterações nas suas condições de vida e as contínuas violações de direitos possibilita à reincidência.

Como visto, a reeducação é uma aspiração da comunidade socioeducativa que objetiva o pleno desenvolvimento do adolescente em conflito com a lei, porém a reeducação apesar de ser pautada, atualmente, em uma lei que estabelece a proteção integral, ela ainda se apresenta com os velhos costumes do reajustamento do adolescente que transgrediu a Lei e por meio das medidas tentam estabelecer para eles o “certo” e o “errado”, mas não incidem sobre alterações no contexto social, econômico, familiar e político no qual estão inseridos. Devido a isso se torna difícil efetividade social das medidas socioeducativas, além dos problemas estruturais que inviabilizam a utilização de todos os recursos e o pleno desenvolvimento das unidades.

Os adolescentes durante a pesquisa de campo relataram a inserção em diversos tipos de relações sociais, de dentro e de fora das unidades socioeducativas que revelam no cotidiano deles às violências intrafamiliar, a violência policial e institucional, a violência entre os próprios adolescentes. São violências que nem sempre são visíveis, algumas estão disfarçadas de cuidado/proteção, mas às vezes são palpáveis, como o abandono ou o rompimento dos vínculos familiares.

Vivenciam o medo e ao mesmo tempo uma pseudasensação de segurança e proteção nos próprios bairros, cujos adolescentes, em sua maioria, nasceram e se criaram. Violência expressa através da cultura do medo e do silêncio para não se envolver e não se comprometer com os traficantes locais, pois são eles que fazem as regras de convivência da localidade.

Soares, Bill e Athayde (2005), colocam que a indiferença da sociedade para a questão dos meninos e meninas pobres, principalmente, os negros vivem se transforma e invisibilizam estes sujeitos. E esses adolescentes reincidentes

vivenciam massivamente a violência e a violação de diversas formas em sua realidade concreta.

Na perspectiva sobre a negação dos direitos, a desresponsabilização do Estado e as contradições voltam-se, atualmente, às discussões sobre a redução da maioridade penal, justificando que o encarceramento precoce de adolescentes no sistema penal reduzirá a criminalidade e o discurso da sociedade civil conservadora que utiliza argumentos de fazer justiça com as próprias mãos e usar armas de fogo, indiscriminadamente, para a proteção, também reduziria a violência. O governante atual oferece inúmeras possibilidades de retrocesso para a política de proteção à criança e ao adolescente e, conseqüentemente, para a socioeducação.

Verificamos mediante os dados da pesquisa - que foi concomitantemente ligada através da trajetória do estágio supervisionado curricular do curso de Serviço Social da UFPB na gestão da Fundação de Desenvolvimento da Criança e Adolescente “Alice de Almeida” - que esses adolescentes reincidentes vivenciam um ciclo de violência (sofrer – reproduzir - sofrer) afirmando e reafirmando no seu cotidiano violências de diversas naturezas, sejam elas: materiais, físicas, emocionais e simbólicas. A violência não é apenas aquela que pode ser vista, ouvida ou sentida, mas também é aquela que marca e fere os direitos.

No tocante a efetivação das leis a partir da criação de políticas públicas voltadas para esta população, visando à garantia da proteção integral, o acesso aos bens sociais que respondam às suas necessidades e possibilite o pleno desenvolvimento físico, cognitivo e emocional e não viabilize a reincidência (critério estabelecido no Sinase).

Com isso, esses adolescentes reincidentes que vivenciam a constante negação dos seus direitos buscam satisfazer as necessidades mais básicas para a manutenção da vida realizando trabalhos considerados pelo senso comum como “o caminho mais fácil”, mas negando o risco que o adolescente sofre e a forma que os grupos criminosos agem para se desenvolver e se beneficiar das fragilidades postas na vida deles. Isso se apresenta a partir das relações sociais de produção e de reprodução da acumulação capitalista, sustentada pela exploração-dominação da classe trabalhadora.



A adolescência é uma fase de transição da infância para se tornar adultos, cuja sociedade conservadora e machista difunde e incentiva para que os adolescentes pobres precocemente tornem-se independentes financeiramente dos seus responsáveis e passem a suprir suas necessidades básicas. Desta forma, há uma busca constante de prover suas necessidades econômica, material, social, emocional, simbólica, por meio do trabalho precoce, deflagrando um processo de adultização precoce, que esbarra na ausência de uma qualificação e na fragilidade do acesso à educação, pois o trabalho chega antes e rouba toda a infância e adolescência. Desse modo, restam para esses os trabalhos precários, informais e mal remunerados.

O acesso deficitário aos direitos recrudescer a vida desses adolescentes, tendo em vista a reprodução da pobreza, dificultando o desenvolvimento das suas potencialidades e os encaminhando cada vez mais precocemente ao mercado de trabalho precarizado. São os jovens negros (pardos e pretos) que constituem a maioria dos adolescentes cumprindo medidas socioeducativa no país, não sendo diferente no Estado da Paraíba e os que mais sofrem com a violação de direitos.

Dessa maneira, o ato infracional e a reincidência consubstanciam-se mais do que atos singulares, na verdade sustentam-se na tríade universalidade-particularidade-singularidade. Sendo assim, a limitação, a negação e a violação histórica dos direitos das crianças e dos adolescentes mediam na realidade concreta o ingresso e a reincidência dentro do sistema socioeducativo.

Todavia a socioeducação e suas múltiplas expressões são temáticas inesgotáveis, pois a sociedade está em constante movimento, e assim, sempre há novos elementos e novas perspectivas a serem aprofundadas e analisadas.

## Referência

ALMEIDA FILHO, A.J., FERREIRA, M.A., GOMES, M.L.B., SILVA, R.C, SANTOS, T.C.F.. **Adolescente e drogas:** consequências para a saúde. Esc. Anna Nery Ver. Enferm. [S.l], p. 605-610, dez. 2007.

ALMEIDA, Bruna Gisi Martins de. **Socialização e regras de conduta para adolescentes internados.** São Paulo: Tempo Social, Revista de sociologia da USP, v. 25, n. 1. Jun.2013.

AMARAL, Marina. Jabuti não sobe em árvore: como o MBL se tornou líder das manifestações pelo impeachment. Org.: JINKINGS, Ivana; DORIA, Kim; CLETO, Murilo. **Por que gritamos golpe?** Para entender o impeachment e a crise política no Brasil. São Paulo:Ed. Boitempo. P.44- 48 .2016.

**ATLAS da Violência 2019.** In: Org. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Brasília: Rio de Janeiro: São Paulo: 2019.

BANGO, Julio. Políticas de juventude na América latina: identificação de desafios. In: FREITAS, Maria Virgínia de; PAPA Fernanda de Carvalho. **Política pública:** juventude em pauta. São Paulo: Ed. Cortez, 2003. P.13.

Brasil. Governo da Paraíba. Secretaria de Estado do Desenvolvimento Humano. Fundação de Desenvolvimento da Criança e do Adolescente. **Plano de segurança para unidades de internação e execução de medidas socioeducativas no Estado da Paraíba.** João Pessoa: A União, 2018.

BRASIL. Lei nº 12. 594, de 18 de janeiro de 2012. **Institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase)** [...]. Brasília: 2012. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2012/Lei/L12594.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12594.htm) >. Acesso em: 10/04/19.

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. **Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.** Brasília: 1990. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L8069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm). Acesso em: 10/04/19.

BRASIL. **Levantamento Anual Sinase 2015.** Brasília: Ministério dos Direitos Humanos, 2018.

BRASIL. **Levantamento Anual Sinase 2016**. Brasília: Ministério dos Direitos Humanos, 2018.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. **Sistema Nacional De Atendimento Socioeducativo - SINASE**. Brasília-DF: CONANDA, 2006.

CFESS. Comissão de Ética e Direitos Humanos. **O estigma do uso de drogas**. Brasília (DF): CFESS, 2016.

CFESS. Comissão de Ética e Direitos Humanos. **O que é o preconceito**. Brasília (DF): CFESS, 2016.

CISLAGHI, Juliana Fiuza; SARAIVA, Hildebrando. Redução da maioria penal no Brasil: a quem interessa o encarceramento da nossa juventude?. *In*: DEMIER, Felipe; HOEVELER, Rejane. **A onda conservadora**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Mauad X, 2016.

**Coletânea para a formação de socioeducadores**. (Mimeo) João Pessoa: Fundac, s/a.

COSTA, Nilson do Rosário; SILVA, Paulo Roberto Fagundes da. **A atenção em saúde mental aos adolescentes em conflito com a lei no Brasil**. Ciênc. saúde coletiva. 2017, vol.22, n.5, p.1467-1478.

DEMIER, Felipe. **Depois do golpe**: a dialética da democracia blindada no Brasil. 1 ed.. Rio de Janeiro: Mauad X, 2017.

DEMIER, Felipe. "O barulho dos inocentes: a revolta dos homens de bem". Introdução. *In*: DEMIER, Felipe; HOEVELER, Rejane. **A onda conservadora**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Mauad X, 2016, p.19.

DISCIPLINA, Controle social das políticas públicas de direitos humanos. [S. l.]: Especialização EIIDH, 2018. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Kz3WnoddLgk>. Acesso em: 4 ago. 2019.

DURIGUETTO, Maria Lúcia; DEMIER, Felipe. **Democracia blindada, contrarreformas e luta de classe no Brasil contemporâneo**. Revista Argum. Vitória, v.9, n.2, p-8-19, maio/agos.2017.

FALEIROS, Vicente de Paula. Infância e processo político no Brasil. *In*: RIZZINI, Irene; PILOTTI, Francisco. **A arte de governar crianças**. São Paulo: Cortez, 2009.

FERREIRA, Eduardo Dias de Souza. **Liberdade assistida no Estatuto da Criança e do Adolescente**. São Paulo: Editora Educ, 2010.

FGV. **Desigualdade de renda no Brasil bate recorde, aponta levantamento do FGV IBRE**: dados revelam que os mais pobres são os mais impactados pela crise. Disponível em: < <https://portal.fgv.br/noticias/desigualdade-renda-brasil-bate-recorde-aponta-levantamento-fgv-ibre> >. Acesso em: 20/09/2019.

FRAGOSO, João; FLORENTINO, Manolo; FARIA, Sheila de Castro. **A economia colonial brasileira**. São Paulo: Ed. Atual, 1998.

FAJARDO, Sinara Porto. **Reincidência ou repescagem?**. Pelotas: Editora da UFPEL. ago/dez 2007.

GIL, Antônio Carlos. **métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. - São Paulo: Atlas. 2008.

HARVEY, David. **O enigma do capital: e as crises do capitalismo**. São Paulo, SP. Ed.: Boitempo, 2011.

HARVEY, David. **Para entender o capital**: livro 2 e 3. São Paulo: Boitempo, 2014.

**IBGE** – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil. Rio de Janeiro: **IBGE**. Estudos e Pesquisas • Informação Demográfica e Socioeconômica. n.4. 2019

LOSCHI, Marília. **Comer fora de casa consome um terço das despesas das famílias com alimentação**. IBGE. 2019. Disponível em:< <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/25607-comer-fora-de-casa-consome-um-terco-das-despesas-das-familias-com-alimentacao>>. Acesso em: 30/03/2020.

MARINS, Paulo César Garcez. Habitação e vizinhança: limites da privacidade no surgimento das metrópoles. *In*: NOVAIS, Fernando A.. Org.: SEVCENKO, Nicolau. **História da vida privada no Brasil 3**. São Paulo: companhia das letras, 1998. P.131-214.

MARX; Karl. **O capital**: livro I. eBook Kindle. Editorial: Boitempo, [s.l], 2013.

MATOS, Maria Izilda; BORELLI, Andrea. **Espaço feminino no mercado de trabalho** *in*: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria. Nova história das mulheres no Brasil. Editora contexto, 1 ed., São Paulo, 2013.

MINISTÉRIO dos Direitos Humanos; Secretaria Nacional de Proteção dos Direitos da Criança e Adolescente. **Letalidade infanto-juvenil**: dados da violência e políticas públicas existentes. Brasília: Ministério dos Direitos Humanos, 2018.

MINISTÉRIO da saúde; **Mais da metade dos jovens acompanhados no SUS têm alimentação inadequada**. [s.i]. 2018. Disponível em <<https://www.saude.gov.br/noticias/agencia-saude/44500-mais-da-metade-dos-adolescentes-acompanhados-no-sus-tem-alimentacao-inadequada>>. Acesso em: 31/03/2020.

MIOTO, Regina Célia Tamasso. Novas propostas e velhos princípios: a assistência às famílias no contexto de programas de orientação e apoio sociofamiliar. *In*: SALES, M. A.; MATTOS, M. C. de; LEAL, Maria c. (org.). **Política social, família e juventude**. 6. Ed. São Paulo: Cortez, 2010.p.43-59.

MOURA, Esmeralda Blanco B. de. **Infância, trabalho e legislação brasileira**: o trabalho infantil entre esboços legislativos, medidas dispersas e codificações (São Paulo, 1891-1934). 4tas Jornadas de estudos sobre La infância. Buenos Aires, Argentina, 2015.

MOTA, Carlos Guilherme; LOPES, Adriana. **História do Brasil**: uma interpretação. ed. Senac: São Paulo. 2ªedição, 2008.

NETTO, José Paulo; **Ditadura e serviço social**: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64. 8ªed. São Paulo: Cortez, 2005.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia política**. 8ªed. São Paulo: Cortez, 2012.

NETTO, José Paulo. **Introdução ao estudo do método de Marx**. 1ª.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

OLIVEIRA, Bruna Cristina Silva. **Nenhum passo atrás**: algumas reflexões em torno da redução da maioria penal. *Serv. Soc. Soc.* São Paulo, p.75-88, jan./abr.2018.

OLIVEIRA, Claudina Soares de. **Avaliação das medidas socioeducativas em meio aberto**: análise dos avanços e limites a partir do Plano Individual de Atendimento (PIA). Trabalho de conclusão de curso (TCC). João Pessoa, 2017.

OLIVEIRA, Mª Cláudia S. L. de; SOUZA, Tatiana Yokoy de; SILVA, Samuel Costa da. Socioeducação: práticas e metodologia de atendimento em meio fechado. Org.: Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente. **Matriz de Formação do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE): coletânea de artigos**. Brasília: UNB, 2015. Cap.6, p. 201- 228.

ORTEGAL, Leonardo. **Relações raciais no Brasil**: colonialidade, dependência e diáspora. *Serv. Soc. Soc.*, São Paulo ,n.133, p. 413-431, set/dez.2018.

ORTEGAL, Leonardo. **Raça, criminologia e sociologia da violência**: contribuições a um debate necessário. *Cadernos do CEAS*, Salvador, n. 238, p. 527-542, 2016.

PASSETTI, Edson. Crianças carentes e políticas públicas. *in*: DEL PRIORI, Mary. **História das crianças Brasil**. São Paulo: ed. contexto, 2010.

PERALVA, Angelina. **Violência e democracia**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

PEREIRA, Potyara A. P. Mudanças Estruturais, Política Social e Papel da Família: Crítica ao Pluralismo de Bem Estar. *In*: SALES, M. A.; MATTOS, M. C. de; LEAL, Maria c. (org.). **Política social, família e juventude**. 6. Ed. São Paulo: Cortez, 2010. Cap. 1, p. 25-42.

**Plano decenal:** Plano Estadual de Atendimento Socioeducativo da Paraíba (2015-2024). Paraíba: [s.n.]. 2015.

PRADO JÚNIOR; Caio. **História econômica do Brasil**. 26 ed. [s.]. Editora brasiliense, 1976.

RIOS Junior, Ademir V.; SILVA, Gustavo t. da. A política social brasileira e a proteção à infância. *In*: AURINO, Ana Lucia batista *et al* (org.). **Crianças e adolescentes: cenas contemporâneas e a recorrência da violência**. João Pessoa, PB : Ed. da UFPB, 2016. p. 16 - 39. Disponível em: file:///C:/Users/Public/Pictures/Sample%20Pictures/EBOOK%20CRIANC%CC%A7AS%20E%20ADOLESCENTES.pdf. Acesso em: 20 abr. 2019.

RIZZINI, Irene; LIMONGI, Natalia da Silva. **Percepções sobre violência no cotidiano dos jovens**. R. Katálýsis, Florianópolis, p.33-/42. Jan/jul.2016.

RIZZINI, Irene; PILOTTI, Francisco. **A arte de governar crianças**. São Paulo: Cortez, 2009. Introdução. P.15-30.

RIZZINI, Irene; RIZZINI, Irma. **A institucionalização de crianças no Brasil: percurso histórico e desafios do presente**. Rio de Janeiro: Ed. PUC - Rio, 2004. Disponível em: [http://www.editora.vrc.puc-rio.br/media/ebook\\_institucionalizacao\\_de\\_crianças\\_no\\_brasil.pdf](http://www.editora.vrc.puc-rio.br/media/ebook_institucionalizacao_de_crianças_no_brasil.pdf). Acesso em: 16 abr. 2019.

ROSA, Pablo Ornelas. **A juventude criminalizada**. Florianópolis: Ed. Insular, 2013.

ROSA, Rodrigo Zoccal. **Das medidas socioeducativas e o ato infracional**. Rio de Janeiro: ed. Lumen juris, 2019.

RUY, Braga. O fim do lulismo. Org.: JINKINGS, Ivana; DORIA, Kim; CLETO, Murilo. **Por que gritamos golpe?** Para entender o impeachment e a crise política no Brasil. São Paulo: Ed. Boitempo, p. 49-54 .2016.

SARTÓRIO, Alexsandra Tomazelli; ROSA, Edinete Maria. **Novos paradigmas e velhos discursos**: analisando processos de adolescentes em conflito com a lei. Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 103, p. 554-575, jul./set. 2010.

SEMER, Marcelo. Ruptura institucional e desconstrução do modelo democrático: o papel do judiciário. Org.: JINKINGS, Ivana; DORIA, Kim; CLETO, Murilo. **Por que gritamos golpe?** Para entender o impeachment e a crise política no Brasil. São Paulo: Ed. Boitempo, p. 91- .2016.

SILVA, Enid Rocha Andrade; OLIVEIRA, Raissa Menezes de. Os jovens adolescentes no brasil: a situação socioeconômica, a violência e o sistema de justiça juvenil. *In*: SILVA, Enid Rocha Andrade Da; BOTELHO; Rosane Ulhôa. **Dimensões da experiência juvenil brasileira e novos desafios às políticas públicas.** Brasília: Ipea, 2016. cap. 10, p. 293-331.

SIQUEIRA, Maria da Penha Smarzaró. **Pobreza no Brasil colonial:** representação social e expressões da desigualdade na sociedade brasileira. Revista Histórica. São Paulo, nº34, 2009.

SOARES, Luiz Eduardo; BILL MV; ATHAYDE, Celso. **Cabeça de porco.** Rio de Janeiro:Objetiva,2005.

TEJADAS, Silvia da silva. **Juventude e ato infracional.** Porto alegre: Edipucrs, 2008.

TERRA, Cilene; AZEVEDO Fernanda. **Adolescente, ato infracional e Serviço social no judiciário.** São Paulo: Cortez, 2018.

VOLPI, Mario. **Adolescente e o ato infracional.** São Paulo: Cortez, 2015.

ZALUAR, Alba. **Da revolta ao crime S.A.** [S. l.]: Moderna, 1996.



## Anexo 01

UFPB - CENTRO DE CIÊNCIAS  
DA SAÚDE DA UNIVERSIDADE  
FEDERAL DA PARAÍBA



### PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

#### DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

**Título da Pesquisa:** As particularidades da reincidência dos adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativa em meio fechado

**Pesquisador:** Luciana Batista de Oliveira Cantalice

**Área Temática:**

**Versão:** 1

**CAAE:** 26828719.8.0000.5188

**Instituição Proponente:** Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes

**Patrocinador Principal:** Financiamento Próprio

#### DADOS DO PARECER

**Número do Parecer:** 3.773.256

#### Apresentação do Projeto:

Trata-se de um projeto de pesquisa - Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), egresso do curso de GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL, do CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES, da UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA, da aluna ROBERTA DA SILVA NASCIMENTO, sob orientação da Profª. Dra. Luciana Batista de Oliveira Cantalice.

#### Objetivo da Pesquisa:

Analisar as mediações entre as determinações histórico-concretas da vida dos adolescentes que cometeram atos infracionais, as medidas socioeducativas aplicadas e os índices de reincidência, de modo a problematizar a complexidade que envolve essas relações e a efetividade de uma política pedagógica de reeducação.

#### Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos:

Podem ocorrer perdas materiais (documentos), riscos substanciais à privacidade e confidencialidade dos dados do participante ou aos vínculos de confiança entre pesquisador e pesquisado. Além da possibilidade de danos físico, psíquico, moral, intelectual, social e cultural em qualquer etapa da pesquisa.

**Endereço:** UNIVERSITARIO S/N

**Bairro:** CASTELO BRANCO

**CEP:** 58.051-900

**UF:** PB

**Município:** JOAO PESSOA

**Telefone:** (83)3216-7791

**Fax:** (83)3216-7791

**E-mail:** comitedeetica@ccs.ufpb.br

Continuação do Parecer: 3.773.256

**Benefícios:**

O levantamento de dados referentes à problemática da reincidência e a construção de conhecimentos a respeito na perspectiva da totalidade social, transcendendo a lógica de elucidação dessa questão apenas no nível mais imediato e que se reserva a análise individual e isolada do fenômeno.

**Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:**

O presente projeto apresenta coerência científica, mostrando relevância para a academia, haja vista a ampliação do conhecimento, onde se busca, principalmente, analisar as mediações entre as determinações histórico-concretas da vida dos adolescentes que cometeram atos infracionais, as medidas socioeducativas aplicadas e os índices de reincidência, de modo a problematizar a complexidade que envolve essas relações e a efetividade de uma política pedagógica de reeducação.

**Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:**

Os Termos de Apresentação Obrigatória, foram anexados tempestivamente.

**Recomendações:**

RECOMENDAMOS QUE, CASO OCORRA QUALQUER ALTERAÇÃO NO PROJETO (MUDANÇA NO TÍTULO, NA AMOSTRA OU QUALQUER OUTRA), A PESQUISADORA RESPONSÁVEL DEVERÁ SUBMETTER EMENDA SOLICITANDO TAL(IS) ALTERAÇÃO(ÕES), ANEXANDO OS DOCUMENTOS NECESSÁRIOS.

RECOMENDAMOS QUE AO TÉRMINO DA PESQUISA A PESQUISADORA RESPONSÁVEL ENCAMINHE AO COMITÊ DE ÉTICA PESQUISA DO CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA, RELATÓRIO FINAL E DOCUMENTO DEVOLUTIVO COMPROVANDO QUE OS DADOS FORAM DIVULGADOS JUNTO À INSTITUIÇÃO ONDE OS MESMOS FORAM COLETADOS, AMBOS EM PDF, VIA PLATAFORMA BRASIL, ATRAVÉS DE NOTIFICAÇÃO, PARA OBTENÇÃO DA CERTIDÃO DEFINITIVA.

**Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:**

Tendo em vista o cumprimento das formalidades éticas e legais, somos de parecer favorável a execução do presente projeto, da forma como se apresenta, salvo melhor juízo.

**Endereço:** UNIVERSITARIO S/N  
**Bairro:** CASTELO BRANCO **CEP:** 58.051-900  
**UF:** PB **Município:** JOAO PESSOA  
**Telefone:** (83)3216-7791 **Fax:** (83)3216-7791 **E-mail:** comitedeetica@ccs.ufpb.br

**UFPB - CENTRO DE CIÊNCIAS  
DA SAÚDE DA UNIVERSIDADE  
FEDERAL DA PARAÍBA**



Continuação do Parecer: 3.773.256

**Considerações Finais a critério do CEP:**

Certifico que o Comitê de Ética em Pesquisa do Centro de Ciências da Saúde da Universidade Federal da Paraíba – CEP/CCS aprovou a execução do referido projeto de pesquisa. Outrossim, informo que a autorização para posterior publicação fica condicionada à submissão do Relatório Final na Plataforma Brasil, via Notificação, para fins de apreciação e aprovação por este egrégio Comitê.

**Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:**

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1481239.pdf	10/12/2019 11:52:42		Aceito
Cronograma	CRONOGRAMA.docx	10/12/2019 11:52:28	Luciana Batista de Oliveira Cantalice	Aceito
Orçamento	ORCAMENTO.docx	10/12/2019 11:52:19	Luciana Batista de Oliveira Cantalice	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	TERMO_DE_ANUENCIA.pdf	10/12/2019 11:50:46	Luciana Batista de Oliveira Cantalice	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Proposta_de_pesquisa.docx	29/11/2019 00:01:55	Luciana Batista de Oliveira Cantalice	Aceito
Outros	questionario_semiestruturado_Roberta_Silva.docx	28/11/2019 23:29:04	Luciana Batista de Oliveira Cantalice	Aceito
Outros	Certidao_do_Departamento.pdf	28/11/2019 23:25:44	Luciana Batista de Oliveira Cantalice	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	Termo_Consentimento_Livre_Esclarecido_o_Pais.doc	28/11/2019 23:22:19	Luciana Batista de Oliveira Cantalice	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	termo_assentimento_livre_esclarecido_a_dolente.doc	28/11/2019 23:21:53	Luciana Batista de Oliveira Cantalice	Aceito
Folha de Rosto	Folha_de_Rosto_Roberta_Silva.pdf	28/11/2019 16:17:44	Luciana Batista de Oliveira Cantalice	Aceito

**Situação do Parecer:**

Aprovado

**Necessita Apreciação da CONEP:**

Não

**Endereço:** UNIVERSITARIO S/N

**Bairro:** CASTELO BRANCO

**CEP:** 58.051-900

**UF:** PB

**Município:** JOAO PESSOA

**Telefone:** (83)3216-7791

**Fax:** (83)3216-7791

**E-mail:** comitedeetica@ccs.ufpb.br

UFPB - CENTRO DE CIÊNCIAS  
DA SAÚDE DA UNIVERSIDADE  
FEDERAL DA PARAÍBA



Continuação do Parecer: 3.773.256

JOAO PESSOA, 16 de Dezembro de 2019

---

**Assinado por:**  
**Eliane Marques Duarte de Sousa**  
**(Coordenador(a))**

---

**Endereço:** UNIVERSITARIO S/N  
**Bairro:** CASTELO BRANCO **CEP:** 58.051-900  
**UF:** PB **Município:** JOAO PESSOA  
**Telefone:** (83)3216-7791 **Fax:** (83)3216-7791 **E-mail:** comitedeetica@ccs.ufpb.br



## Apêndice 01

### TERMO DE ASSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Vossa Senhoria está sendo convidado como voluntário a participar da pesquisa **as particularidades da reincidência dos adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativa em meio fechado**. Nesta pesquisa pretendemos “analisar as mediações entre as determinações histórico-concretas da vida dos adolescentes que cometeram atos infracionais, as medidas socioeducativas aplicadas e os índices de reincidência, de modo a problematizar a complexidade que envolve essas relações e a efetividade de uma política pedagógica de reeducação” (NASCIMENTO, 2019, p.6).

O motivo que nos leva a analisar essa temática é a questão da reincidência como fenômeno a ser estudado, considerando a complexidade que a envolve, sobretudo, quando a relacionamos às expressões da questão social, as condições de cumprimento das medidas socioeducativas e as condições de retorno dos adolescentes à liberdade.

Para esta pesquisa adotaremos o(s) seguinte(s) procedimento(s): pesquisa bibliográfica, pesquisa documental junto aos processos referentes aos sujeitos da pesquisa e entrevista semiestruturada com os adolescentes que livremente aceitarem colaborar com o referido estudo e que estão internos no Centro Socioeducativo Edson Mota.

Para participar desta pesquisa, o responsável por você deverá autorizar e assinar um termo de consentimento. Você não terá nenhum custo, nem receberá qualquer vantagem financeira. Você será informado em qualquer aspecto que desejar e estará livre para participar ou recusar-se. O responsável por você poderá retirar o consentimento ou interromper a sua participação a qualquer momento. A sua participação é voluntária e a recusa em participar não acarretará qualquer penalidade ou modificação na forma em que é atendido pela pesquisadora que irá tratar a sua identidade com padrões profissionais de sigilo, prezando por sua privacidade e pela confidencialidade dos dados. Você não será identificado em nenhuma publicação.

Esta pesquisa apresenta possíveis perdas materiais (documentos), riscos substanciais à privacidade e confidencialidade dos dados do participante ou aos vínculos de confiança entre pesquisador e pesquisado. Os resultados estarão à sua disposição quando finalizada. Os resultados estarão à sua disposição quando finalizada a pesquisa e

o relatório final. Os dados e instrumentos utilizados na pesquisa ficarão arquivados com a pesquisadora responsável por um período de 5 (cinco) anos, e após esse tempo serão destruídos. Este termo de consentimento encontra-se impresso em duas vias: uma cópia será arquivada pela pesquisadora responsável, e a outra será fornecida a você. Ademais a pesquisadora se compromete a seguir o que dispõe a legislação brasileira (Resolução Nº 466/12 do Conselho Nacional de Saúde), utilizando as informações somente para os fins acadêmicos e científicos.

Eu, \_\_\_\_\_, portador (a) do documento de Identidade \_\_\_\_\_, fui informado (a) dos objetivos da presente pesquisa, de maneira lógica e detalhada e retirei minhas dúvidas. Sei que a qualquer momento poderei solicitar novas informações, e o meu responsável poderá modificar a decisão de participar se assim o desejar. Tendo o consentimento do meu responsável já assinado, declaro que concordo em participar dessa pesquisa. Recebi uma cópia deste termo de assentimento e me foi dada a oportunidade de ler e esclarecer as minhas dúvidas.

João Pessoa, PB, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do adolescente

\_\_\_\_\_  
Assinatura da pesquisadora



Em caso de dúvidas com respeito aos aspectos éticos desta pesquisa, você poderá consultar:

**Pesquisadora Responsável: Roberta da Silva Nascimento**

E-mail: roberta1ssilva@hotmail.com

Ou

**Comitê de Ética em Pesquisa** do Centro de Ciências da Saúde da Universidade Federal da Paraíba Campus I - Cidade Universitária - 1º Andar – CEP 58051-900 – João Pessoa/PB

☎(83) 3216-7791 – E-mail: **comitedeetica@ccs.ufpb.br**

## **Apêndice 02**

### **TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

Seu filho (a) está sendo convidado(a) a participar da pesquisa **as particularidades da reincidência dos adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativa em meio fechado**. Os objetivos deste estudo consistem em “analisar as mediações entre as determinações histórico-concretas da vida dos adolescentes que cometeram atos infracionais, as medidas socioeducativas aplicadas e os índices de reincidência, de modo a problematizar a complexidade que envolve essas relações e a efetividade de uma política pedagógica de reeducação” (NASCIMENTO, 2019, P.6).

Caso o (a) Sr. (a) autorize, seu filho irá participar de uma entrevista semiestruturada. O adolescente não terá nenhum custo, nem receberá qualquer vantagem financeira. Ele será informado em qualquer aspecto que desejar e estará livre para participar ou recusar-se. Vª Sª poderá retirar o consentimento ou interromper a sua participação a qualquer momento. A participação é voluntária e a recusa em participar não acarretará qualquer penalidade ou modificação na forma em que é atendido pela pesquisadora ou pela instituição que irá tratar a identidade do adolescente com padrões profissionais de sigilo, prezando pela privacidade e pela confidencialidade dos dados. O adolescente não será identificado em nenhuma publicação.

Esta pesquisa apresenta possíveis perdas materiais (documentos), riscos substanciais à privacidade e confidencialidade dos dados do participante ou aos vínculos

de confiança entre pesquisador e pesquisado. Os resultados estarão à sua disposição quando finalizada. Os resultados estarão à sua disposição quando finalizada a pesquisa e o relatório final.

Os dados e instrumentos utilizados na pesquisa ficarão arquivados com a pesquisadora responsável por um período de 5 (cinco) anos, e após esse tempo serão destruídos. Este termo de consentimento encontra-se impresso em duas vias: uma cópia será arquivada pela pesquisadora responsável, e a outra será fornecida a você. Ademais a pesquisadora se compromete a seguir o que dispõe a legislação brasileira (Resolução Nº 466/12 do Conselho Nacional de Saúde), utilizando as informações somente para os fins acadêmicos e científicos.

Eu, \_\_\_\_\_ declaro que entendi os objetivos, riscos e benefícios da participação do meu filho (a) \_\_\_\_\_ sendo que:

(     ) aceito que ele(a) participe     (     ) não aceito que ele(a) participe

João Pessoa, PB, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do responsável

Em caso de dúvidas com respeito aos aspectos éticos desta pesquisa, você poderá consultar:

**Pesquisadora Responsável: Roberta da Silva Nascimento**



E-mail: roberta1ssilva@hotmail.com

Ou

**Comitê de Ética em Pesquisa** do Centro de Ciências da Saúde da Universidade Federal da Paraíba Campus I - Cidade Universitária - 1º Andar – CEP 58051-900 – João Pessoa/PB

☎(83) 3216-7791 – E-mail: **comitedeetica@ccs.ufpb.br**

## **Apêndices 03**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES  
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL**

**Pesquisadora responsável: Roberta da silva nascimento**

**Roteiro semi-estruturado de entrevista  
CONSTRUÇÃO DAS DETERMINAÇÕES SÓCIO-HISTÓRICAS**

**Local da pesquisa: Centro Socioeducativo Edson Mota**

**Critérios de inclusão e exclusão**

- a) Adolescentes do sexo masculino, que tenham entre 13 e 17anos.
- b) Adolescentes que cumpram medida no Centro Socioeducativo Edson Mota
- c) Adolescentes que tenham reincidido no sistema socioeducativo.

### **1. Dados de identificação**

- 1.1. Idade
- 1.2. Nacionalidade
- 1.3. Sexo biológico: ( )feminino ( )masculino
- 1.4. Identidade de gênero: ( ) homem cis ( )homem trans ( )outro.....
- 1.5. Orientação Sexual: ( ) hetero ( )gay ( )bissexual ( )outro
- 1.6. Estado civil

( ) solteiro ( ) casamento civil ( ) união estável ( ) separado  
( ) outro.....

1.7. Tem filhos? ( ) sim ( ) não

**Se não, pule para 1.8**

1.7.1. Se sim, quantos?.....

1.7.2. Residiam com você? ( ) sim ( ) não

1.7.3. Qual é a idade deles?

1.8. Raça /etnia: ( ) branco ( ) preto ( ) amarelo ( ) indígena ( ) outro.....

1.9. Tem alguma religião? ( ) sim ( ) não

**Se não, pule para 2.**

1.9.1. Se sim, qual?

( ) católico ( ) protestante ( ) budista ( ) candomblé ( ) outro.....

1.9.2. Pratica alguma atividade religiosa na unidade?

## **2. Dados relativos à escolaridade**

2.1 Antes da medida socioeducativa você já estudou? ( ) sim ( ) não

**Se não, pule para 2.4.**

2.1.1. Se sim, em qual série você estudava?

( ) 1-2 ano do fundamental	( ) 9 ano do fundamental
( ) 3-4 ano fundamental	( ) 1- 2 série do médio
( ) 5-6 ano do fundamental	( ) 3 série do médio
( ) 7-8 ano do fundamental	( ) outros

2.2. A escola ficava no seu bairro? ( ) sim ( ) não

**Se sim, pule para 2.3.**

2.2.1. Você precisava de transporte para à escola? ( ) sim ( ) não

**Se não, pule para 2.3.**

2.2.2. Você tinha a passagem para à escola todos os dias? ( ) sim ( ) não

2.3. A escola disponibilizava os materiais escolares? ( ) sim ( ) não

2.4. Se não, qual o motivo que levou a você a não frequentar a escola?

2.5. Você se encontra estudando na unidade? ( ) sim ( ) não

2.6. Você tem acesso aos materiais escolares na unidade? ( ) sim ( ) não

2.7. Quais atividades são desenvolvidas na escola?

**3. Dados relativos à participação social**

3.1. Participa ou participou de algum coletivo? ( ) sim ( ) não

**Se não, pule para 4.**

3.1.1. Se sim, qual tipo

( ) cultural ( ) religioso ( ) esportivo ( ) recreativo ( ) estudos  
( ) político ( ) outro

3.1.2. Com qual regularidade?

( )semanal ( ) quinzenal ( )mensal ( ) outros

3.1.3. O que levou você a participar desse coletivo?

3.1.4. Quais as atividades que o coletivo desenvolvia?

3.1.5. Se não participa ou abandonou, por que saiu ?

**4. Dados relativos à saúde**

4.1. Você já foi a um hospital? ( )sim ( )não

4.2. Você já foi a uma Unidade de Saúde Familiar? ( ) sim ( ) não

4.3. Você teve acesso a atendimento odontológico fora da unidade?  
( )sim ( ) não

**Se não, pule para 4.4.**

4.3.1. Se sim, onde?

4.4. Você tem problemas de saúde? ( )sim ( ) não

**Se não, pule para 4.5.**

4.4.1. Se sim, qual?

4.4.2. faz uso de algum remédio controlado ? ( ) sim ( ) não

**Se não, pule para o 4.5.**

4.4.3. Se sim, qual?

4.4.4. Se sim, está fazendo uso na unidade? ( ) sim ( ) não

**Se não pule para a 4.5.**

4.4.5. Se sim, a prescrição médica está sendo cumprida? ( )sim ( ) não

4.5. Você praticava alguma atividade física? ( ) sim ( ) não

**Se não, pule para 4.6.**

4.5.1. Se sim, qual(is) atividade(s)?

4.5.2. Se sim, qual era a frequência semanal?

( ) 1-2 ( ) 2-3 ( ) 4-5 ( ) 6-7 ( ) só fim de semana

4.6. Você tinha uma alimentação balanceada? ( ) sim ( ) não

4.6.1. Quantas refeições eram feitas diariamente?

4.6.2. Quais elementos faltavam nas suas refeições?

( ) açúcares e doces

( ) legumes e verduras

( ) leite, queijos, iogurtes

( ) frutas

( ) carnes e ovos

( ) carboidratos: arroz, massas,

( ) feijão e outros similares

raízes

4.7. Você tem uma alimentação balanceada na unidade? ( ) sim ( ) não

Justifique sua resposta

4.8. Quantas refeições são feitas na unidade?

## **5. Dados relativos a esporte, cultura e lazer**

5.1. Você tinha acesso a esporte? ( ) sim ( ) não

### **Se não, pule para 5.2**

5.1.1. Se sim, qual (is)?

5.2. Tinha acesso a atividades culturais? ( ) sim ( ) não

### **Se não, pule para 5.3.**

5.2.1. Se sim, quais?

( ) apresentação de artes

( ) cinema

( ) apresentação de música

( ) museu

( ) teatro

( ) apresentação de dança

5.2.2. Se sim, qual é a regularidade?

( ) diária ( ) semanal ( ) quinzenal ( ) mensal ( ) anual

5.3. Tinha acesso a atividades de lazer? ( ) sim ( ) não

### **Se não, pule para 6.**

5.3.1. Se sim, quais?

( ) praia

( ) cinema

( ) circo

( ) teatro

( ) rio

( ) Praticar esportes

( ) piscina

( ) parque

( ) outros

5.3.2. Se sim, qual é a regularidade?

( ) diária ( ) semanal ( ) quinzenal ( ) mensal ( ) anual

## **6. Dados relativos ao trabalho**

6.1. Já desenvolveu trabalho remunerado? ( ) sim ( ) não

**Se não, pule para 4.2.**

6.1.1. Se sim, qual(is)?.....

6.1.2. Se sim, com qual a idade começou a trabalhar?

6.1.3. Se sim, por quanto tempo?

6.1.4. Se sim, quanto recebia?

6.1.5. Se sim, quantos dias por semana?

6.1.6. Se sim, qual é a jornada de trabalho por semana?

6.1.7. Qual a forma de vínculo com o último trabalho?

( ) jovem aprendiz ( ) prestador de serviço ( ) mercado informal

( ) salário por produção ( ) outro

6.2. Qual é a profissão dos responsáveis legais?

6.2.1. Qual a forma de vínculo do trabalho deles (as)?

( ) prestador de serviço ( ) mercado informal ( ) salário por produção

( ) outro

6.3. Qual é a renda familiar?

( ) até 01 SM

( ) mais de 04 SM

( ) de 02 a 03 SM

( ) mais de 05 SM

4.4. Recebe algum benefício socioassistencial?

( ) sim ( ) não ( ) sem resposta

**Se não, pule para 5.**

4.4.1. se sim, qual?

**5. Dados relativos à moradia:**

5.1. Quantas pessoas moram na sua residência?

5.2. Qual é a filiação?

[ ] mãe [ ] pai [ ] avô [ ] avó [ ] irmã(ão) [ ] tia [ ] tio [ ] outros

5.3. Quais cômodos há em sua moradia ?

[ ] quarto [ ] cozinha [ ] sala [ ] banheiro [ ] outros

5.4. Quantos cômodos há em sua moradia?

5.5. A sua residência conta com?

( ) água encanada

( ) aparelho de som

( ) geladeira

( ) saneamento básico

( ) computador

( ) acesso a internet

( ) energia elétrica

( ) celular

( ) ventilação

( ) televisão

( ) fogão

5.6. Sua residência é?

☐ cedida      ☐ alugada      ☐ financiada      ☐ própria

5.7. A estrutura é de?

☐ alvenaria    ☐ taipa    ☐ pau a pique    ☐ palafita    ☐ lona    ☐ barraco

**6. Dados relativos ao bairro no qual morava**

6.1. Há quanto tempo você morava no seu bairro?

6.2. Quais os serviços existentes no seu bairro?

☐ creche

☐ escola

☐ posto de saúde

☐ água encanada

☐ saneamento básico

☐ energia elétrica

☐ coleta de lixo

☐ segurança pública

☐ correios

☐ transporte público

☐ esporte

☐ cultura e lazer

☐ biblioteca pública

6.3. Você considera o seu bairro seguro? ( ) sim ( ) não

**7. Dados relativos à substância psicoativa**

7.1. Você fez uso de alguma substância psicoativa? ( ) sim ( ) não

**Se não, pule para 8.**

7.2. Se sim, quais?

7.3. Qual era a regularidade?

( ) diariamente ( ) às vezes ( ) raramente

7.4. Quantas pessoas do seu círculo afetivo usam?

7.5. Qual(is) é(eram) a(s) substância(s) que usam ou usavam?

**8. Dados relativos ao preconceito e à violência**

8.1. Já sofreu algum tipo de preconceito? ( ) sim ( ) não

**Se não, pule para 8.3**

8.2. Se sim, qual(is)?

( ) racial ( ) religioso ( ) classe ( ) orientação sexual ( ) gênero

( ) identidade de gênero ( ) estético ( ) outro

8.3. Você já viu algum ato de violência? ( ) sim ( ) não ( ) sem resposta

**Se não, pule para 8.4**

8.3.1. Se sim, qual (is)?

( ) física ( ) moral ( ) psicológica ( ) patrimonial ( ) sexual

8.3.2. Se sim, quem sofreu a agressão?

( ) mãe ( ) pai ( ) avôs/avós ( ) tios/tias ( ) irmãs/irmãos

( ) vizinhos ( ) conhecidos ( ) outros

8.3.3. Se sim, quem praticou?

( ) mãe ( ) pai ( ) avôs/avós ( ) tios/tias ( ) irmãs/irmãos ( ) vizinhos

( ) conhecidos ( ) outros

8.4. Você já sofreu alguma violência? ( ) sim ( ) não ( ) sem resposta

**Se não, pule para 9.**

8.4.1. Se sim, quais?

( ) física ( ) moral ( ) psicológica ( ) patrimonial ( ) sexual

8.4.2. Se sim, quem praticou?

( ) mãe ( ) pai ( ) avôs/avós ( ) tios/tias ( ) irmãs/irmãos

( ) vizinhos ( ) conhecidos ( ) outros

**9. Dados relativos às medidas socioeducativas**

- 9.1. Quantas medidas socioeducativas lhe foram atribuída?
- 9.2. Qual (is) atos infracionais você praticou anterior (es) a última?
  - 9.2.1. Com quantos anos praticou seu primeiro ato infracional?
  - 9.2.2. Qual (is) medida(s) socioeducativa(s) lhe foi atribuída?
- 9.3. Qual é o lado positivo depois de encerrar a medida?
- 9.4. Qual é o lado negativo depois de encerrar a medida?
- 9.5. Qual (is) ato(s) infracional (is) infligiu nessa última apreensão?
- 9.6. Quais são as atividades realizadas na unidade?
- 9.7. O que você mais gosta de fazer na unidade?
- 9.8. Se pudesse mudar algo no Centro Socioeducativo Edson Mota(CSE) o que seria?
- 10. **Dados relativos aos projetos pessoais**
  - 10.1. Você já pensou sobre algum projeto para o futuro? ( )sim ( )não
    - 10.1.1. Se sim, o que você deseja realizar?
    - 10.1.2. O que você avalia como necessário para realizá-lo?
  - 10.2. Pretende continuar estudando fora da unidade? ( ) sim ( ) não
  - 10.3. Qual profissão você gostaria de desenvolver no futuro?